



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

DANNIELY GUIMARÃES VIANA NERY

**SAINDO DO VERMELHO: uma análise sobre os Programas de Apoio
Socioeconômico das Forças Armadas**

**RECIFE
2017**

DANNIELY GUIMARÃES VIANA NERY

SAINDO DO VERMELHO: uma análise sobre os Programas de Apoio
Socioeconômico das Forças Armadas

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Maria Cortês de Lima.

RECIFE
2017

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

N456s	Nery, Danniely Guimarães Viana Saindo do vermelho: uma análise sobre os Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas / Danniely Guimarães Viana Nery. - 2017. 120 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Maria Cortês de Lima. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017. Inclui referências. 1. Educação financeira. 2. Capital (Economia). 3. Bens de consumo. 4. Forças Armadas. I. Lima, Rosa Maria Cortês de (Orientadora). II. Título 361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2017 – 193)
-------	---

DANNIELY GUIMARÃES VIANA NERY

SAINDO DO VERMELHO: uma análise sobre os Programas de Apoio
Socioeconômico das Forças Armadas

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE), como requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço
Social.

Aprovada em: 29 / 08 / 2017 .

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Rosa Maria Cortês de Lima
ORIENTADORA

Prof.^a Dra. Ana Cristina Vieira
EXAMINADORA INTERNA

Prof.^a Dra. Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça
EXAMINADORA INTERNA

AGRADECIMENTOS

No transcorrer da minha jornada acadêmica participei de uma apresentação de um renomado professor, que ao tratar do método marxista, afirmou que a primeira incoerência teórica dos alunos ao utilizar o método marxista encontrava-se nos agradecimentos, uma vez que voltavam seu olhar a Deus.

Desta forma e sob o risco de realizar a minha primeira incoerência teórica, agradeço e louvo a Deus por cada segundo que envolveu a obtenção deste título de Mestre em Serviço Social, pois até aqui Ele me ajudou.

O caminho para a obtenção deste título foi longo e tortuoso, por isto tecido por um conjunto de relações e atravessado por pessoas que me apoiaram e me deram forças para seguir em frente e que eu jamais poderia deixar de agradecer.

Agradeço imensamente aos meus pais, Cida e Valdemir (in memoriam) que foram meus primeiros educadores e sempre me apoiaram nos momentos em que mais precisei.

Agradeço ao meu esposo, Leandro, que desde sempre incentivou minhas empreitadas acadêmicas e se manteve paciente e presente – de corpo e alma – ao meu lado durante todo este percurso. Sem a sua ajuda não teria condições de ter optado pelos caminhos que estou seguindo.

À minha queridíssima amiga Amanda Lougon, da Diretoria de Assistência Social da Marinha. Sempre disposta a me apoiar tanto no âmbito profissional quanto pessoal, colaborou com diversas reflexões deste estudo.

Às amigas Professora Juliana Lobo e Professora Daniele do Val, que me incentivaram e apoiaram durante o processo de admissão no curso de Mestrado.

À minha orientadora, Professora Rosa, por seus ensinamentos e contribuições, mas principalmente por todo apoio que me ofertou durante a difícil jornada que foi obter este título.

Aos meus amigos e companheiros do Mestrado em Serviço Social, Mércia, Erika, Rafaela, Tatiane e Camila.

À Professora Jane Cruz Prates, que consentiu minha participação na disciplina de Pesquisa Social na PUC-RS e proporcionou debates incríveis em suas aulas.

Às componentes da banca examinadora, Professora Ana Vieira e Valeria Nepomuceno obrigada pelas contribuições.

A amiga Mailza, pelo apoio ainda na fase da admissão do Curso e posteriormente pela enorme disposição em revisar o projeto de pesquisa e a dissertação.

A todos vocês meu muito obrigada!!!!

RESUMO

Analisa o fenômeno da educação financeira no Brasil, especificamente, no âmbito do Programa de Apoio Socioeconômico proposto pelo Ministério da Defesa, assim como examina o texto do Programa de Apoio Socioeconômico de cada Força Armada buscando, assim, desvendar o discurso ligado a este fenômeno e identificar a atuação do assistente social na operacionalização deste programa no âmbito da Marinha do Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, sustentada em pesquisas bibliográficas sobre os fundamentos das crises econômicas e a sociedade de consumo, assim como a vinculação destes assuntos com as Políticas de Educação Financeira em curso no país, especificamente no âmbito do Ministério da Defesa. Utilizou-se também a pesquisa documental, que privilegiou a análise dos documentos normativos elaborados para operacionalização do Programa de Apoio Socioeconômico já instituídos nas três Forças Armadas. As principais questões norteadoras do estudo referem-se à formatação discursiva dos Programas de Apoio Socioeconômico fundamentada em uma ideologia neoliberal alienante e em um discurso pós-moderno e as ações que o Serviço Social vem desenvolvendo neste espaço sócio-ocupacional. No tocante à exposição dos capítulos, optou-se por apresentar, inicialmente, elementos que moldaram o cenário da política de educação financeira, tais como as crises econômicas e a propagação das ideias pós-modernas de sociedade de consumo. Em seguida, realizou-se a análise dos textos dos Programas de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira. No último capítulo, desenvolveu-se uma análise sobre a atuação do Assistente Social dentro deste Programa na Marinha do Brasil, a partir da exposição de três projetos elaborados por Organizações Militares distintas. Apontou-se como considerações finais que endividamento é expressão da questão social na contemporaneidade e, portanto, objeto de intervenção profissional. Contudo, é necessário o acompanhamento da atuação profissional visto a naturalização das questões referente ao endividamento e ao crédito fácil e culpabilização do sujeito, ao ser visto como inapto para gerir suas finanças.

Palavras-chave: Educação Financeira. Crise do Capital. Sociedade de Consumo. Forças Armadas.

ABSTRACT

Analysis the phenomenon of financial education in Brazil, specifically within the scope of the Socioeconomic Support Program proposed by the Ministry of Defense, as well as examines the text of the Socioeconomic Support Program of each Armed Forces, seeking to unveil the discourse related to this phenomenon and to identify the role of the social worker in the operationalization of this program within the scope of the Brazilian Navy. This is a qualitative research, exploratory and explanatory, supported by bibliographical research on the fundamentals of economic crises and consumer society, as well as the linkage of these issues with the Financial Education Policies in progress in the country, specifically within the scope of the Ministry of Defense. Documentary research was also used, which focused on analyzing the normative documents prepared for the operationalization of the Socioeconomic Support Program already established in the three Armed Forces. The main guiding questions of the study refer to the discursive formatting of Socioeconomic Support Programs based on an alienating neoliberal ideology and a postmodern discourse and the actions that Social Service has been developing in this social-occupational space. With regard to the presentation of the chapters, it was initially proposed to present elements that shaped the scenario of financial education policy, such as economic crises and the propagation of postmodern ideas of consumer society. Then, the texts of the Socioeconomic Support Programs of the Ministry of Defense, the Brazilian Navy, the Brazilian Army and the Brazilian Air Force were analyzed. In the last chapter, an analysis was developed on the role of the Social Worker within this Program in the Brazilian Navy, based on the presentation of three projects prepared by different Military Organizations. It was pointed out as final considerations that indebtedness is an expression of the social question in the contemporaneity and, therefore, object of professional intervention. However, it is necessary to follow up on the professional activity, since the naturalization of the issues related to indebtedness and easy credit and blame of the subject, being seen as unfit to manage their finances.

Keywords: Financial Education. Crisis of Capital. Consumer society. Armed Forces.

SIGLAS

BCB – Banco Central do Brasil

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

DASM – Diretoria de Assistência Social da Marinha

DGPM – Diretoria Geral de Pessoal da Marinha

EAMPE – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

ICA – Instruções Reguladoras das Ações Sociais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NAS – Núcleos de Assistência Social

N-SAIPM – Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OES – Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada da Marinha

OM – Organizações Militares

ONU – Organização das Nações Unidas

PASE – Programa de Apoio Socioeconômico

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

SASM – Serviço de Assistência Social da Marinha

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CRISES ECONÔMICAS, ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO E CONSUMO.....	23
2.1 Crises do capitalismo e marxismo.....	23
2.2 A crise bancária e o endividamento da população.....	32
2.3 Sociedade do consumo.....	39
3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	50
3.1 Os programas de educação financeira no Brasil.....	50
3.2 Educação financeira nas Forças Armadas.....	55
3.2.1 Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil.....	65
3.2.2 Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro.....	77
3.2.3 Programa de Apoio Socioeconômico da Força Aérea Brasileira.....	81
4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA MARINHA DO BRASIL.....	83
4.1 O Serviço Social na Marinha do Brasil.....	84
4.2 os projetos de apoio socioeconômico e o trabalho do Serviço Social.....	93
4.2.1 A dimensão pedagógica do Assistente Social	100
4.2.2 As condicionalidades para o recebimento dos benefícios sociais	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte das exigências do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Simultaneamente, o estudo constitui-se como um momento de aproximações sucessivas com o real pensado e refletido criticamente da ação profissional da pesquisadora.

O presente estudo fortalece o aprimoramento profissional da pesquisadora, a partir do conhecimento acerca do tema, contribuindo, também, para o fortalecimento e aprofundamento teórico sobre a direção ético-política do Serviço Social.

Diversos processos econômicos, sociais, culturais e políticos podem ser eleitos como chaves para a compreensão sobre “Educação Financeira”. Todavia, nenhum deles é mais decisivo que o colapso financeiro do sistema capitalista mundial iniciado no ano de 2008 e as respectivas estratégias de ação construídas pelo Estado e pela burguesia para garantirem a manutenção da sociedade mercantil.

Portanto, para o entendimento teórico do fenômeno da Educação Financeira, seus fundamentos e mecanismos de funcionamento, é essencial situarmos o cenário em que emergiu – pós-crise de 2008 –, assim como o referencial teórico – pós-moderno – que embasa o discurso dos programas formulados para atender a demanda da Educação Financeira.

O colapso do mercado imobiliário americano em 2008 levou a mais profunda e prolongada crise da economia mundial dos últimos 50 anos e provocou uma verdadeira ruptura na longa fase de expansão da economia capitalista mundial.

Ao colocar os grandes bancos americanos em uma situação falimentar, a crise de 2008 afetou o funcionamento do núcleo central do sistema financeiro globalizado contemporâneo. Provocou ainda a reversão de um processo de expansão e diversificação de ativos que se sustentou de forma quase ininterrupta desde os anos 1980.

Frente a este cenário caótico, o Estado e as instituições financeiras buscaram soluções para minimizar perdas e prejuízos, assim como reaquecer o mercado restaurando o ciclo crédito-gasto-renda a partir da inclusão de um novo “personagem” no palco capitalista: o crédito pessoal.

A oferta do crédito pessoal, aliado a outros fatores, voltou a acelerar o consumo. Cabe ressaltar, que o discurso pós-moderno da cultura de consumo se

assenta no mito da felicidade (e da igualdade e da democracia), pois, em tese, na sociedade de consumo todos tem o direito de consumir e alcançar a felicidade, revelando-se como o “equivalente autêntico da salvação” (BAUDRILLARD, 2008, p. 49).

Nos termos Bauman (2008, p.76), no cenário atual a sociedade de produtores perdeu espaço para a sociedade de consumidores e “[...] todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação”, pois é a capacidade de consumir que define o status de cidadão e não mais de produtor.

O consumo adquiriu a centralidade na vida do indivíduo deixando de ser meramente um elemento de distinção para ser o elemento de inclusão por excelência. O consumo se tornou o epicentro do novo capitalismo.

Em contraponto a oferta de crédito e aumento do consumo houve uma expansão do endividamento da população junto às instituições financeiras que afetou diretamente a satisfação das necessidades básicas da população – e a continuidade da cadeia produtiva –, agravando assim a desigualdade estrutural e a degradação da vida humana e da natureza.

Com os inéditos níveis de pobreza surge a “[...] necessidade de 'empoderar' as pessoas que vivem na pobreza crônica, nelas desenvolvendo potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis do mercado, com base no acesso crescente a uma gama de ativos” (IAMAMOTO, 2013, p. 339).

Os que advogam pelas políticas de Educação Financeira fundamentam seu discurso no referencial pós-moderno de que a sociedade de consumidores acaba por criar a necessidade de uma política social relacionada ao consumo consciente e à educação financeira, de forma a tornar acessíveis, conhecimentos relacionados a produtos e serviços financeiros (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012) e garantir a felicidade constante do cidadão.

Observa-se, após a crise do capital de 2008, uma crescente “preocupação” sobre o nível de conhecimento que esta “sociedade de consumo” deve possuir para que seja capaz de gerir suas finanças e continuar a consumir de maneira “consciente”, atingindo assim a tão sonhada felicidade, nos termos pós-moderno.

Em outras palavras, após a crise de 2008, prontamente o capital financeiro, encontrou diversas saídas para os obstáculos que surgiram no processo de acumulação, ou nos termos neoliberais, os obstáculos ao crescimento e desenvolvimento econômico, e uma dessas saídas se deu com a continuidade do

estímulo ao consumo e do aumento da oferta de crédito direto aos consumidores pobres e miseráveis (HARVEY, 2011), via bancos ou cartões de crédito.

O aparato hegemônico neoliberal, como estratégia para alavancar a economia pós-crise de 2008 buscou constituir um novo terreno ideológico – pós-moderno – para restaurar o seu equilíbrio impulsionando uma reforma de consciência (sociedade de consumo) e de métodos de conhecimento (educação financeira) (ALVES, 2011).

Desta forma, o tema “educação financeira”, sob um discurso neoliberal e pós-moderno tem ganhado cada vez mais destaque no âmbito das políticas sociais. As propostas buscam desenvolver a concepção de que o mercado está disponível para todos e para que sejam capazes de realizar seus sonhos é necessário apenas um planejamento adequado das finanças pessoais.

As ações de Educação Financeira são entendidas aqui como:

[...] um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2).

Dessa perspectiva, este processo de transmissão de conhecimento tem sido desenvolvido tanto por instituições públicas, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Central do Brasil, como por instituições privadas, como o Banco Itaú.

As Forças Armadas são uma instituição que fazem parte da estrutura da sociedade, estando incluídas nas mudanças que a mesma experimenta, principalmente no que se refere à interferência da mundialização do capital que traz, segundo a análise de Iamamoto (2009, p. 26) “[...] profundas repercussões na órbita das políticas públicas e suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho”.

Desta forma, alinhado as propostas de Educação Financeira desenvolvidas por órgãos públicos e privados, o Ministério da Defesa instituiu a Portaria Normativa nº 881/MD em 26 de Maio de 2010. A Portaria prevê as diretrizes a serem observadas pelas Forças Armadas no desenvolvimento de diversos programas de assistência social, dentre eles o Programa de Apoio Socioeconômico, que apresenta como tema central a “educação financeira”.

Assim sendo, a proposta de investigação do presente estudo de mestrado apresenta como objeto de pesquisa a Educação Financeira dentro do Programa de Apoio Socioeconômico proposto pelo Ministério da Defesa, na Portaria Normativa nº 881/MD de 26 de Maio de 2010 e operacionalizado nas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) a partir de programas e projetos específicos.

A aproximação com o objeto de estudo deu-se a partir da minha inserção profissional nas fileiras da Marinha do Brasil em 2013, quando a frente da Seção de Serviço Social do Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM) da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE) e, posteriormente como responsável pelo Departamento, surgiram inquietações sobre o trabalho do Serviço Social na instituição, principalmente no tocante ao desenvolvimento do Programa de Apoio Socioeconômico, proposto na norma denominada "DGPM-501 (6ª REV)" da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) e fundamentado nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Defesa na Portaria Normativa nº 881/MD.

O cotidiano profissional é perpassado por avanços e retrocessos, assim como por conquistas e dificuldades na ação técnica, e por isto é rico em oportunizar um mergulho reflexivo as temáticas que envolvem as atribuições e competências do dia a dia.

Neste terreno permeado de incertezas e contradições brotou em mim um desconforto, de modo que, durante estes quatro últimos anos venho acompanhando o debate – ainda incipiente no meio acadêmico – em torno da Educação Financeira e analisando as ações e os discursos que envolvem a formulação de programas e projetos sobre o tema, assim como os rebatimentos que as políticas de Educação Financeira trazem para o ambiente das Forças Armadas.

A análise dos elementos da crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos e que repercutiu para o mundo, assim como os elementos que fundamentam o discurso pós-moderno sobre a sociedade de consumo constituíram a base do estudo analítico da dissertação ora apresentada.

A análise dos Programas de Educação Financeira desenvolvidas por organizações públicas, tais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Central do Brasil e por organizações privadas, como o Itaú tornou-se o ponto inicial para a realização do estudo empírico, desta dissertação de mestrado, para posteriormente realizarmos a

análise dos textos dos Programas de Apoio Socioeconômico existentes nas Forças Armadas e das respostas que o Serviço Social vem dando as diretrizes institucionais no âmbito da Marinha do Brasil.

Contudo, é importante destacar qual é a relação e a importância de um estudo com este foco para o Serviço Social e para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Kosik (1976) expõe que diferente do fenômeno que se pode observar na imediatez, a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade.

Sendo assim, é de fundamental importância aprofundar a leitura crítico-dialética da realidade, para compreender o significado social e político das demandas postas ao Serviço Social, visando a construção de alternativas para autonomia dos sujeitos envolvidos.

Nos termos de Guerra (2009, p. 715),

[...] se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social [...], não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Por isso, independente do espaço socioocupacional do assistente social – e cabe aqui destacar o fato do Serviço Social no âmbito das Forças Armadas ser um campo relativamente novo –, é importante impulsionar pesquisas científicas que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho da população atendida, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social, impulsionando o assistente social a refletir a prática profissional.

Em outras palavras, a escolha do tema da pesquisa vai ao encontro das demandas postas ao Serviço Social não apenas no âmbito da instituição militar brasileira, mas também na perspectiva do tratamento incipiente da Educação Financeira no país. Nessa ótica, busca uma aproximação e desvendamento do real discurso dos Programas de Apoio Socioeconômico, atento a dimensão histórica contemporânea.

Outro aspecto relevante para a realização da pesquisa tem sustentação na escassez de estudos referentes à educação financeira, principalmente a partir da crítica marxista. A relevância e singularidade fundamentam-se na intenção de abordar o tema sob o enfoque da perspectiva marxista em contraponto aos avanços da corrente neoliberal e pós-moderno, abordando e investigando questões e indagações decorrentes da atuação profissional, principalmente aquelas relacionadas às diretrizes gerais do Programa de Apoio Socioeconômico proposto pelo Ministério da Defesa.

Diante dos fatores expostos, sobressai a importância deste estudo para o Serviço Social e para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que se insere na área de concentração “Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais”.

Para o desenvolvimento do estudo, formulamos questões norteadoras para lastrear o processo de pesquisa e possibilitar o desvendamento do fenômeno investigado, tais como: porque as políticas de educação financeira estão estruturadas a partir de um discurso voltados para o consumo consciente fundamentados no referencial pós-moderno? Cidadãos “educados financeiramente” e apoiados nas demandas socioeconômicas são capazes de gerir seus recursos financeiros de modo satisfatório e a partir daí superar a condição de endividamento? Quais estratégias o Serviço Social desenvolve para operacionalizar estes Programas?

Nossa hipótese central é que os programas de educação financeira desenvolvidos a partir de uma ideologia neoliberal e um discurso pós-moderno relacionado a sociedade de consumo responsabilizam os indivíduos pelas mazelas que vivenciam, escamoteando, assim, as contradições do sistema e garantindo a manutenção da sociedade mercantil e a subalternização da classe trabalhadora.

O estudo ora apresentado tem como objetivo analisar o fenômeno da educação financeira no Brasil, especificamente, dentro do Programa de Apoio Socioeconômico proposto pelo Ministério da Defesa, assim como desvendar o discurso vinculado a este fenômeno a partir da análise do texto do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, assim como identificar a atuação do assistente social no Programa no âmbito da Marinha do Brasil.

O caminho metodológico adotado na pesquisa fundamentou-se no método marxista de análise da realidade. Tal método de análise está alinhado a um projeto classista, a uma visão da sociedade, além de ser a direção teórica que o Serviço Social defende hegemonicamente.

Marx em seu processo de investigação não trata de uma metodologia ou procedimentos, mas de um método. Este método discorre sobre a forma em que o sujeito se relaciona com o objeto, sendo que este não é algo inanimado e não é posto pelo sujeito, mas pelo real. Não existem passos metodológicos para o processo de conhecimento, pois o objeto, o real, não tem que se adaptar a teoria, nos processos metodológicos fundamentados nela, e sim a teoria ser o reflexo da compreensão do real, da totalidade.

Segundo a teoria marxiana, a produção do conhecimento não é traduzida a partir de um simples reflexo do fenômeno, tal como este aparece. O conhecimento deve, portanto, desvendar no fenômeno, aquilo que lhe é constitutivo, que é a princípio, obscuro. O método, para este tipo de produção do conhecimento, assume um caráter fundamental e deve possibilitar tal desvendamento, que se descubra, para além da aparência, o fenômeno tal como é realmente, assim como, o que determina, inclusive, que ele aparece da forma como o faz.

Na concepção marxiana, diferente do fenômeno que se pode observar na imediatez, a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade (KOSIK, 1976).

O método marxiano é o único que tem a capacidade de abordar a realidade em sua totalidade, pois ele não tem compromisso com a continuidade das relações sociais burguesas. Além disso, o método marxiano leva em consideração os processos históricos da realidade, para compreender o significado dos fundamentos e determinantes no movimento para assim perceber que a realidade está inserida em meio a contradições que perpassam a totalidade.

Sendo assim, no que se refere ao método que norteou a pesquisa, podemos afirmar que foi desenvolvida através da concepção materialista da realidade social, tendo como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, apoiando-se na

concepção dinâmica da realidade e das relações dialéticas entre sujeito e o objeto, entre conhecimento e ação, entre teoria e prática.

Ainda sobre a questão metodológica do estudo apresentado, o estudo é classificado como qualitativo, tendo em vista que parte da compreensão de que realidade social se faz por aproximação e de que é preciso exercitar a disposição de olhá-la por vários ângulos, exigindo do pesquisador que penetre nos contextos dos fenômenos e se localize numa perspectiva histórica. A pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão dos fenômenos sociais e busca a compreensão das relações entre as variáveis.

Quanto aos objetivos, a pesquisa parte de um estudo de natureza exploratória, ao requer a necessidade de leituras específicas que fizeram parte do corpus analisado, valorizando os aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos que determinaram a elaboração das políticas de Educação Financeira e o seu processo de implementação dentro das Forças Armadas.

A pesquisa avança em um segundo momento para um enfoque explicativo, tendo em vista que buscamos identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência do fenômeno.

Segundo Gil (2014) a pesquisa exploratória tem por objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. A pesquisa explicativa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade.

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados previstos no processo de operacionalização da investigação, enfatizamos a adoção de pesquisa bibliográfica para elencar os elementos teóricos que cercam o objeto abordado, utilizando das produções internas e externas à categoria profissional, assim como adotamos a pesquisa documental para a abordagem do empírico sobre o objeto de estudo.

A primeira – a pesquisa biográfica – abrangeu a leitura da bibliografia selecionada em relação ao tema de investigação. De acordo com Gil (2014, p. 50), "[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente".

Sendo assim, o arcabouço teórico utilizado para a análise foi definido pela característica interdisciplinar e utilizamos dentre outros, das análises desenvolvidas

por Marx (1980, 2013b), Mészáros (2011), Harvey (2011; 2013) e estudiosos da área financeira como Savoia, Saito e Santana (2007), Souza (2013), Augustinis, Costa e Barros (2012) e Anselmo (2014).

A segunda – a pesquisa documental – firmou-se no sentido de examinar o fenômeno da educação financeira no âmbito dos Programas de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, possibilitando o desenvolvimento da investigação empírica e correspondeu à análise de documentos normativos elaborados para operacionalização do Programa de Apoio Socioeconômicos já instituídos nas três Forças Armadas do país.

A escolha dos instrumentos para a análise de dados de uma pesquisa qualitativa requer, sobretudo, um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos. Desta forma, utilizamos como instrumento de análise dos dados, a análise do discurso, cuja intenção é desvendar os processos discursivos - e principalmente o que está fora dele -, pois consideramos que:

[...] não basta conhecer, precisamos explicitar o que queremos conhecer e para que conhecer. Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, **para desmistificar estigmas, processos alienadores**, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias. (PRATES, 2012, p. 127, grifo nossos).

Foi a partir da técnica da Análise do Discurso criada por Michel Pêcheux na década de 1960, na França, que se apresenta como uma técnica materialista do discurso, que decorreram as análises dos dados da presente pesquisa.

Pêcheux imprimiu à análise do discurso características fundamentais que podem ser concebidas com base na relação interdisciplinar entre a linguística - como uma teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação -, a psicanálise - como uma teoria do Inconsciente e dos processos de repetição e inferência no discurso -, e o materialismo histórico - como uma teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia -, sem, contudo, reduzirem-se a esta relação ou representarem uma generalização desta relação.

Como assinala Maldidier (2003, p.15), "[...] o pensamento de Pêcheux é um pensamento forte, que produziu questionamentos e deslocamentos: o homem de andaimes suspensos". Orlandi (2012, p. 8) acrescenta ainda que a Análise de Discurso:

[...] se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, o da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso.

A análise do discurso é a técnica que consiste em ir além do explícito e busca muitos outros sentidos implícitos, na tessitura do texto que remete a outra realidade, muitas vezes, distante da apresentada inicialmente. Por isto, recorreremos a estudos linguísticos na abrangência dos conceitos e recursos do discurso para instrumentalizar o estudo.

Contudo, cabe frisar que ao utilizarmos como instrumento a análise de discurso estamos compreendendo que de acordo com Orlandi (2005, p. 12):

[...] nada nos pode autorizar a considerar, em um certo nível de generalidade, que falamos 'a mesma coisa'. Isto porque as circulações discursivas não são jamais aleatórias porque o 'não importa o quê' não é jamais 'não importa o quê'. Os efeitos discursivos derivam de uma materialidade específica

Trabalhar com Análise de Discurso, como assinala Mariani (1998, p. 26) “[...] representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já constituídos e dados como óbvios [...]”, entendendo principalmente que a ideologia dominante determina o discurso dominante e as formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, determinam a semântica discursiva.

Em outras palavras, utilizar a análise de discurso como instrumento de análise é entender que “[...] o discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas (que) a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida” (FIORIN, 2001, p. 35), por isso o caminho para análise do discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta na história.

Segundo o próprio Pêchoux (1988), os pressupostos da análise de discurso são: o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, pois expressa ideologias existentes no contexto sócio-histórico em que a palavra ou expressão foi produzida; e todo discurso dissimula sua relação com as ideologias, à medida que se propõe transparente.

Diante da análise de uma política (ou programa/projeto) é preciso levar em conta o intertexto e é este foi o nosso objetivo no estudo: ler o intertexto dos Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas, desmontando estes

textos para perceber como foi montado, e principalmente as ideologias por trás dele, pois não existe um discurso sem ideologia.

É importante, ainda, destacar que a Análise de Discurso está inscrita epistemologicamente no materialismo histórico, entendendo o discurso como um processo constituído pela articulação da língua com a história, ou seja, com a *historicidade*.

A interlocução da Análise de Discurso com o marxismo, expressa desde o início da reflexão teórica da área, possibilita um profícuo debate em torno de conceitos-chave e gestos analíticos, permitindo a redefinição e deslocamentos de noções que possibilitam compreender o movimento histórico dos sujeitos e da sociedade e principalmente seus efeitos ideológicos nos processos de significação.

As fronteiras para a análise do discurso não apontam para o fechamento, mas abrem-se sempre para uma nova perspectiva de estudo e reflexão. Esta técnica de análise de dados não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação, uma vez que encontra-se movimento. Em outras palavras, a Análise do Discurso apregoa que não descobrirá nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma re-leitura.

Por isso, empreender a análise do discurso significa buscar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como este texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente.

A apresentação do estudo está dividida em três capítulos, dispostos de forma a responder aos objetivos da pesquisa.

No primeiro capítulo, realizaremos a exposição de elementos que demonstram as causas e caráter cíclico e contraditório das crises do modo de produção capitalista, apresentando, através da análise de Marx e de teorias fundamentadas na obra deste autor, como elas são funcionais à ordem do capital, atuando como uma forma de garantir sua permanência por mais um período de tempo.

A partir desta discussão, traçamos um panorama sobre a crise deflagrada em 2008 nos Estados Unidos, que consideramos ser o pano de fundo para a propagação de políticas de educação financeira.

Por fim, sob o risco de ponderações relacionadas a uma possível inconsistência teórica apresentamos elementos sobre a sociedade de consumo a partir do referencial teórico pós-moderno. O debate traçado pelos autores pós-modernos em torno da categoria “sociedade de consumo” nos indica elementos que fundamentam os textos das políticas de educação financeira, objeto de análise do segundo capítulo e a ausência da discussão destes elementos impossibilitaria a realização da análise do discurso.

No segundo capítulo, trazemos o debate abrangente sobre a Educação Financeira a partir da exposição de diretrizes gerais de propostas de educação financeira tanto a nível mundial quanto à nível nacional, transitando pela análise de experiências desenvolvidas por instituições públicas e privadas.

Apresentamos ainda no segundo capítulo as análises sobre o texto do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, instituído pela Portaria Normativa nº 881/MD e que é ponto de partida para a formulação dos Programas de Apoio Socioeconômico das três Forças Armadas, que também foram objeto de análises neste capítulo.

No terceiro capítulo, buscamos identificar a atuação do Assistente Social no cenário atual no âmbito do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil, ou seja, como o Assistente Social vem desenvolvendo a dimensão técnica-operativa no âmbito da Marinha do Brasil.

Neste processo analítico de identificação do trabalho do Assistente Social no âmbito do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil, nos dedicamos ao exame de três projetos formulados no ano de 2016 de acordo com as diretrizes do Programa. Trata-se de projetos elaborados por três Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada da Marinha (OES), localizados em Organizações Militares (OM), de posicionamento geográfico e atividade finalística distinta.

A fim de identificar o trabalho do Assistente Social examinamos dois elementos convergentes entre estes projetos. O primeiro refere-se aos instrumentos utilizados pelo Serviço Social para operacionalizar a ação profissional, especificamente as atividades de cunho educativo. Tais atividades imprimem a dimensão pedagógica do Assistente Social, na Marinha do Brasil. O segundo elemento convergente entre os projetos refere-se as condicionalidades impostas pelo Serviço Social para que os militares possam receber os benefícios sociais.

No decorrer da pesquisa tivemos uma limitação importante que modificou o objetivo de identificação de atuação do trabalho do Assistente Social no âmbito da política de Educação Financeira das Forças Armadas.

O objetivo inicial era realizar a identificação da atuação do trabalho do Assistente Social na Marinha do Brasil, no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira e realizar um estudo comparativo entre elas. Entretanto, em virtude da necessidade de autorizações do Alto Escalão das Forças envolvidas não tínhamos tempo hábil para reunir os dados necessários para o estudo.

Desta forma, limitamos as análises da atuação do trabalho do Assistente Social no âmbito da Marinha do Brasil, visto que a inserção profissional da pesquisadora neste espaço sócio-ocupacional facilitaria o acesso a documentos e dados. Segundo Souza Filho (2004, p. 116), “a relação entre sujeito-objeto no processo de conhecimento é uma relação dialética onde há uma unidade entre as partes que são efetivamente distintas, ou seja, a interação existente entre sujeito-objeto não os identifica, mas antes de tudo, preserva suas distinções”.

Desta forma, entende-se que não existe neutralidade dentro da pesquisa, pois nesta os sujeitos estão inseridos no objeto e vivenciam os processos contraditórios da ação profissional. Com isto, podemos afirmar que os elementos constitutivos da pesquisa sobre a atuação do trabalho do Assistente Social perpassaram pelas limitações do pesquisador estar inserido no contexto da pesquisa fazendo com que este refletisse a todo instante sobre o distanciamento necessário – e possível – para a aproximação do real.

Compreendemos a grandeza de nossos desafios diante dos caminhos nebulosos que atualiza e reitera a alienação e reificação através de formas sutis de mercantilização em todas as esferas da vida social, mas a “[...] necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer”. (GUERRA, 2009, p. 705).

A semente está plantada. O desafio é que ela se germine e dê bons frutos.

2 CRISES ECONÔMICAS, ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO E CONSUMO

Neste capítulo realizaremos a exposição de elementos que demonstram as causas e caráter cíclico e contraditório das crises do modo de produção capitalista, apresentando, através da análise de Marx e de teorias fundamentadas na obra deste autor, como elas são funcionais à ordem do capital, atuando como uma forma de garantir sua permanência por mais um período de tempo. Isso porque, enquanto revela suas mais gritantes contradições, acaba fornecendo os meios para amenizá-las e não sucumbir à sua própria lógica autodestrutiva, já que, conforme Marx e Engels (1998, p. 51), “a burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros”.

A partir desta discussão, traçamos um panorama sobre a crise deflagrada em 2008 nos Estados Unidos, que consideramos ser o pano de fundo para a propagação de políticas de educação financeira.

Por fim, sob o risco de ponderações relacionadas a uma possível inconsistência teórica apresentamos elementos sobre a sociedade de consumo a partir do referencial teórico pós-moderno. O debate traçado pelos autores pós-modernos em torno da categoria “sociedade de consumo” nos indica elementos que fundamentam os textos das políticas de educação financeira, objeto de análise do próximo capítulo e a ausência da discussão destes elementos impossibilitaria a realização da análise do discurso.

2.1 CRISES DO CAPITALISMO E O MARXISMO

As crises econômicas, sem dúvida, não são um atributo exclusivo do modo de produção capitalista, tendo existido também em ordens sociais anteriores a ele.

Segundo Netto e Braz (2012), as crises pré-capitalistas eram, de fato, consequência da:

[...] destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção, ocasionada por desastres naturais (por exemplo, grandes epidemias – como a *peste negra* – dizimando os produtores) ou por catástrofes sociais (por exemplo, guerras destruindo meios de produção e forças produtivas). A consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como *crises de subprodução de valores de uso*. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 157, grifo do autor).

Mesmo não sendo um atributo exclusivo do modo de produção capitalista, o caráter das crises econômicas neste sistema é inteiramente novo, trazendo configurações e determinações específicas ao longo da história, resultantes da produção generalizada de mercadorias sob a égide do capital.

Os recorrentes eventos relacionados às crises econômicas trazem a tona à necessidade de examinar quais as causas das crises na dinâmica do sistema capitalista e quais têm sido os mecanismos de administração destas crises.

Para tal, consideramos que a ferramenta mais acertada, em termos de capacidade explanatória e metodológica, para examinar o debate em torno da questão das crises econômicas, encontra-se na teoria de Marx (1980, 2011, 2013). Os escritos marxistas devem ser tratados como um caminho para compreender a natureza do desenvolvimento capitalista e em consequência o desenvolvimento das crises, visto as particularidades de cada crise.

Posto isso, é de fundamental importância destacar alguns elementos que julgamos essenciais para a concepção das crises econômicas a partir da perspectiva marxista.

De acordo com Netto e Braz (2012) a história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo é a história de sucessão de crises, visto que elas são uma saída para as contradições imanentes do modo de produção capitalista – entre as relações sociais de produção e as forças produtivas – cuja base é a exploração de tempo de trabalho excedente – a mais-valia.

Mas segundo Carcanholo *et al* (2008, p. 181):

[...] é preciso deixar claro que essa contradição que explica as crises não é qualquer uma. Ela está na essência do funcionamento do sistema. Ela engloba todas as outras contradições, entre valor e valor de uso, entre produção e consumo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e a menor participação da força de trabalho na produção, na anarquia da produção, na desproporção entre os departamentos, etc. Nesse sentido, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação é uma totalidade.

Nos termos de Alvater (1987, p. 86), as crises econômicas do capital configuram um agravamento das contradições internas do sistema da qual derivam e que por serem assim entendidas:

[...] assinalam em primeiro lugar que o movimento das contradições não mais pode ir adiante na trajetória seguida até aquele ponto; em segundo

lugar – tendencialmente –, que a forma do movimento dos elementos de contradição não permite mais um desenvolvimento produtivo ulterior. Daí derivam então uma paralisia, um bloqueio, uma estagnação, uma crise, em cujo curso são cancelados, em primeiro lugar, os obstáculos a um novo desenvolvimento de contradições e em segundo lugar – tendencialmente – se desenvolvem novas formas em cujo interior possam se mover os —agentes contrapostos.

Para Carcanholo *et al* (2008), as crises do capital devem ser consideradas soluções bruscas que restabelecem transitoriamente a normalidade e que por não serem terminais, não se deve esperar o colapso do capitalismo como sua mera consequência. Mas, ao contrário, as crises, são parte intrínseca da dinâmica do capitalismo, que restauram o sistema, recolocando-o em seu curso normal (e contraditório) de desenvolvimento. Isso denota o caráter cíclico das crises, exatamente por essa capacidade de criarem condições para um novo processo de acumulação capitalista.

O autor encontra-se alinhado ao pensamento de Mészáros (2011b), que ao tratar das crises econômicas atuais afirma que

[...] por sua própria natureza e constituição inerente, o capital nelas [crises] prospera (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas exportá-las para uma esfera um país diferente (MÉSZÁROS, 2011b, p. 800).

As assertivas acima apontam que considerando as determinações essenciais do processo de produção capitalista, ou seja, as leis que regulam o seu movimento, as crises são os momentos em que se explicitam as contradições do modo de produção capitalista e são necessárias para o processo global de acumulação de capital.

Marx (2013) não escreveu um capítulo completo para tratar especificamente das crises econômicas na sua principal obra, *O Capital*. Mas, apesar da ausência de um tratamento acabado e sistemático do tema, podemos afirmar que todo *O Capital* trata do tema "crise", na medida em que esta descortina as tendências gerais do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento contraditório desemboca periodicamente em crises, que, como já visto, nada mais são que soluções circunstanciais a restaurar a unidade nos momentos em que as contradições se exacerbam para além dos limites que permitem a reprodução das relações essenciais subjacentes a esta formação social.

Além de tratar sobre crises n'O *Capital* (2013), Marx traz o assunto à tona também no capítulo XVII das *Teorias da Mais-Valia* (1980) e ainda nos *Grundrisse* (2013) ao tratar sobre o processo de circulação do capital.

Para melhor entendimento das formas que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista trazem as causas das crises, bem como levam efetivamente à sua concretização, é necessário apresentarmos alguns pontos fundamentais na obra de Marx.

A base do sistema capitalista é a mercadoria e que esta mesma já encerra a contradição de ser ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, de ser fruto do trabalho concreto, mas ter que se expressar enquanto trabalho geral abstrato no processo de circulação, no qual se efetiva a troca e onde a mercadoria se metamorfoseia em dinheiro (M – D) e este novamente em mercadoria (D – M).

A mercadoria na forma dinheiro, funcionando como equivalente geral, é resultado do seu próprio desenvolvimento, assumindo a função de ser meio de circulação, possibilitando as trocas e, portanto, viabilizando o processo de compra e venda.

Mas é justamente pelo fato de que estas fases essencialmente complementares podem se dissociar que se abre a possibilidade de crise:

[...] as diferenças de forma – as fases – por que passa a mercadoria em seu movimento são, primeiro, formas e fases necessariamente complementares; segundo, apesar dessa unidade intrínseca necessária, são por igual partes e formas independentes do processo, contrapostas em sua existência, discrepantes no tempo e no espaço, separáveis e separadas uma da outra. (MARX, 1980, p. 943-944)

Desta forma, para o autor, a mercadoria corresponde à unidade dos polos antagônicos valor de uso e valor. Comumente o comprador da mercadoria serve-se de seu valor de uso e este desaparece no consumo. Tal não ocorre com a mercadoria capital. O valor de uso, produzir lucro, não se extingue com seu consumo, pelo contrário, expande-se. O movimento do capital corresponde à acumulação de valor, na forma de dinheiro, e este é o consumo do capital. Quanto maior a quantidade dinheiro, potencialmente maior a quantidade de mais-valia que se gera em um ciclo de acumulação de capital, portanto, maior o valor de uso do dinheiro enquanto capital.

Essas primeiras possibilidades estão determinadas pela necessidade, intrínseca à mercadoria, de metamorfosear sua forma natural na forma fluída do dinheiro e do risco que corre o processo de valorização do valor se essa metamorfose não se realizar – a superprodução.

Mas a possibilidade de compra e venda se dissociarem no tempo e no espaço – possibilidade visível já nessa instância mais aparente do capital – anuncia apenas a possibilidade mais geral da crise e, por isso, também, a forma mais abstrata dela.

[...] a natureza geral da metamorfose das mercadorias, a qual abrange tanto a dissociação quanto a unidade da compra e venda, em vez de excluir, ao contrário, encerra a *possibilidade* de uma oferta excessiva geral, já que se houver no mercado uma superabundância não de uma, mas de todas as mercadorias, a não ser pelo dinheiro, sua realização, sua venda, ficará ainda mais difícil (MARX, 1980, p. 940, grifo do autor).

Nessa instância, diz Marx (1980, p. 947), “[...] aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo com fundamento concretizado”. Essas formas sozinhas, diz Marx (1980, p. 947), “[...] não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato”.

Isso significa que somente sob a égide do capital, no qual encontramos um desenvolvimento superior da circulação da mercadoria e do dinheiro é que podemos acompanhar o movimento da crise potencial até a materialização da crise real, com as determinações e a dinâmica próprias do modo de produção capitalista, longe, portanto, de se restringirem à mera existência da mercadoria e do dinheiro, categorias anteriores à formação deste sistema.

Cabe ressaltar também que, para o autor, a *causa principal* das crises econômicas encontra-se na verdadeira lei geral da acumulação capitalista, que se dá pelo fato de que quanto maior a riqueza, maior tem de ser a pobreza:

[...] acumulação de miséria corresponde à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e degradação moral, no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2013b, p. 721).

Ou seja, é exatamente no resultado entre o enorme crescimento dos meios de produção de um lado, e o crescimento limitado dos salários e do número de

trabalhadores empregados, que Marx coloca a causa principal das crises econômicas.

Em *Teorias da Mais-Valia*, Marx (1980) também aponta que as crises podem ser desencadeadas por um processo de desproporção na produção de determinadas mercadorias-chaves, cujas cadeias produtivas movimentam um grande esforço econômico. Para o autor, essa desproporção na produção desestimula o reinvestimento.

Seja pela superprodução criada pela não realização do valor de uso ou pela ausência de reinvestimento, a obra marxista possibilita o surgimento de diversas (e conflitantes) interpretações das causas das crises econômicas, sendo impossível o estabelecimento de uma teoria marxista das crises fechada e acabada.

Entretanto, quatro teorias merecem destaque dentro do estudo das causas das crises econômicas a partir da perspectiva marxista. São elas: a subconsumista; a desproporcionalista; do estrangulamento dos lucros pelos salários; e da queda da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital.

Salientamos que estas teorias buscam compreender o movimento cíclico da crise, isto é, o seu ordenamento empírico e causal. Contudo, esta leitura das causas das crises não deve ser considerada o único e melhor caminho para entender o tema "crise do capital" e as suas soluções, pois deixaria de lado o caráter dialético da teoria marxista.

Uma análise correta do problema da crise deve se apoiar no uso de categorias dialéticas – de categorias como possibilidade, realidade, fundamento, fenômeno, modo de expressão ou de manifestação, largamente utilizadas por Marx em *O Capital*. A causa não é apenas aquilo que vem antes, mas é, ainda, aquilo que desaparece no efeito. As categorias dialéticas, porém, não desaparecem uma após a outra, mas, ao contrário, elas se fundem e se misturam entre si sem se dissolverem durante seu desenvolvimento (ANTUNES, 2011a, p. 511).

Posto isto, apresentaremos as principais características destas teorias para investigarmos as relações de teorização – e prática – entre si, que servirão para mediação entre o empírico – real aparente – e o concreto – real pensado – do tema pesquisado.

Luxemburgo (1985) afirma que o sistema capitalista não é capaz de expandir-se por si mesmo e tem uma tendência a estagnação se não houver fatores externos, como guerras, ondas de inovações tecnológicas, etc. Afirma ainda que a conquista

imperialista foi uma saída para resolver a falta de demanda em momentos anteriores.

Para a autora, as crises são inerentes à economia capitalista justamente porque o subconsumo é inerente ao processo de acumulação e como destaca Marx:

[...] o fundamento último de todas as crises reais é sempre a pobreza e restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite. (MARX, 1983b, p.24).

A teoria do subconsumo fundamenta-se na ideia de uma superprodução relativa de mercadorias, onde os trabalhadores não são capazes de consumir o excedente que produzem e os capitalistas não possuem interesse em fazê-lo por primarem pela acumulação.

Não se trata de superprodução absoluta, superprodução em si confrontada com a necessidade absoluta ou com o desejo de possuir mercadorias. Nesse sentido não existe superprodução parcial nem geral, e uma não se opõe a outra. [...] os verdadeiros produtores das mesmas mercadorias que congestionam o mercado carecem delas. Não se pode dizer aí que deveriam produzir as coisas para obtê-las, pois as produziram e apesar disso não as obtiveram (MARX, 1980, p. 942).

Para Marx, o processo produtivo era irracional e o mercado acabava inundado com bens em excesso – superprodução. Essa superprodução não encontrava demanda devido ao baixo salário dos trabalhadores – subconsumo.

Em outras palavras, a riqueza produzida pelos trabalhadores excede o total dos salários recebidos, em que a maior parte do valor criado pelo trabalho é apropriado pelos detentores dos meios de produção na forma de lucros. Desta forma, sempre haverá um excesso de bens que a classe operária não poderá comprar, gerando assim superprodução e a contração da economia.

Destarte, podemos constatar que a superprodução tem como princípios fundamentais a existência do trabalho em sua forma assalariada, da produção capitalista como uma produção pela produção e da existência de uma classe de exploradores que não produzem para si própria, mas, sim, para a incessante e insaciável acumulação de capital, o que causa uma crise de realização dos valores produzidos.

Desenvolvendo seus estudos a partir da teoria desproporcionalista, o economista austríaco Hilferding (1985) afirma que a superprodução relativa de mercadorias é um fator relevante para eclosão de crises econômicas, contudo a principal causa das crises é a desproporção na produção de mercadorias entre os ramos interdependentes do capitalismo.

Para este autor se houvesse um prévio planejamento entre os capitalistas para a produção e não uma submissão ao caráter anárquico do sistema, não haveria razões para as crises. Contudo, a busca desenfreada pela acumulação impossibilita este planejamento e acaba pressionando o mercado com excesso de mercadorias, resultando em crises.

Avançando na análise sobre as causas das crises econômicas, podemos citar a teoria da crise baseada no estrangulamento de lucros pelos salários, que tendo como principal estudioso o economista japonês Itoh (1980), busca atribuir um caráter sistemático para que as crises ocorram.

O principal argumento do autor baseia-se no aumento da força dos trabalhadores na luta de classes e no enxugamento do exército industrial de reserva para o estrangulamento de lucros.

Como um raciocínio pragmático e revolucionário, para este teórico, a causa da queda do lucro é o aumento dos salários dos trabalhadores ou a desaceleração da produtividade, obtida a partir da luta dos trabalhadores que se organizam e disputam o controle da produção na fábrica.

Para o mesmo autor, o aumento do salário real em relação a produtividade provoca a diminuição da taxa de lucro, o que por sua vez inibe os investimentos da classe capitalista e, conseqüentemente, a produtividade cresce de forma mais lenta ainda, precipitando uma crise.

Finalmente, examinaremos a tendência decrescente da taxa de lucro, que nas palavras de Marx

[...] se expressa a mesma taxa geral ou até mesmo uma taxa crescente de mais-valia diz: tomando uma quantidade qualquer do capital social médio, por exemplo, um capital de 100, uma parte cada vez maior dele é formada por meios de trabalho, e uma parte cada vez menor é formada por trabalho vivo. A quantidade global do trabalho vivo, agregado aos meios de produção, diminui em relação ao valor desses meios de produção. Logo, também diminui o trabalho não pago e a parcela do valor na qual ele se expressa, em relação ao valor do capital global adiantado. Dito de outra maneira: uma parte alíquota cada vez menor do capital global desembolsado se transforma em trabalho vivo. Por isso, esse capital global absorve cada vez menos mais-trabalho como proporção de sua magnitude,

mesmo que cresça a proporção entre a parte não paga e a parte paga do trabalho empregado (MARX, 1980, p. 184).

Neste trecho da obra de Marx, observa-se que a crise é proveniente da queda da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital, que se inicia com o desenvolvimento do capitalismo – e está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados com a própria produtividade – e em virtude da concorrência entre os capitalistas surge a necessidade de baratear os custos da produção, objetivo alcançado com o aumento da produtividade aliado a contratação de menor (ou igual) força de trabalho para operar novas máquinas (nova tecnologia) e matérias-primas.

Este aumento do capital constante em relação ao capital variável foi denominado por Marx de aumento da composição orgânica do capital, que é exatamente o aumento dos meios de produção mobilizados pela mesma força de trabalho. Tal situação implica na diminuição da parcela do trabalho vivo contido em cada mercadoria e, assim, na redução da taxa de mais-valia – que impulsiona uma tendência à queda na taxa de lucro.

É a partir desta teoria que autores como Grossman, Yaffe e Shaikh explicam as crises econômicas no capitalismo (BENOIT; ANTUNES, 2009). Para eles, quando a queda da taxa de lucro é exorbitante, novos investimentos não são mais compensatórios, instalando-se assim a crise econômica, que surge na forma de paralisia do funcionamento da economia do capitalismo, com a destruição de capital constante – fechamento de fábricas e sucateamento de máquina – e de capital variável – desemprego e redução de salários.

O estudo das causas das crises econômicas a partir da perspectiva marxista, seja pela teoria do subconsumo, da desproporcionalidade, do estrangulamento dos lucros pelos salários e da queda da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital, nos indica que as causas para o desencadeamento das crises são meras formas de manifestação de contradições ocultas da produção capitalista, sendo o ponto central de sua gênese a crescente luta da classe burguesa pela elevação da produtividade do trabalho social e pela ampliação de mais-valia.

Desse modo, independente da ótica interpretativa no interior da corrente marxista, as crises sempre resultam das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Elas não decorrem de eventos que acontecem fora do sistema econômico, mas emergem em virtude do seu próprio desenvolvimento (HARVEY,

2011) e ao se constituírem como parte intrínseca dessa dinâmica, restauram o sistema e o recoloca em seu curso normal – e contraditório – de desenvolvimento.

2.2 A crise bancária e o endividamento da população

A crise bancária, especulativa, financeira, global ou simplesmente crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos e que açoitou o planeta com a força de um tsunami (BAUMAN, 2010) no período em que a globalização mercantil e financeira encontrava-se em elevados patamares constitui-se como pano de fundo para o presente estudo.

Entretanto, não é suficiente apenas observar, em caráter imediato, as causas e os efeitos econômicos e financeiros do colapso de 2008 para analisarmos nosso objeto de pesquisa, a educação financeira. Faz-se necessário um exame completo dos fatores que incidiram durante o processo para refletirmos sobre as respostas que o capitalismo encontrou para sair deste colapso.

A crise, que se iniciou com o *subprime* imobiliário em 2007 nos Estados Unidos alimentado pela enorme expansão do crédito bancário e alastrou-se pelo mercado financeiro mundial colocando quase todos os segmentos da economia em grandes dificuldades de liquidez, apresenta características semelhantes à "crise de 1929", tendo em vista que além de serem consideradas crises de superprodução – e porque não dizer resultado das contradições inerentes ao modo de produção capitalista – são marcadas por perdas financeiras e desaceleração da economia.

Entretanto, a disposição para a intervenção estatal é um elemento determinante que diferencia nitidamente a crise econômica de 2008 e que merece ser destacado. Como Meszáros (2011a, p. 17) expõe, em comparação com a crise econômica mundial de 1929-1933, a crise de *subprime* imobiliário de 2008 "[...] se parece com uma festa no salão de chá do vigário".

Durante a década de 1990, a economia norte-americana foi marcada por duas grandes tendências: a baixa inflação, que incentivou o banco central norte-americano, o *Federal Reserve* (FED) a manter baixas taxas de juros básicas – resultando, assim, em baixos retornos para bancos e outras instituições; e a intensa competição entre bancos e outras instituições financeiras, que estavam em busca de maiores ganhos em um cenário marcado pela liberalização financeira.

Os bancos e as instituições financeiras passaram a buscar novos mercados, mais promissores, onde garantissem maiores lucros, mesmo com a perspectiva de riscos ascendentes. Desta forma, passaram a desenvolver novos instrumentos financeiros – os produtos financeiros estruturados – que tinham como objetivo viabilizar a constituição de um amplo mercado secundário para novos empréstimos bancário - os hipotecários.

Bresser-Pereira (2009, p. 133) critica estes agentes financeiros, afirmando que a crise de 2008 não teria sido tão grave

[...] se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis “inovações financeiras” para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA por obra e graça não do Espírito Santo, mas de agências de risco interessadas em agradar seus clientes.

A partir de 1997, o mercado financeiro imobiliário surge como extremamente promissor e como Borça Júnior e Torres Filho (2008) expõem entre 1997 e 2006, os preços dos imóveis nos Estados Unidos se elevaram de forma contínua, chegando até mesmo a triplicar e o estoque de hipotecas no país rondava a casa dos 10 trilhões de dólares no início dos anos 2000, contando com o suporte de empresas para-estatais (a *Fannie Mae* e *Freddy Mac*).

Entretanto, o mercado imobiliário apresentava um crescimento relativamente lento e para que as instituições financeiras tivessem lucro rápido era necessário buscar novos meios de ampliá-lo. E é dentro desta perspectiva que o mercado se abre para os clientes *subprime*.

Carvalho (2008, p. 25) caracteriza o termo *subprime* como

Contratos de financiamento de compra de residências, chamados de hipotecas residenciais, são contratos de longa duração, em que o próprio imóvel é dado em garantia do empréstimo. O comprador não se torna proprietário do imóvel até que o pagamento seja completado. Se o comprador der um calote, o financiador simplesmente retoma o imóvel, podendo então revendê-lo para recuperar seu prejuízo. O banco financiador da hipoteca normalmente não deseja retomar o imóvel. [...] Para reduzir as chances de ter de retomar o imóvel, o banco que emprestava a hipoteca, tradicionalmente, fazia uma análise detalhada da ficha de crédito do candidato a financiamento, examinando sua renda, seu crédito na praça, suas perspectivas profissionais etc. de modo a reduzir a chance de efetuar um empréstimo a alguém que não pudesse pagar de volta o dinheiro tomado. Os tomadores que não preenchessem essas condições não receberiam empréstimos. O termo *subprime* identifica precisamente os indivíduos que não teriam renda, ou garantias, ou história de crédito que justificassem a concessão do empréstimo. Em outras palavras, essas eram as pessoas que ficavam de fora do mercado de financiamento de imóveis,

por falta de qualificações suficientes para convencer as instituições financeiras de que eram um risco aceitável.

Este era um mercado com enorme potencial, visto que abrangia um universo muito grande de pessoas. Mas devido ao elevado risco que estes clientes representavam a maior parte desses financiamentos foi feita sem as garantias tradicionalmente oferecidas pelo governo federal norte-americano e com alterações no sistema de regulamentação do setor, onde os bancos e financeiras usaram métodos para disfarçar as hipotecas *subprime*, em um processo chamado de *securitização*.

O sistema financeiro ofereceu aos americanos de renda mais baixa e instável o sonho da casa própria. Ao mesmo tempo, ofereceu aos de cima outro sonho, o da alta rentabilidade financeira – já que as operações tradicionais, como a concessão de crédito, estavam remunerando muito aquém dos seus sonhos financistas. O sonho dos de baixo era compatível com o sonho dos de cima. Diferentemente das empresas e outros entes, os americanos de baixo (os indivíduos do grupo *subprime*) supostamente poderiam pagar aos de cima juros mais altos. O sistema pactuou os sonhos dos “subcidadãos” com os sonhos das superinstituições financeiras. (SICSÚ, 2008, p.57)

Este sistema transcorria bem, até que em junho de 2006, o FED decide aumentar sua taxa de juros de 2,5% a.a. para 5,25% a.a. Este encarecimento do crédito gerou uma desaceleração do mercado imobiliário e “[...] depois de alcançar vendas de mais de 8,5 milhões de imóveis residenciais no quarto trimestre de 2005, o mercado iniciou uma trajetória de queda” (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008, p. 144) no segundo semestre de 2006, onde os imóveis passam a perder seu valor, dificultando a renegociação das hipotecas *subprime* por parte dos clientes com dificuldades.

Segundo Borça Júnior e Torres Filho (2008), a maior parte destes clientes já não podia pagar suas hipotecas na época de menores taxas, quem dirá com a elevação de custos. Este momento é então marcado por um aumento das taxas de inadimplência, o que leva os detentores dos empréstimos a se verem obrigados a executar suas hipotecas.

Diante da falta de informações e de um sentimento de pânico, investidores começaram a resgatar suas aplicações em fundos imobiliários, ao mesmo tempo em que pararam de renovar suas aplicações em papéis desse setor, causando uma expressiva desaceleração de crédito.

No primeiro semestre de 2007, a economia norte-americana passou a dar sinais de alerta sobre a extensão da crise no setor imobiliário, já que importantes bancos de investimentos (como o *BNP Paribas*) e empresas especializadas em hipotecas *subprime* informaram que não tinham como honrar os ativos de seus investidores.

Este foi o primeiro sinal real de que os bancos haviam parado de emprestar dinheiro entre si, secando as fontes principais de financiamento. Ao final desse ano, grandes grupos bancários já revelavam perdas bilionárias com o mercado *subprime* (o grande grupo financeiro *Citigroup* perdeu cerca de US\$ 3,1 bilhões nos primeiros meses de crise) e elevada exposição à inadimplência, impulsionando a crise e colocando em risco o crescimento econômico proposto para o ano seguinte.

Nos meses iniciais do ano de 2008, a crise se aprofundou, atingindo fortemente as maiores economias do planeta e causando perdas irreparáveis para o sistema econômico mundial, atingindo seu ponto mais crítico no segundo semestre deste ano, o que obrigou os bancos centrais dos países atingidos a tomarem medidas drásticas para a contenção do movimento recessivo que passava a dominar suas economias.

A crise deflagrada na "sexta-feira negra" de 15 de setembro de 2008 em decorrência da decisão do Tesouro dos EUA (FED) de não socorrer o grupo Lehman Brothers Holdings Inc. teve seu início em agosto de 2007, quando o Banco Francês BNP Paribas congelou o resgate de cerca de 2 bilhões de euros de fundos sob sua administração, alegando identificar um risco relevante nos pagamentos de crédito *subprime* nos EUA (DUARTE, 2012).

Essa atitude do FED teve um impacto enorme sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana socorreria todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário.

Como fruto deste pânico no mercado imobiliário dos EUA podemos citar a derrocada da empresa American Home Mortgage, uma das 10 maiores empresas do setor de crédito imobiliário e hipotecas, que pediu concordata no mesmo ano (DUARTE, 2012).

Segundo defende Harvey (2011), o capitalismo não pode resolver os problemas gerados pela crise, porque não pode superar as suas próprias contradições e em pouco tempo o setor produtivo foi contaminado pela secagem dos

canais de crédito, redução do consumo, desincentivo aos novos investimentos, e não precisamos frisar o aumento exponencial do desemprego e seu produto direto, a miséria.

Em outras palavras, a "evaporação do crédito" em virtude da crise instaurada, resultou em uma rápida e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo, corroborando com a afirmativa de Mészáros de que "[...] a imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro [...] é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria" (MÉSZÁROS, 2011a, p. 25).

É importante destacar que este colapso do setor bancário em nenhum momento sinalizou a derrocada do capitalismo. Isto fica evidente no movimento dos líderes mundiais, que frente ao cenário caótico, instauraram políticas fiscais e monetárias expansionistas como alternativas para solucionar os problemas do grande capital.

No caso norte-americano, ao prosseguir em declínio, a economia foi marcada não apenas por uma, mas por sucessivas intervenções estatais, tais como: aquisição do banco Bear Stearns pelo banco JP Morgan Chase, após oferta do FED de uma linha de crédito de US\$ 30 bilhões e intervenção pelo FED nas empresas Fannie Mac e Freddie Mac – injeção de liquidez na ordem de US\$ 200 bilhões – com posterior estatização das empresas em virtude dos riscos oriundos do mercado financeiro (DUARTE, 2012).

Frente ao cenário apresentado, observamos que durante a crise de 2008, as autoridades políticas e financeiras se preocuparam apenas com um único aspecto: a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e de seguros.

Contudo, os economistas liberais pregavam que paralelamente à utilização dos recursos públicos para mitigar a propagação da crise e manter a liquidez dos bancos era necessário a retomada da regulação sobre o mundo das finanças privadas.

Mazzucchelli (2008, p. 3) afirma que o

[...] credo liberal e a panaceia dos mercados eficientes e auto-regulados foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior ou menor grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, [...] e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito.

Nessa perspectiva, o discurso liberal que emergiu na década de 1970 de que as crises econômicas tinham como determinante o tamanho do Estado, pois o excesso de políticas sociais exige muitos impostos e deixa as empresas pouco competitivas e impossibilitadas de abrirem novos postos de trabalho foi posto de lado na crise de 2008 e as privatizações e radical liberalização financeira perderam espaço para estatizações e controle estatal.

Mas o que mais chama a atenção na crise de 2008 é a ação dos governos, tipicamente keynesiana, através de medidas superficiais que pudessem amenizar as contradições mais gritantes, socializando os enormes prejuízos e como parte de um projeto de classe destinada a restaurar e consolidar o poder do capital, que buscou a restauração do ciclo crédito-gasto-renda. Contudo, este ciclo crédito-gasto-renda possuía um novo personagem: o crédito pessoal.

A bancarização dos meios de vida, nos termos de Iamamoto (2013), estimulada pela criação do crédito pessoal direto aos consumidores pobres e miseráveis, via bancos ou cartão de crédito, estimulou o endividamento da população junto às instituições financeiras e afetou diretamente a satisfação de suas necessidades básicas (e a continuidade da cadeia produtiva), agravando assim a desigualdade estrutural e a degradação da vida humana e da natureza.

Em outras palavras, ao buscar “[...] disseminar, pelos aparatos midiáticos e suas imagens-alegorias de desejos, sonhos exclusivamente individuais, [...] em que se sonha possuir uma casa transbordante de quinquilharias eletrônicas.” (ALVES, 2011, p. 170) e ao produzir mercadorias com obsolescência programada, a nova ordem liberal estimulou também o endividamento da população junto às instituições financeiras.

Frente a estes inéditos níveis de pobreza, surge a “[...] necessidade de 'empoderar' as pessoas que vivem na pobreza crônica, nelas desenvolvendo potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis do mercado, com base no acesso crescente a uma gama de ativos” (IAMAMOTO, 2013, p. 339).

Mas como empoderar esta população? Para os que advogam por esta política, a inédita possibilidade de acesso ao mercado financeiro cria ao mesmo tempo a necessidade de uma política pública relacionada à educação financeira e ao consumo consciente, de forma a tornar acessíveis, conhecimentos relacionados a produtos e serviços financeiros, mantendo assim este mercado em perfeito

funcionamento (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012, p. 87), ou seja, consumindo.

Observa-se que após a crise de 2008, prontamente o capital financeiro, encontrou diversas saídas para os obstáculos que surgiram no processo de acumulação, ou nos termos neoliberais, os obstáculos ao crescimento e desenvolvimento econômico, e uma dessas saídas se deu com a continuidade do estímulo ao consumo e do aumento da oferta de crédito direto aos consumidores pobres e miseráveis (HARVEY, 2011), via bancos ou cartões de crédito aliada a uma política de educação financeira.

Cabe ressaltar, que como exposto anteriormente, o crédito direto aos consumidores de baixa renda foi uma das causas da crise de 2008 e ao mesmo tempo foi a saída para a crise.

Bauman (2010) apresenta esta transformação do cenário a partir da introdução dos cartões de crédito, sob a ótica do consumo e que serve para elucidar o pensamento das instituições financeiras neste momento.

Graças a Deus e à benevolência dos bancos, isso (a pobreza) já acabou! Com um cartão de crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las (BAUMAN, 2010, p.29).

Em outras palavras, neste ímpeto de consumo via crédito rápido e fácil assistimos o aumento do endividamento e ao mesmo tempo uma tentativa de restaurar o equilíbrio do sistema de consumo via empréstimos e políticas de educação financeira, num círculo vicioso, pois a oferta de empréstimos cria e amplia a necessidade de empréstimos.

Nesse momento convém destacar que mais uma vez o aparato hegemônico neoliberal, como estratégia para alavancar a economia, busca constituir um novo terreno ideológico – pós-moderno – para restaurar o seu equilíbrio impulsionando uma reforma de consciência (sociedade de consumo) e de métodos de conhecimento (educação financeira) (ALVES, 2011).

Para os que advogavam pela educação financeira, as inéditas possibilidades de acesso de um novo e grande contingente de consumidores ao mercado financeiro cria assim a necessidade de uma política pública relacionada à educação financeira e ao consumo consciente, de forma a tornar acessíveis, conhecimentos

relacionados a produtos e serviços financeiros (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012).

Contudo, é necessário apenas um ajuste das lentes para observarmos que, tendo como pano de fundo a crise financeira de 2008, o tema da educação financeira passou a ganhar atenção do Estado e das instituições financeiras no Brasil e no mundo, que buscam apenas garantir a manutenção da sociedade mercantil.

Observa-se uma crescente "preocupação" sobre o nível de conhecimento que esta "sociedade de consumo" deve possuir para que seja capaz de gerir suas finanças e continuar a consumir de maneira "consciente", atingindo assim a tão sonhada felicidade, nos termos pós-moderno.

Entretanto, antes de avançarmos na discussão sobre Educação Financeira e a repercussão nas Forças Armadas é necessário fundamentarmos de que se trata "sociedade de consumo", amplamente difundida pela corrente pós-moderna para justificar temas como consumo consciente e educação financeira.

2.3 Sociedade de consumo

Estudos e pesquisas revelam que o consumo sempre esteve presente na vida do ser humano, principalmente no que se refere a satisfação das suas necessidades. É possível observar que desde a pré-história os povos nômades deslocavam-se com frequência em busca de novos territórios para o consumo de alimentos essenciais para sua subsistência e sobrevivência.

Entretanto, diversas mudanças relacionadas a forma e ao modo de consumir ocorreram desde o período pré-histórico até os dias atuais, engendrando as mais distintas interpretações sobre a questão.

Nas últimas décadas do século XX houve um aumento de estudos e pesquisas em torno da "sociedade de consumo", justificado principalmente pelo crescimento acelerado do consumismo. Mesmo com abordagens teóricas diversificadas, autores como Baudrillard (2008), Lipovtsky (2007) e Bauman (2008, 2010) afirmam que esta "sociedade de consumo" é a sociedade pós-moderna, onde o indivíduo é visto apenas como consumidor, principalmente em virtude da automatização do sistema de produção.

Mas o que seria exatamente esta “sociedade de consumo”? Para responder tal questionamento, buscamos apresentar reflexões a partir deste referencial teórico pós-moderno, o que não nos faculta advogar por esta corrente teórica, para posteriormente contrapormos suas bases ao referencial marxista.

Na célebre obra *Sociedade do Consumo*, o sociólogo e filósofo francês Baudrillard (2008, p. 95), afirma que sociedade de consumo é um “[...] modo novo e específico de socialização em relação à emergência de novas forças produtivas e à reestruturação monopolista de um sistema econômico de alta produtividade”.

Nesta obra, o autor realiza uma análise detalhada, embora moralizante, das características da sociedade contemporânea, trazendo a tona não só aspectos subjetivos, mas também aspectos objetivos do consumo. E, neste sentido, Baudrillard (2008, p. 19) afirma:

Chegamos ao ponto em que o “consumo” invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o “envolvimento” é total.

Para ele, o consumo está presente no nosso dia a dia e passa a se definir pela “[...] substituição da relação espontânea mediatizada por meio de um sistema de signos” (BAUDRILLARD, 2008, p. 116), onde “[...] já não existe transcendência, nem sequer a transcendência feiticista da mercadoria” (BAUDRILLARD, 2008, p. 262), mas apenas os signos. Ou seja, não consumimos mercadorias, mas apenas signos.

Com isso, observa-se que a sociedade de consumo pode ser explicada pelo consumo de signos, pois o indivíduo está mais interessado no significado que determinado produto possa ter do que na funcionalidade da própria mercadoria.

O objeto – a mercadoria – passa a atuar como significante e não como significado, pois o consumidor deixa de perceber o objeto pela função que cumpre, passando a consumir pelo que significa para ele adquirir tal produto. O objeto perde seu valor de uso tornando-se termo de todas as significações. No entanto, isso não significa afirmar que a função básica de um produto não tenha importância, mas sim que o papel que ele exerce em nossas vidas vai para além do seu valor de uso.

Em outras palavras, o objeto não é consumido por seu valor de uso, mas sim como um signo manipulável que deixa de estar ligado a uma função. Signo e mercadoria se unem e passam a ser “mercadoria-signo”, que nada mais é do que a

incorporação de uma gigantesca gama de associações imaginárias e simbólicas às mercadorias para torná-las mais atraentes.

Como expõe Solomon (2011, p. 43) em suas análises sobre o comportamento do consumidor, “[...] muitas vezes, as pessoas compram produtos não pelo que eles fazem, mas pelo que eles significam”. E é exatamente deste significado que Baudrillard está tratando.

Baudrillard (2008, p.11) prossegue suas análises reafirmando que as relações atuais são baseadas no consumo e este surge “[...] como modo ativo de relação, como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo nosso sistema cultural”

Com isso, afirma o autor que o discurso da cultura de consumo se assenta no mito da felicidade (e da igualdade e da democracia), pois, em tese, na sociedade de consumo todos tem o direito de consumir e alcançar a felicidade, revelando-se como o “equivalente autêntico da salvação” (BAUDRILLARD, 2008, p. 49). Com isso, o autor defende a tese que esse mito da felicidade obscurece a democratização do mundo material.

A fim de prosseguir na construção de bases sólidas para nossas análises sobre a “sociedade de consumo” dentro da perspectiva pós-moderna recorreremos a um dos mais polêmicos pensadores da atualidade, o filósofo Lipovetsky, que na obra ensaística *A felicidade Paradoxal* reflete sobre o consumo na cena contemporânea, tratado a partir da busca infinda pela felicidade e pelo bem-estar individual.

Para o autor, a expressão “sociedade de consumo” apareceu pela primeira vez na década de 1920, mas é por volta de 1950-60 que ela se populariza, atingindo seu ápice de debate na cena contemporânea. O autor realiza uma descrição cronológica do consumo, propondo um esquema de sua evolução fundado na distinção de três grandes momentos, quais sejam:

Fase I: Inicia-se por volta de 1880 e perdura até a II Guerra Mundial. Essa fase é marcada pela produção em larga escala, lucro através do volume, marketing de massa e grandes magazines.

Fase II: Inicia-se por volta de 1950 e termina em 1970. É marcada pelo exponencial crescimento econômico, pela elevação do nível de produtividade do trabalho, progressão dos salários, maior investimento publicitário, preço baixo, culto ao bem-estar e consumo ordenado pela família.

Fase III: Inicia-se por volta de 1970 e perdura até os dias atuais, sendo caracterizada pelo hiperconsumo. É marcada por um período de forte crescimento dos delitos e crimes violentos, consumo emocional e ordenado pela indivíduo, marketing sensorial, medicalização da vida e socialização pelo consumo.

Como menciona Lipovetsky (2007, p. 32), se a

[...] fase I começou por democratizar a compra dos bens duradouros, a fase II concluiu este processo colocando à disposição de todos, ou quase todos, os produtos emblemáticos da sociedade de afluência: automóvel, televisão, aparelhos eletrodomésticos.

Mas é na fase III que se consolida uma nova dinâmica de consumo, segundo ainda a análise Lipovetsky (2007, p. 45) é caracterizada pela “[...] busca das felicidades privadas, a otimização dos nossos meios corporais e relacionais, a saúde ilimitada, a conquista de espaços-tempos personalizados” (LIPOVETSKY, 2007, p. 45).

Desta forma, o autor afirma que a felicidade é o ideal supremo da fase contemporânea do capitalismo e é em busca dela que se desenvolve o “hiperconsumo”. Não obstante, se é em busca da felicidade que se justifica o consumo, é importante frisar que para o autor esta é uma felicidade paradoxal, pois é efêmera, que se finda ao término do próprio consumo.

Outrossim, para ele, ao lado das condições para que as aspirações individuais sejam satisfeitas pelo mercado encontra-se os obstáculos que se contrapõe à postura hedonista do homem. O consumo-prazer está ao seu alcance, mas é preciso preservar a saúde, evitar os excessos, etc., uma felicidade paradoxal.

Lipovetsky (2007, p. 63) afirma ainda que na cena contemporânea, o consumidor deixa de consumir apenas produtos e passa a buscar muito mais que isso:

[...] o hiperconsumidor já não procura tanto a posse das coisas por elas mesmas, mas, sobretudo, a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência, a embriaguês das sensações e das emoções novas. É o consumo pelo “prazer para si mesmo”.

O consumo não está mais ligado ao seu valor de uso e/ou ao signo, mas sim ao valor experimental, e valendo-se novamente de Lipovetsky (2007, p. 40) “[...] o consumo puro que funciona não como significante social, mas como panóplia de serviços destinados aos indivíduos”.

Desta forma, os objetos passam a estar impregnados de valores, sensações e emoções atribuídas pelas marcas (grandes empresas) e busca-se a partir do consumo uma maior independência e maior mobilidade para usufruir destas sensações, viver as experiências, assim como melhorar a qualidade de vida e conservar a saúde.

Com isso, o autor expõe que não é apenas o mercado que constrói uma sociedade hiperconsumidor, mas, principalmente “[...] uma cultura centrada no ludismo da carne, nas efervescências festivas, na demanda das sensações e êxtases de todo o tipo” (LIPOVETSKY, 2007, p. 135).

Retomando as análises sobre a obra de Baudrillard (2008) observamos um ponto de divergência com Lipovetsky (2007) no que se refere a democratização do mercado, pois para Lipovetsky (2007) o hiperconsumo estimula a democratização do mundo material ao oferecer uma variedade cada vez maior de objetos que se tornam instrumentos de escolha dos indivíduos. A tese, firmada pelo autor, em oposição a Baudrillard, aponta que os indivíduos têm igual liberdade e possibilidade para optar entre um objeto e outro, apegando-se ou não a eles conforme sua própria vontade e atingindo a tão sonhada felicidade.

Nessa direção, é possível concluir as análises sobre a obra de Lipovetsky (2007) afirmando que para o autor, na sociedade de consumo contemporânea, os produtos não vieram para seduzir o homem e obrigá-los a consumir, mas sim para trazer felicidade, que não é atingida apenas pelo bem-estar material, mas sim pelo conforto psíquico e harmonia interior.

Uma nova civilização foi edificada, a qual já não se propõe estrangular o desejo, mas que o exacerba e o desculpabiliza: o usufruto do presente, o templo do eu, do corpo e do conforto tornaram-se a nova Jerusalém dos tempos pós-moralistas. [...] O culto da felicidade em massa veio generalizar a legitimidade dos prazeres e contribuir para a promoção da febre da autonomia individual (LIPOVETSKY, 2007, p. 60).

Por último, mas não menos importante, buscamos apoio nas obras de um dos mais conhecidos sociólogos da atualidade, Bauman (2003), que a partir de uma admirável sensibilidade sociopolítica e cultural realiza um escrutínio sobre o que ele chama de “modernidade líquida”.

Em *Vida para consumo*, Bauman (2003) inicia assim suas reflexões destacando que o consumo é uma atividade humana que existe desde a antiguidade:

O consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. Visto dessa maneira, o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos – e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos (BAUMAN, 2008, p. 37).

Ao longo da obra, ele se dedica a investigar a transformação da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, onde o consumo impera sobre a produção e as relações sociais.

Afirma que o sistema de produção, responsável pela manutenção e fortalecimento da sociedade industrial do início do século XX, vem perdendo centralidade diante da lógica do consumo na modernidade. Com isso, admite que vivenciamos uma passagem de produtores para consumidores, pois o consumo adquiriu a centralidade na vida do indivíduo deixando de ser meramente um elemento de distinção para ser o elemento de inclusão por excelência. Para ele, o consumo se tornou o epicentro do novo capitalismo.

Expõe ainda que as pessoas se transformaram em mercadorias visando serem aceitas na sociedade por meio das relações humanas e, assim, garantirem sua visibilidade num espaço onde, cada vez mais, tudo se torna efêmero e poroso.

O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores [...] não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis (BAUMAN, 2008, p. 76).

Para Bauman (2008, p. 76) na sociedade pós-moderna deixamos de ser uma sociedade de produtores para nos tornamos uma sociedade de consumidores, onde “[...] todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação”, pois é a capacidade de consumir que define o status de cidadão e não mais de produtor.

Mesmo sendo difícil estabelecer um limite entre consumo e consumismo, pois a categorização de necessidades básicas e supérfluas esta intimamente ligada as características culturais de cada sociedade, o autor faz uma diferenciação entre estas categorias, descrevendo o consumismo como “[...] tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros [...], transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade” (BAUMAN, 2008, p.41).

Para o autor, ao contrário de consumo, que é uma atividade vital do ser humano, o consumismo não é algo natural, mas sim um atributo da sociedade baseado no excesso e no desperdício.

Seguindo suas reflexões sobre consumismo, o sociólogo apresenta que na sociedade líquida moderna (ou sociedade de consumo) o ato de consumir esta associado à felicidade alcançada pela satisfação de necessidades criadas pelo sistema capitalista, em volume e intensidades crescentes.

Contudo, “[...] a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito” (BAUMAN, 2008, p. 63). Em outras palavras, a sociedade de consumo só prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros - sua infelicidade.

Encontra-se aqui um ponto de convergência com o filósofo Lipovetsky no que se refere a felicidade paradoxal. Assim como Lipovetsky, Bauman também defende a tese de que a sociedade de consumo depende da não-satisfação dos consumidores, onde a atração por novas compras significa novo começo de um processo de busca da felicidade que não tem fim.

A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na *vida terrena, aqui agora* e a cada “agora” sucessivo. Em suma, uma felicidade *instantânea e perpétua*. Também é a única sociedade que evita *justificar e/ou legitimar* qualquer espécie de infelicidade, [...] também na sociedade de consumidores a infelicidade é crime passível de punição, ou no mínimo um desvio pecaminoso que desqualifica seu portador como membro autêntico da sociedade (BAUMAN, 2008, p.60-61).

É importante frisar que Baudrillard e Bauman abordam um importante conceito em suas obras, que vêm se tornando cada vez mais presente em nossa sociedade: o da obsolescência calculada.

Para Baudrillard, a produção não se dá pelo valor de uso (assim como o consumo), mas sim em função dessa obsolescência calculada, sempre favorecida pela mídia e pela publicidade. O que hoje se produz não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da possível duração, mas antes “em função de sua morte”. (BAUDRILLARD, 2008, p. 44).

Já para Bauman, em virtude do ritmo acelerado de renovação, o próprio mercado envelhece os objetos antes mesmo de eles saírem da fábrica.

O ritmo vertiginoso da mudança desvaloriza tudo o que possa ser desejável e desejado hoje, assinalando-o desde o início como o lixo de amanhã, enquanto o medo do próprio desgaste que emerge da experiência existencial do ritmo estonteante da mudança instiga os desejos a serem mais ávidos, e a mudança, mais rapidamente desejada (BAUMAN, 2008, p. 35).

Em contraponto as fundamentações pós-moderna sobre o consumo, passamos a examinar os conceitos presentes na obra marxista sobre produção e consumo para demarcarmos a fundamentação teórica da pesquisa.

Pontuamos que Marx não utiliza o termo “sociedade de consumo” como nas obras pós-modernas, visto que já mencionado nos estudos de Lipovetsky a expressão “sociedade de consumo” apareceu pela primeira vez na década de 1920, se popularizando por volta de 1950-60 e que desvia o foco do processo produtivo para a esfera privada.

Entretanto, no brilhante texto conhecido como *Introdução À crítica da Economia Política*, Marx realizou seus primeiros apontamentos econômicos no tocante a produção – que para ele é indissociável do consumo –, retomado meticulosamente n’*O Capital*.

Marx nesta obra deixa explícito que busca a contramão do caminho trilhado pelos economistas liberais que separavam o momento do consumo com o da produção, assim como admitiam que esta era destruída na hora do consumo.

Para o autor alemão, o processo de produção, distribuição, troca e consumo na sociedade capitalista são fases distintas de um processo único, “[...] são membros de uma totalidade” (MARX, 2011, p.53), constituindo “um autêntico silogismo” (MARX, 2011, p. 44), no qual a produção aparece como ponto inicial e o consumo como ponto final; já a distribuição e a troca aparecem como o meio-termo.

A produção cria os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca reparte outra vez o já repartido, segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto sai desse movimento social, devém diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute (MARX, 2011, p. 44).

Numa tentativa de caracterização frugal das fases meio afirmamos que a relação de distribuição básica é a que se processa entre o capital e o trabalho, cada qual respectivamente representado sob a forma de rendimentos por lucro e salário. É um processo que emana da sociedade. Já a troca é relação econômica mais

imediatamente do capitalismo e pode ser representada como uma simples circulação de mercadorias (M1-D-M2), num processo que emana dos indivíduos.

A distribuição determina a proporção dos produtos que cabe aos indivíduos; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama para si a cota parte que lhe atribui a distribuição (MARX, 2011, p. 44).

Neste estudo de dissertação de mestrado nossas análises repousarão apenas sob as relações mediadoras entre a produção e o consumo, para refletirmos sobre a ideologia do consumo na atualidade.

Para Marx (2011, p. 45), produção e consumo não são etapas distintas, mas se relacionam dialeticamente, pois “[...] o próprio ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo”, onde ao produzir o indivíduo também consome suas forças vitais e intelectuais, os meios de produção e a matéria prima.

Por conseguinte, a produção é imediatamente consumo, assim como o consumo é imediatamente produção. Cada qual é imediatamente o seu contrário. Sem produção não há consumo e sem consumo não há produção, uma vez que o produto só se torna realmente produto no consumo e somente este criará a necessidade de uma nova produção. Nas palavras do autor, “[...] cada um deles não apenas é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas cada qual cria o outro à medida que se realiza”. (MARX, 2011, p. 48). Marx acrescenta ainda que a produção não produz apenas objetos para o consumo, mas também o modo de consumo. Para ele, a produção cria os consumidores.

Dessa maneira, a produção engendra o consumo ao fornecer os materiais, ao determinar seu modo de consumo e ao despertar no consumidor a necessidade de consumir determinados produtos.

Como Mészáros (2001, p. 677) afirma, “[...] o impulso capitalista para a expansão da produção não está de modo algum ligado a necessidade humana”, uma vez que a produção cria a necessidade.

Em outras palavras, a produção não cria apenas o objeto, mas também o instinto do consumo, assim como é somente no consumo que o produto converte-se em objeto a serviço da necessidade individual para se satisfazer com o uso. É, portanto, somente pelo consumo que a produção se torna produto.

Nas palavras de Marx (2013b, p. 287),

A despeito de todos os discursos piedosos, ele (o capitalista) busca meios para impulsionar (os trabalhadores) ao consumo, procura dar aos seus produtos novos encantos, inspirar novas necessidades pela propaganda constante, etc.

Ainda nesta obra, Marx afirma que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral, pois mesmo considerando que todas as épocas da produção existem características comuns, “[...] quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social” (MARX, 2011, p. 41). Com isso, podemos afirmar que as condições históricas gerais afetam (e transformam) não apenas a produção, mas também o consumo.

Este é o principal ponto que a obra marxista divergente das obras pós-modernas, principalmente em relação ao pensamento de Baudrillard (2008).

Como já destacado anteriormente, para este autor o consumo na cena contemporânea passou a se definir pela “[...] substituição da relação espontânea mediatizada por meio de um sistema de signos” (BAUDRILLARD, 2008, p. 116), e “[...] já não existe transcendência, nem sequer a transcendência feiticista da mercadoria” (BAUDRILLARD, 2008, p. 262), mas apenas os signos.

Para Marx não há dúvidas de que as formas de consumo (e também de produção) sofrem mudanças de acordo com as condições históricas, mas isto não nos autoriza afirmar que substituímos as mercadorias pelo consumo de signos.

O que ocorre na cena contemporânea é apenas novas formas de consumo e de produção de mercadorias, fruto das atuais condições históricas, pois para ele a “[...] mercadoria é, antes de tudo um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer tipo” (MARX, 2013, p.113) e seu valor de uso é um ato histórico, que se transforma de acordo com o modo de vida da sociedade.

Nas palavras de Mészáros (2011, p. 639), “[...] no curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual são utilizados tanto os bens a serem consumidos, como os instrumentos com os quais serão produzidos”.

Ressalta-se ainda que à luz do marxismo não podemos compreender a produção como exclusivamente produção material, pois Marx deixa explícito que a

sociedade produz suas relações políticas e ideológicas, como também as econômicas.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX e ENGELS, 2009, p. 31).

As abordagens expostas e análises contrapostas nos indicam que a corrente pós-moderna vêm disseminando que o consumo passou a ser o foco da vida social, o meio para que o homem atinja suas necessidades. Tal afirmação caminha na contramão do pensamento marxista, que considera o trabalho a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades.

Para Marx, o consumo é a concretização do trabalho e da produção. É a maneira pela qual os seres humanos se mantêm e se reproduzem como indivíduos, tanto no sentido físico e mental, como num contexto sócio histórico. Contudo, sob o modo de produção capitalista, o consumo tornou-se consumo de produtos criados por outros que tem como propósito principal a obtenção de lucro e não a satisfação de necessidades humanas.

Dito de outra forma, no capitalismo, as relações entre sujeitos são fetichizadas, transfiguradas em relações entre mercadorias, o que torna o consumo alienado e permite a falsa ilusão de que vivemos em uma sociedade de consumo e não em uma sociedade de produtores.

E é dentro desta falsa ilusão de sociedade de consumo pós-crise de 2008 que surgem as propostas de Educação Financeira, pois como manter uma sociedade de consumidores frente ao rebaixamento de salários e/ou aumento do exército industrial de reserva? Esta é uma das respostas que buscaremos no próximo capítulo.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, para desvendar os elementos constitutivos do discurso dos Programas de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, o dividiremos metodologicamente em dois eixos de discussão.

No primeiro ponto trazemos o debate abrangente sobre a Educação Financeira, entendida como “[...] um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2).

Nesta perspectiva, buscamos pela exposição de diretrizes gerais de propostas de educação financeira tanto a nível mundial quanto à nível nacional, transitando pela análise de experiências desenvolvidas por instituições públicas e privadas.

No segundo ponto deste capítulo, trazemos as análises sobre o texto do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, instituído pela Portaria Normativa nº 881/MD e que é ponto de partida para a formulação dos Programas de Apoio Socioeconômico das três Forças Armadas.

Para alcançar a compreensão exigida e tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como este texto se articula com a história e a sociedade que o produziu utilizamos como instrumento a Análise do Discurso. Nosso objetivo aqui não é não descobrir nada novo, apenas fazer uma nova interpretação ou uma re-leitura do texto dos Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas.

3.1 Os programas de educação financeira no Brasil

As atuais propostas de Educação Financeira, entendida aqui como “[...] um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2), pretendem instruir a população a partir do desenvolvimento de capacidades e habilidades financeiras para aliviar os riscos previsíveis do mercado.

No discurso neoliberal, o planejamento financeiro levado a cabo pela educação financeira tem se tornado tema cada vez mais relevante para a sociedade. Suas propostas buscam desenvolver a concepção de que o mercado está disponível para todos e para que sejam capazes de realizar seus sonhos é necessário apenas um planejamento adequado de suas finanças pessoais.

Como destaca Matta (2007), além da preocupação com a eficiência dos mercados, o objetivo principal do Estado, ao estabelecer uma política de educação financeira, é o crescimento do mercado, a partir da inclusão de novas pessoas que hoje se encontram excluídas do sistema financeiro.

Visto sob outro ângulo, o discurso da Educação Financeira busca a incorporação dos segmentos pobres ao mercado, pela via do consumo contínuo.

Nas palavras de Mota (2012, p. 34):

[...] ao aliar o combate a pobreza a defesa do crescimento econômico, a burguesia e seu Estado protagonizam uma sociabilidade baseada na ideologia do consenso: a possibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Especialistas na área de finanças (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; SOUZA, 2013; AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012; ANSELMO, 2014) utilizam-se de um discurso dito democrático para sustentar a tese de que é de fundamental importância a formação de uma cultura de conscientização financeira da população para que esta aprenda a gerir a sua renda, a poupar e investir.

Para estes autores, houve uma ampliação da oferta de produtos e serviços voltados para atender ao público desassistido até hoje - os pobres. E que, apesar deste contingente de pessoas estar ávido por utilizar os produtos e serviços disponibilizados por essa indústria, elas são inexperientes no trato das questões financeiras e necessitam ampliar seu conhecimento neste campo.

Isto posto, para eles a educação financeira garante a autonomia e a inclusão social dos indivíduos, além de permitir o aumento do bem-estar e da qualidade de vida, uma vez que tornam os indivíduos mais integrados à sociedade.

Em outras palavras, cidadãos educados financeiramente são transformados em consumidores responsáveis, empoderados, motivados e competentes e porque não dizer, em cidadãos felizes, pois como destaca Barroco (2011, p. 209), “[...] valores oriundos da sociabilidade burguesa [...] como o consumismo, se apoiam, no

princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade”.

De forma complementar, os que advogam pela educação financeira, destacam as consequências sistêmicas da educação financeira, pois uma população financeiramente educada contribuirá para a eficiência do mercado e do bem-estar econômico geral.

Mas como estas propostas de educação financeira têm sido desenvolvidas no mundo e no Brasil? E nas Forças Armadas?

No cenário mundial, o tema “educação financeira” vem sendo amplamente discutido em países como EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (ANSELMO, 2014), com pesquisas concentradas nos dois primeiros.

Savoia, Saito e Santana (2007) destacam que nos EUA há um envolvimento muito grande das instituições governamentais, financeiras e do terceiro setor com ações voltadas para educação financeira, principalmente no que tange a sua inclusão obrigatória nas escolas, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta, principalmente em virtude dos dados que o endividamento da população vinha apresentando.

Nos EUA, o endividamento médio das famílias cresceu algo em torno de 22% nos últimos oito anos - tempo de uma prosperidade que parecia não ter precedente. A soma total das aquisições com cartões de crédito não ressarcidas cresceu cerca de 15% (BAUMAN, 2010, p. 32).

Ainda a nível internacional podemos citar a iniciativa de um órgão de grande prestígio, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A OCDE criou o Financial Education Project, com o objetivo de estudar e propor alternativas para a Educação Financeira, com um discurso sobre a conscientização do “câncer financeiro”, o endividamento (ANSELMO, 2014). Nos relatórios, apresenta que ainda existem obstáculos para o sucesso da prática de educação financeira, principalmente pela reduzida compreensão da população sobre os seus benefícios, por isso as diretrizes giram em torno da proposta de uma educação financeira precoce, levando em conta, principalmente, o aspecto comportamental das crianças, para que desde cedo aprendam a lidar com finanças.

No Brasil, o tema vem ganhando destaque desde 2010 com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

Segundo o art. 1º do Decreto, a finalidade do ENEF é promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

No Portal da Internet do governo federal denominado “Vida e Dinheiro”, verifica-se que a ENEF reconhece a educação financeira “[...] como ferramenta de inclusão social, de melhoria da vida do cidadão e de promoção da estabilidade, da concorrência e da eficiência do sistema financeiro do país”.

As ações da ENEF são compostas pelos programas transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada, mas executados de modo descentralizado.

Em síntese, os programas transversais oferecem ações de educação financeira que, pelo público beneficiário ou temática financeira priorizada, não são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão ou entidade. Os objetivos requerem a conjugação de diversos temas como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor.

Já os programas setoriais são os programas e as ações desenvolvidas pelos membros do CONEF e que estão alinhados às diretrizes propostas pela ENEF. Esses programas são regidos pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição.

Um membro de destaque dentro dos programas setoriais é o Banco Central do Brasil (BCB). O BCB criou em 2013 o Programa Cidadania Financeira voltado para a promoção da educação financeira e o acesso a informações sobre Sistema Financeiro Nacional. O Programa visa garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do SFN.

Segundo a instituição, o Programa tem como objetivo “[...] capacitar o cidadão brasileiro a administrar seus recursos financeiros de maneira consciente” (BRASIL, 2013) e está alinhado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e ao Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional, no âmbito da Parceria Nacional para Inclusão Financeira, atuando em três frentes:

1) Gestão de finanças pessoais – Foco no hábito de poupança e na responsabilidade no uso do crédito.

2) Relacionamento do cidadão com o SFN – Informação, formação e orientação sobre serviços e produtos financeiros, sobre os canais de atendimento e de resolução de conflitos com o SFN e sobre o papel e as funções do SFN e do BCB.

3) Relacionamento das instituições financeiras com o cidadão – Indução de boas práticas de educação na oferta de serviços financeiros.

Ainda sobre o ambiente externo as Forças Armadas, convém destacar, que diversas instituições financeiras no Brasil e no mundo possuem programas de educação financeira.

De abrangência nacional podemos citar a experiência do Banco Itaú, visto que com o discurso do “uso consciente do dinheiro” disponibiliza informações sobre educação financeira para seus clientes, com o objetivo de “[...] entender as necessidades das pessoas para oferecer conhecimento e soluções financeiras adequadas, contribuindo para que indivíduos e empresas tenham uma relação saudável com o dinheiro” (ITAÚ, 2017a, p. 7).

A cartilha sobre planejamento financeiro do Banco Itaú considera que a população brasileira, em sua grande maioria, não possui uma relação sustentável com o dinheiro, pois suas “[...] decisões de consumo e investimento são determinadas mais pelas respostas a desejos, conscientes ou não, e menos por decisões racionais sobre quanto consumir ou poupar” (ITAÚ, 2017b, p. 5).

Para a instituição, “[...] a estabilidade do poder de compra, ao longo da vida, tem papel fundamental na saúde financeira e nos níveis de estresse dos indivíduos, com reflexos em sua produtividade, [...] crescimento profissional e estabilidade no trabalho” (ITAÚ, 2017b, p.2).

Em outras palavras, a falta de planejamento financeiro interfere na capacidade produtiva do trabalhador, aumentando os custos das empresas e diminuindo a capacidade de crescimento profissional do sujeito.

Por conseguinte, o Banco propõe “[...] contribuir para a melhoria do bem-estar financeiro dos colaboradores e conscientizá-los sobre a importância do tema”, assim como “oferecer soluções adequadas às suas necessidades” (ITAÚ, 2017a, p. 13).

A operacionalização destes objetivos inclui desde informações sobre o tema no Portal da Internet do Banco até a realização de palestras, atendimento

personalizado nas agências bancárias e cursos presenciais e à distância, buscando sempre auxiliar o indivíduo (e sua família) a encontrar, de maneira sistemática e organizada, soluções para o uso adequado do dinheiro.

Além deste exemplo referente a política de Educação Financeira desenvolvida por órgãos públicos e privados, cabe mencionar que o próprio mercado enxergou na educação financeira uma boa fonte de renda e consumo, pois atualmente existe uma variedade de livros, palestras, cursos e especialistas que trabalham disseminando a informação financeira pessoal. Não é raro encontrar livros com a promessa de transformar o trabalhador em um milionário.

Apresentados estes dados, aproximamos do entendimento de que as diretrizes gerais das propostas de educação financeira no Brasil e no mundo convergem no ponto de que é urgente a necessidade de formação de uma cultura de conscientização financeira da população para que esta aprenda a gerir a sua renda, a poupar, investir e consumir, contribuindo assim tanto para a eficiência do mercado quanto para sua qualidade de vida.

E quanto aos programas de Educação Financeira nas Forças Armadas? Estes também convergem com os programas citados anteriormente? Buscaremos, a seguir, tais análises utilizando-se como instrumento a Análise de Discurso.

3.2 Educação financeira nas Forças Armadas

A realidade da Política de Educação Financeira nas Forças Armadas requer, inicialmente, situá-la enquanto política que se coloca como uma das estratégias de resposta da instituição à questão social, na tensão entre as diretrizes de focalização de políticas voltadas para um segmento considerado vulnerável, de um lado, e o acesso a políticas universais de outro.

Posta esta necessidade inicial de situarmos a Política de Educação Financeira, é imprescindível uma rápida passagem pela discussão da questão social, enquanto categoria objetiva, componente da realidade social, a fim de situarmos a política de assistência do Ministério da Defesa.

A questão social se configurou historicamente como um processo multifacetado, marcada por desigualdades sociais e processos de dominação e exploração. Todavia, concomitante, é marcada pela resistência e pelo questionamento dessas desigualdades.

A gênese da questão social encontra-se na contradição entre a socialização da produção, o seu caráter coletivo, e a apropriação privada da riqueza, da atividade humana — o trabalho —, as condições necessárias para sua realização e os seus frutos (IAMAMOTO, 2011, p. 156).

Desta forma, assume diversas expressões, que se refletem no cotidiano de indivíduos, famílias, grupos, comunidades, países e diferentes segmentos populacionais, como os militares.

Para Iamamoto (201, p. 156), a questão social:

[...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...]. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais.

Diversos episódios de lutas sociais derivados da questão social marcaram a história e resultaram na ampliação da presença estatal para satisfação das necessidades sociais, através de um conjunto de intervenções no campo da política social. No caso do Brasil, tais lutas culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando avanços significativos no campo dos direitos de cidadania.

Em contrapartida, as idéias neoliberais que invadiram o mundo e suas diretrizes passaram a ter fortes rebatimentos na política social brasileira, já nos anos seguintes à promulgação da Carta Magna e na década de 1990, iniciou-se um processo de contra-reforma do Estado, em que as conquistas dos anos 1980 passaram a sofrer ataques a partir de ações de privatização, desmonte do patrimônio público, precarização das políticas sociais e desresponsabilização do Estado na condução das mesmas.

Segundo Iamamoto (2012, p. 162)), as respostas empreendidas à questão social passam a ser transferidas “para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de combate à pobreza e à exclusão social”.

Para a autora, há no cenário atual o reconhecimento de “[...] que a universalização restrita das políticas sociais e sua focalização na pobreza contribuem para a redução das necessidades de financiamento do gasto social público” (IAMAMOTO, 2012, p. 201).

Neste ponto situamos a formulação da Política de Assistência Social das Forças Armadas, instituída pela Portaria Normativa nº 1.173 do Ministério da Defesa, que com um discurso harmônico às Políticas de Assistência Social estabelecidas pelo governo federal busca atender as demandas socioassistenciais, preventivas e promocionais de seu pessoal, focalizando assim o atendimento na pobreza.

A Portaria Normativa nº 1.173/MD é o ponto de origem da Portaria Normativa nº 881/MD que alinhada às propostas gerais de educação financeira amplamente discutidas no item anterior deste estudo prevê as diretrizes a serem observadas pelas Forças Armadas no desenvolvimento de diversos programas de assistência social, dentre eles o Programa de Apoio Socioeconômico descrito abaixo na íntegra, nosso objeto de análise a seguir.

Art. 4º Para os efeitos desta Portaria Normativa são consideradas as seguintes diretrizes:

[...]

III - para o Programa de Apoio Socioeconômico (PASE):

a) estabelecer estratégias e *prover serviços sociais e orientações ao pessoal das Forças Armadas, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas, observando-se o contido no art. 5º da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993;*

b) *promover assistência integrada, especializada e multidisciplinar aos militares e servidores civis, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, visando o enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas, de acordo com as normas dos Comandos das Forças Singulares;*

c) estabelecer critérios de *avaliação socioeconômica* e aprimorar seus indicadores a fim de *determinar a elegibilidade do apoio a ser prestado;*

d) *priorizar e instituir atividades de promoção e prevenção em educação financeira, extensivas à família do usuário, quando indicado;*

e) contribuir para o desenvolvimento de projetos regionais do PASE, a fim de adequá-lo às diversidades socioeconômicas regionais que possam refletir nos usuários;

f) estabelecer indicadores sociais que possam balizar as intervenções a serem implementadas para *dirimir as questões geradoras de vulnerabilidades sociais;*

g) destinar recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento das ações do PASE;

- h) buscar *parcerias com instituições públicas e/ou privadas* que contribuam para o aprimoramento do Programa;
- i) promover a capacitação de recursos humanos por meio de *intercâmbio entre os Comandos das Forças Singulares* e participação em cursos e eventos científicos relativos à atividade; e
- j) instituir indicadores de gestão de avaliação de resultados com a finalidade de aprimorar o Programa.
(BRASIL, 2010, grifo nosso).

Visando uma exposição mais favorável para o entendimento do estudo realizaremos ao longo das análises a citação em fragmentos dos itens do artigo supracitado.

Art. 4º [...]:

III - para o Programa de Apoio Socioeconômico (PASE):

- a) estabelecer estratégias e ***prover serviços sociais e orientações ao pessoal das Forças Armadas***, com vistas ao ***enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas, observando-se o contido no art. 5º da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993;***

Recorremos à sólida obra de Carvalho e Iamamoto (2011) na tentativa de desvendar este primeiro item do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa. Para os autores, “[...] os *serviços sociais* são uma expressão concretados direitos sociais do cidadão” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011, p. 98, grifo nosso) e sua expansão está estritamente relacionada ao desenvolvimento da noção de cidadania.

Contudo, mesmo sendo direito de todos na qualidade de cidadãos, os serviços sociais acabam sendo dirigidos e consumidos principalmente por aqueles cujo rendimento é insuficiente para ter acesso ao padrão médio de vida do cidadão.

Os autores afirmam ainda que

[...] tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a todos a sociedade [...] sob a forma transmutada de serviços sociais (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011, p. 99).

Ao assumirem esta roupagem apresentam-se “[...] como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como expressão da face humanitária do Estado” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011, p. 99).

Em outras palavras, os serviços sociais que, é direito do trabalhador, são manipulados de tal forma, que se transformam em uma benesse e um meio de

manter tanto a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações significativas nos salários como também prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores frente ao capital.

Nesta perspectiva, identificamos de imediato o caráter político do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, que de forma velada apresenta a diretriz central: a oferta de serviços sociais a fim de manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente.

Reconhecemos a importância da oferta de serviços sociais, dado que é inegável que eles são formas de realização de direitos sociais e consequentemente da cidadania ao constituírem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma são negados a classe trabalhadora.

Mas, o que queremos é demonstrar que estes serviços sociais de cunho assistencial relevam-se, ao mesmo tempo, como exclusão (e manutenção da exploração) e inclusão dos trabalhadores. Nos termos de Sposati *et al* (2007, p. 29):

É o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. Mas contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das necessidades sociais na sociedade capitalista.

Ainda neste item podemos identificar a instrução de **“orientação ao pessoal das Forças Armadas”**.

A palavra “orientação” constitui-se do ato ou efeito de orientar, indicar uma direção, encaminhar, estimular, direcionar e/ou guiar numa dada direção moral ou intelectual.

A Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social expõe que “[...] prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população” (BRASIL, 1993) constitui competência do Assistente Social.

O serviço de orientação social é, sem dúvida, um mecanismo necessário para direcionar e atender as necessidades inerentes aos direitos dos usuários e a busca pela efetividade dos serviços sociais, que possibilitem a melhoria das condições de vida com vistas ao empoderamento e transformação social.

Neste contexto, ser competente para prestar orientação social é articular a dimensão ético-política, teórica-metodológica e técnico-operativa, com a clareza de que é necessário empreender respostas as demandas que são solicitadas ao

Serviço Social e que são consideradas pertinentes, bem como também fazer frente sobre as requisições enviesadas que são dirigidas a profissão, como por exemplo, a formulação de planejamentos financeiros com os usuários.

Entretanto, com o propósito de evitar apontamentos superficiais e parciais retornaremos a reflexão sobre os serviços de orientação social ao tratarmos do trabalho do Assistente Social nestes Programas no próximo capítulo.

Seguindo em frente, este primeiro item apresenta seu objetivo principal: **o enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas.**

O vocábulo *vulnerabilidade* trata da qualidade do termo vulnerável, que vem do latim *vulnerabilis*, com idêntico sentido de “que, ou por onde, pode ser ferido”.

Como categoria política e social, o termo vulnerabilidade ganhou destaque no final da década de 1970, principalmente em virtude das crises contemporâneas no mundo do trabalho e esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas (ADORNO, 2001).

Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes sociohistóricos.

Destarte, Adorno (2001) elucida o conceito de vulnerabilidade na cena contemporânea relacionando-o a rede de oportunidades disponíveis e as efetivas possibilidades de acesso por parte da população.

O termo vulnerabilidade carrega em si a idéia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais (Adorno, 2001, p.12)

Ainda sobre a conceituação do termo, Guareschi (2007) define situações de vulnerabilidade social aquelas nas quais determinados grupos, famílias e indivíduos

encontram-se incapacitados para lidar com as circunstâncias do cotidiano da vida em sociedade e de se movimentarem na estrutura social.

Observa-se que o texto da Portaria Normativa nº 881/MD trata do enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, ressaltando assim o viés socioeconômico da política e que nos leva a recorrer a conceituação do termo por Monteiro (2011), para analisarmos a ideologia do texto.

A vulnerabilidade é entendida como o **desajuste** entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da **capacidade dos atores** sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (MONTEIRO, 1999, p. 5, grifo nosso).

Frente ao exposto, ao tratar do enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, a Portaria Normativa nº 881/MD (e em geral as políticas sociais) nos aponta que cogita a possibilidade de diminuição dos níveis de vulnerabilidade socioeconômica a partir exclusivamente do fortalecimento dos sujeitos para que estes possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social.

Nestes casos, o caráter adjetivo da vulnerabilidade, atribui ao indivíduo sua condição vulnerável, numa lógica de submissão do sujeito a esta condição, passando assim a assumir um caráter pejorativo e reducionista. Nos termos de Monteiro (2011), de desajuste da capacidade dos atores sociais.

Sua tentativa de enfrentamento pode ser atribuída numa perspectiva de culpabilização do sujeito, sem considerar o caráter estrutural da sociedade capitalista e os elementos da realidade social como condicionantes do processo, numa perspectiva relacional e conjuntural.

Em outras palavras, ao tratar do enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas, o texto da Portaria Normativa nº 881/MD não aponta a necessidade de enfrentar os determinantes dos elementos que condicionam a vulnerabilidade, atrelando aos sujeitos e não a estrutura social às vulnerabilidades que vivenciam.

Cabe ressaltar ainda o foco que a Portaria Normativa nº 881/MD quer dar a questão econômica, termo citado quatro vezes no artigo em questão – no item itens “b”, “c”, “d” e “e”. Ao destacar ambos os termos (social e econômico), a Portaria

Normativa nº 881/MD busca entrelaçar questões tanto de ordem social quanto de ordem econômica (como se não fosse imbricadas) e demarcar assim seu campo de ação: a questão econômica dos militares.

Em contraponto, observa-se que ao “estabelecer indicadores sociais que possam balizar as intervenções a serem implementadas para **dirimir as questões geradoras de vulnerabilidades sociais**” (item f), a norma tratar apenas da necessidade de estabelecer indicadores sociais relacionados as questões geradoras de **vulnerabilidades sociais** e não mais de vulnerabilidades socioeconômicas, reconhecendo implicitamente a impossibilidade de dirimir questões geradoras de vulnerabilidade econômicas dentro do modo capitalista de produção.

Retornando nossa análise sobre o item “a”, o texto coloca a necessidade de **observar o contido no art. 5º da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**, artigo este que trata das atribuições privativas do Serviço Social.

Esta orientação e a diretriz dada no item “c” quanto a avaliação socioeconômica (estudo social), mesmo sendo complementada pelo item “b” que destaca a promoção de **“assistência integrada, especializada e multidisciplinar”**, acaba por direcionar a inserção do profissional de Serviço Social como responsável pela formulação, implementação e operacionalização de projetos que atendam aos objetivos do programa.

Retornaremos ao trabalho do Serviço Social dentro dos Programas Socioeconômico no próximo capítulo deste estudo, entretanto é importante frisar que a diretriz sobre a avaliação socioeconômica reafirma o viés reducionista da Portaria Normativa nº 881/MD, à medida que os estudos sociais estão geralmente vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeiro.

Quando a continuidade do texto do item “c” faz-se necessário destacar a orientação sobre o estabelecimento de critérios para a realização de avaliação socioeconômica e o aprimoramento dos **indicadores a fim de determinar a elegibilidade do apoio a ser prestado**.

Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2014), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo alcançou, cinco anos antes do planejado, a meta de reduzir a pobreza extrema à metade do nível registrado em 1990 – de 47% para 22%. Entretanto, mesmo com esta redução substancial, 1,2 milhões de pessoas ainda se encontram nesta condição.

No caso brasileiro, a meta foi mais rigorosa que a mundial: reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990 e erradicar a fome. Tal meta foi alcançada em 2012, contudo o Brasil ainda apresenta uma proporção excessiva da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, fixada em R\$ 77,00 per capita pelo Plano Brasil sem miséria, era de 3,4% da população – 6,8 milhões de brasileiros.

Estes dados revelam um diagnóstico amplamente estudado: o Brasil não é um país pobre, mas possui muitos pobres e esta pobreza não decorre apenas da falta de recursos, mas da perversidade da sua distribuição.

Tais dados apresentam-se como base para defendermos a necessidade de intervenção do Estado para reverter a desigualdade, principalmente a partir da elaboração de políticas sociais universais, sem critérios de elegibilidade, pois um dos avanços na constituição de direitos sociais é exatamente a universalidade da elegibilidade e revela-se na contramão do exposto nas diretrizes do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa.

O debate acerca do grau de focalização ou da universalização das políticas sociais passa pela discussão do modelo de proteção social adotado por um determinado Estado e, segundo Arretche (2005), o Brasil apresenta um desenho híbrido de proteção social.

Este desenho híbrido, após a Constituição Federal de 1988, apresenta-se com políticas focalizadas nos trabalhadores, como o seguro desemprego; com políticas universais, como o SUS; e com políticas focalizadas nos pobres, como os programas de transferência de renda. Todas estas políticas convivem com um discurso neoliberal de diminuição do intervencionismo do Estado.

Destarte, ao direcionar a necessidade do estabelecimento de critérios para a realização de avaliação socioeconômica e de elegibilidade do apoio a ser prestado, a Portaria Normativa nº 881/MD ao tratar dos Programas de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa demonstra que segue a tendência hegemônica no campo social e que tem influenciado fortemente o desenho das políticas sociais na atualidade: a focalização.

A defesa de que a focalização (nos pobres) possibilitaria direcionar os recursos de maneira mais eficiente anda na contramão da universalização dos direitos, gerando seletividade e principalmente a exclusão nos atendimentos.

A necessidade de critérios de elegibilidade apontada pela Norma em questão pode ocasionar em má focalização de intervenção e ser incapaz de romper com o modelo cíclico da desigualdade social e a sua reprodução.

Dando continuidade às análises do texto da referida Portaria Normativa nº 881/MD, destacamos o item “d” que trata explicitamente do tema “educação financeira” e da inclusão da família.

Art. 4º [...]

III - para o Programa de Apoio Socioeconômico (PASE):

d) **priorizar e instituir atividades de promoção e prevenção em educação financeira, extensivas à família do usuário**, quando indicado;

A Portaria Normativa nº 881/MD expõe a necessidade de priorizar e instituir atividades de promoção e prevenção em educação financeira, ficando a cargo dos Comandos das Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) elaborarem normas para o seu desenvolvimento e execução, atentando para as especificidades de cada Força, conforme elencado no artigo 8º da mesma norma.

Não abordaremos reflexões sobre o tema “promoção e prevenção em educação financeira” neste momento, pois será a partir desta diretriz que analisaremos os Programas de Apoio Socioeconômico dentro de cada Força.

Quanto à expressão “inclusão da família”, sabemos que tradicionalmente, a rede de relações primárias e, em particular a família, tem sido o núcleo de referência dos indivíduos na vida social. De acordo com Cioffi (1998), as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família.

Desta forma, faz necessário não apenas “incluir a família” nas ações de educação financeira, mas também conhecer as formas assumidas por elas, isto é, sua estrutura de relações tanto dentro de seus limites como fora deles, analisando como ela exerce a proteção social de seus membros, evitando assim reduzir o social ao familiar e a proteção social a solidariedade familiar.

Contudo, o que está por trás do texto é exatamente a tentativa de culpabilização da família, ao ser convidada (lê-se imputada) a consistente

responsabilidade, quase totalitária, de prover o bem-estar (social, material, moral, econômico) aos membros que a estabelecem a partir da solidariedade familiar.

Repousaremos as análises do artigo 4º da Portaria Normativa nº 881/MD nos itens “h” e “i”, onde observamos a necessidade de moldar a consciência e uniformizar o pensamento dos militares das Forças Armadas, a fim de naturalizar as idéias e garantir a alienação social ao transformar as idéias de uma determinada classe social em idéias universais e necessárias, válidas para a sociedade inteira.

Art. 4º [...]

III - para o Programa de Apoio Socioeconômico (PASE):

- h) buscar **parcerias com instituições públicas e/ou privadas** que contribuam para o aprimoramento do Programa;
- i) promover a capacitação de recursos humanos por meio de **intercâmbio entre os Comandos das Forças Singulares** e participação em cursos e eventos científicos relativos à atividade; e

Segundo Chauí (2016, p. 245), “[...] a noção de ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir”, *corpus* este que cria uma universalidade imaginária, um imaginário coletivo onde os sujeitos possam se identificar e, “[...] pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social” e a dominação de classe.

A autora completa que “[...] uma ideologia é hegemônica quando não precisa mostrar-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor, mas flui espontaneamente como verdade igualmente aceita por todos”.

Ao tratar da busca por parcerias e intercâmbio entre as Forças Singulares, o texto da Portaria Normativa nº 881/MD trata exatamente da função da ideologia de prescrever normas e regras de caráter universal e impedir que a dominação e a exploração seja percebida em sua realidade concreta.

3.2.1 Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil

A Portaria Normativa nº 881/MD estabeleceu no seu oitavo artigo que cabe aos Comandos das Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) elaborar normas para o desenvolvimento e execução dos programas de acordo com a especificidades de cada Comando.

Frente a esta determinação a Marinha do Brasil instituiu o Programa de Apoio Socioeconômico, que vêm sendo desenvolvido pelos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha.

De acordo com a norma denominada DGPM-501 (6ª Rev), o referido programa tem como propósito “[...] **contribuir para a melhoria das condições de vida** dos militares e servidores civis da MB, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, **em situação de vulnerabilidade social**” e objetiva “[...] promover assistência integrada aos militares e servidores civis, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, visando o **enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas vividas**”, contemplando

“[...] **ações de prevenção e proteção**, no intuito de garantir aos usuários da Assistência Integrada o exercício pleno de cidadania, fazendo com que esses sejam **coautores de sua história, capazes de lidar com as situações que lhes são apresentadas**”.

Objetivando uma exposição mais favorável para o entendimento do estudo realizaremos ao longo das análises novamente a citação do propósito e dos objetivos do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil.

11.3 - PROPÓSITO

Contribuir para a melhoria das condições de vida dos militares e servidores civis da MB, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, em situação de vulnerabilidade social.

A ideia do que determina “melhores condições de vida” é uma condição histórica e social. Ao julgar quais seriam os elementos indicadores de uma condição de vida melhor a resposta dada por determinada pessoa, indiscutivelmente, virá impregnada por estes fatores sócio-históricos, embora nem sempre conscientes e explicitados.

Quanto à inserção de classe, esta também é fundamental para a construção de parâmetros subjetivos de “melhores condições de vida”, à medida que o campo de possibilidades de almejar algo melhor está circunscrito na realidade vivida e nas possibilidades que de fato foram se desenvolvendo e se apresentando ao longo de nossas vidas. Neste sentido, Schaff (1967, p. 71) aponta que:

O homem nasce numa determinada sociedade, sob determinadas condições sociais e inter-humanas que ele próprio não escolhe; são elas o

resultado da atividade de gerações anteriores [e] a opinião do que é bom ou mau, do que é digno ou não, quer dizer, o determinado sistema de valores, é *dado* socialmente, igualmente como o conhecimento do mundo, que é determinado pelo desenvolvimento histórico da sociedade. As condições sociais formam, com a ajuda da consciência social vigente, o indivíduo humano, que nasce e se desenvolve numa sociedade. É neste sentido que as condições *criam* o indivíduo (grifo do autor).

Estas questões se aprofundam quando retomamos as análises anteriores sobre consumo, pois como já mencionado a sociedade capitalista produz a todo instante novas necessidades, associando-as ao bem-estar ou a felicidade.

Elster (1992) ressalta este ponto, ao discutir que os argumentos postos em defesa do capitalismo enfatizam que a melhoria de vida para o indivíduo está pautada no consumo, e que este último deve ser valorizado porque está diretamente relacionado à felicidade ou bem-estar.

Frente a isto e ao consideramos os significados do termo “**contribuir**” como “colaborar na execução de algo” e “prestar ajuda material e/ou financeira para determinado fim” podemos retornar ao texto que o Programa apresenta como propósito, ou seja, aquilo que se busca alcançar, e afirmar que o fragmento do texto trata do auxílio, da colaboração, da ajuda para a melhoria de vida dos militares em situação de vulnerabilidade social.

E mais ainda, ao analisarmos o termo “contribuir” exercendo sua função de verbo pronominal verificamos que a ação de contribuir pode incidir não apenas sobre o outro, mas também a si, em uma ação de auxílio mútuo.

O que o texto nos indica é que ao contribuir com a melhoria de vida do militar, o Programa de Apoio Socioeconômico busca não apenas auxiliar o militar, mas também busca benefícios para a instituição, pois um “homem consumindo é um homem feliz e produtivo”.

E mais, podemos afirmar que os critérios definidos por “melhoria de vida” são definidos de acordo com as idéias de classe dominante, visto que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinadas pelas condições concretas de nossa existência e dominadas pela classe burguesa.

Neste momento é necessário retornarmos as análises sobre o termo vulnerável. Como já mencionado, o caráter adjetivo da vulnerabilidade, atribui ao indivíduo sua condição vulnerável, numa lógica de submissão do sujeito a esta condição, de desajuste de suas capacidades.

Tal afirmação se fortalece com a primeira parte do texto “[...] contribuir para melhoria de vida”. Ou seja, implicitamente a norma apresenta que sujeitos vulneráveis, desajustados em suas capacidades devem receber ajuda para melhorar sua vida e assim continuar consumindo para atingir sua felicidade.

Ainda sobre o propósito do Programa, cabe mencionar que a vasta literatura sobre a teoria marxista da Revolução Proletária amplamente divulgada não deixa dúvidas sobre o caráter opressor da sociedade capitalista fundado em uma economia baseada na exploração do homem pelo homem, sujeita a crises cíclicas e em tendência ao declínio, e que somente a partir da supressão desta economia é que o homem poderá obter uma melhora global e definitiva de suas condições de vida e trabalho. Ou seja, não há outro caminho para a melhoria das condições de vida do homem senão pela supressão do sistema capitalista.

A diante no texto nos deparamos com o objetivo do Programa que trata da “promoção da assistência integrada aos militares e servidores civis, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, visando o **enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas vividas**” e “instituir atividades de promoção e prevenção”, “no intuito de garantir aos usuários da Assistência Integrada o **exercício pleno de cidadania**, fazendo com que esses sejam **coautores de sua história, capazes de lidar com as situações que lhes são apresentadas**”.

A locução “enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas vividas” já foi amplamente analisada nesta pesquisa, contudo queremos destacar o recurso de retórica utilizado pelo formulador do Programa, utilizando a repetição do vocábulo no texto com ênfase da estilística, criando assim a massificação do termo e a nosso ver ultrapassando o significado literal das palavras.

Esta massificação do termo exerce a função primordial da ideologia, que é ocultar a origem da sociedade (relação de produção como relações entre meios de produção e forças produtivas sob a divisão social do trabalho), dissimular a presença da luta de classes (domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção), negar as desigualdades sociais (são imaginadas como se fossem consequência da preguiça ou desorganização ao consumir) e oferecer a imagem ilusória da comunidade (o Estado) originada do contrato social entre homens livres e iguais.

Quanto aos meios a serem utilizados para alcançar o objetivo proposto, o texto prevê o desenvolvimento de “ações de prevenção e proteção” no intuito de garantir aos usuários o “exercício pleno de cidadania”.

A etimologia do termo “prevenção” afirma sua origem no latim “*praeventio*”, que significa “ação de prevenir advertindo”. Seu significado está atrelado ainda ao “conjunto de medidas ou preparação antecipada de algo que visa prevenir (um mal)” ou ainda a precaução, cautela.

As ações de prevenção em políticas sociais são operacionalizadas no intuito de evitar o surgimento de questões sociais, além de reduzir sua incidência e prevalência. São formas de antecipação as questões sociais, combatendo seus possíveis agentes causadores.

Entretanto, como agentes causadores das desigualdades sociais podemos elencar exatamente a má distribuição de renda, a má administração dos recursos públicos, a falta de investimento nas áreas sociais, de saúde e educação que apresentam como pano de fundo uma sociedade capitalista que se estrutura a partir da exploração da força de trabalho e da intensificação das mazelas do homem. Agentes estes que não poderão ser combatidos pela simples redução das expressões da questão social.

O texto do Programa de Apoio Socioeconômico expõe ainda que as ações de prevenção buscam a “[...] **construção de uma cultura voltada para um consumo adequado**, bem como fortalecer ações para o **planejamento do orçamento doméstico e para a liberdade financeira**”, a partir de ações previamente estipuladas pela Norma, tais como:

a) curso com 8 horas-aulas, contendo o seguinte conteúdo programático: uma rápida passagem pela **história do dinheiro**; a moeda na economia; noções sobre o **Sistema Financeiro Nacional**; a família e o **dinheiro**; planejando o futuro da família; fazendo o orçamento familiar; no que posso **investir**; a importância do **mercado de ações** para a economia; e como investir em ações. Tal curso destina-se a militares e servidores civis, ativos e inativos, **seus dependentes** e pensionistas com idade maior ou igual a 18 anos de idade;

b) curso com 8 horas-aulas contendo o seguinte conteúdo programático: você tem mais **dinheiro** do que imagina; **dinheiro** na mão é vendável; como se livrar das dívidas; para **poupar** é só começar; a sedução do crédito; as **taxas de juros**; seu

futuro num tripé: liquidez, segurança e rentabilidade; e risco versus retorno. Tal curso destina-se aos **cônjuges de militares e servidores civis**, ativos e inativos; e

c) curso com 8 horas-aulas contendo o seguinte conteúdo programático: relação do jovem com o **dinheiro**; orientações para que possam ter uma **relação saudável e planejada com os recursos financeiros**; ajudando a identificar os gastos; e dicas sobre como **investir** para realizar sonhos de curto, médio e longo prazo. Tal curso destina-se aos **filhos, menores de 18 anos de idade**, de militares e servidores civis, ativos e inativos.

Inicialmente, tendo como referência autores como Bauman (2008, 2010), Baudrillard (2008) e Lipovetsky (2007), observamos o caráter pós-moderno do texto ao tratar da **construção de uma cultura voltada para um consumo adequado**.

A palavra “cultura” nas Ciências Sociais é definida como um conjunto de idéias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração e geração através da vida em sociedade. É um conceito que está sempre em desenvolvimento, pois ao longo da história é influenciado por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento humano.

Para Bauman (2008, p. 71), a sociedade de consumo “[...] representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas”. Assim, todos os indivíduos têm a responsabilidade de se tornarem consumidores adequados aos padrões sociais, não havendo espaço para aqueles que não se enquadram nos moldes de consumo do momento.

À vista disso, o texto do Programa de Apoio Socioeconômico traz nos termos pós-moderno a necessidade de construção de um conjunto de idéias e comportamentos para o consumo adequado, ou seja, busca a construção de uma cultura que permita a unificação e a identificação social de classes sociais antagônicas.

No entanto, nos termos de Chauí (2001, p.86), “[...] embora a sociedade seja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias idéias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias da classe dominante”.

Sendo assim, esta busca pela construção de uma cultura unificada dentro do sistema capitalista é inviável, pois a relação entre o consumo e a constituição da

identidade cultural não possam ser naturalizadas, como se fosse um processo orgânico.

O controle do acesso aos bens de consumo é feito de modo a nunca permitir a unificação e homogeneização, mas sempre manter uma diferença “segura” entre os indivíduos que compõem a estrutura deste sistema, garantindo assim a “eterna” busca pela felicidade e mantendo, no âmbito da sociedade de consumo, em maior ou menor escala, todos consumidores em potencial.

É neste ponto que fundamentamos o latente do texto, onde numa perspectiva keynesiana o Programa teria a função econômica de subsidiar o consumo/subconsumo através da construção de uma cultura baseada nas idéias da classe dominante. Cultura esta voltada para responder aos anseios do capitalismo, com homens enquadrados no modo de consumo do momento.

Observamos com isto, o quanto é importante construir uma cultura onde o pobre (a parte mais vil e necessitada da nação) seja bem administrado, isto é, duramente controlado tanto no trabalho como na sociedade em geral, pois assim conferem duplo benefício: trabalham e consomem, ambos necessários a expansão do capitalismo.

Para o Programa esta administração se dá através de curso (adestramentos) sobre educação/planejamento financeiro e formas adequadas de consumir.

Seguindo com o exame das ações de prevenção nos deparamos com a orientação para o fortalecimento de ações ***planejamento do orçamento doméstico e para a liberdade financeira.***

Para refletirmos sobre o latente deste item tomaremos como referência a metodologia DSOP, criada pelo doutor em Educação Financeira, educador e terapeuta financeiro, Reinaldo Domingos (2007). Para o autor, o planejamento do orçamento doméstico é o primeiro passo para a estabilidade financeira da família e ele deve seguir quatro passos:

- Fazer um diagnóstico financeiro, onde todos os gastos devem ser anotados minuciosamente para que a família possa saber quanto entra de renda e para onde está indo dinheiro.
- Reduzir os gastos desnecessários, pois se acredita que logo após a análise do orçamento doméstico quase sempre a família percebe que é possível reduzir de 20% a 30% dos gastos.
- Fazer um projeto de vida de curto, médio e longo prazo.

- Poupar para realizar os sonhos.

O autor expõe ainda que se a família estiver temporariamente endividada, é possível cortar despesas supérfluas para resolver esse desajuste temporário. Mas se os gastos fixos consomem a maior parte da renda mensal, é sinal que a família está vivendo acima do padrão de vida.

Nota-se que para esta doutrina, o planejamento do orçamento doméstico é visto como uma simples gestão dos recursos financeiros domésticos a partir de planilhas e que a mesma pode colocar as “contas em dia” e trazer a tão sonhada estabilidade financeira, ou nos termos do texto do Programa de Apoio Socioeconômico, a **liberdade financeira**.

Tal postura acaba por responsabilizar o indivíduo por suas mazelas, pois suas dívidas e dificuldades financeiras são consideradas frutos de despesas supérfluas, do estilo de vida acima do padrão permitido, como tentativa de pertencimento social a um grupo que não o seu ou ainda fruto de uma gestão incompetente dos recursos financeiros da família.

Posto isto, o texto nos aponta que o Programa de Apoio Socioeconômico se utiliza de ferramentas como culpabilização do indivíduo pelas mazelas que vivencia e com a construção de sonhos (liberdade financeira) como parte da estratégia da coesão social.

No tocante a operacionalização das ações de prevenção previamente estipuladas pelo texto do Programa podemos observar que elas são direcionadas basicamente em torno de cursos com conteúdos programáticos que envolvem a relação do sujeito com o dinheiro e suas associações (compras, mercado de ações, investimentos, juros).

O ponto de partida para estudar a categoria dinheiro (e seus desdobramentos), a partir da teoria de Marx (2013b), é compreendê-la intrinsecamente vinculada e derivada da teoria do valor.

Para o autor, valor é um atributo qualitativo imanente das mercadorias, no qual compartilham umas com as outras, permitindo que estas sejam trocadas por uma porção quantitativamente determinadas. Também é o nexos social que estabelece a relação entre os produtores, tendo como pressuposto a propriedade privada e a divisão social do trabalho.

O valor encontrado numa mercadoria é proporcional à quantidade de trabalho gasto na sua produção (e necessário para a reprodução do detentor da força de

trabalho). O tempo do trabalho abstrato contido em cada mercadoria implica na sua magnitude e a forma deste tempo de trabalho socialmente necessário é expressa em valor de troca ou preço monetário.

Nesta circunstância, o dinheiro aparece como expressão observável ou materialização da forma do valor, do trabalho social. Em outras palavras, o dinheiro tem a capacidade de tornar visível aquilo que é invisível por natureza, a saber, o valor.

Essa manifestação, entretanto, ocorre apenas de modo simbólico, já que nenhuma mercadoria nem o dinheiro pode expressar diretamente o trabalho social.

Para Marx (2013b), o dinheiro se desenvolve plenamente no capitalismo, embora o seu surgimento preceda historicamente ao estabelecimento desse modo de produção e da substância social do valor.

No capitalismo, o dinheiro veste-se de um poder superior, mas o que realmente permite tal poder é um relacionamento social específico. Todos os sujeitos sociais relacionam-se com o dinheiro como dinheiro, isto é, como um objeto ou coisa independente de valor.

O capitalismo permite ao homem o papel de atuar como proprietário de mercadoria trocando produtos, deixando assim nenhuma outra escolha ao homem senão manter-se em tal relacionamento com o dinheiro.

Posto isto, podemos direcionar as análises do texto nas ações de prevenção afirmando que o dinheiro simboliza o poder de tudo comprar e conseqüentemente de tudo realizar e, simbolizando tal poder (que não tem origem nas forças essenciais do homem, mas que o submete), a ele é transferido toda e qualquer possibilidade de realização do indivíduo.

E é esta simbologia que as ações de prevenção buscam a partir da oferta de cursos relacionados ao dinheiro e seus relacionamentos (compras, ações, juros, etc), pois o poder do dinheiro e a submissão do homem a ele não se expressam apenas nos quadros do significado material do possuir. Expressam-se também na superioridade pessoal e social que é conferida àquele que o possui e na inversão que se processa nas qualidades humanas.

Como ilustra o trecho a seguir, Marx (2011, p. 139) vê no dinheiro o poder de transfigurar qualidades em imperfeições e imperfeições em qualidades:

Aquilo que eu sou e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade. Sou feio, mas posso comprar para mim a mais bela mulher. Por conseguinte, não sou feio, porque o efeito da fealdade, o seu poder de repulsa, é anulado pelo dinheiro. [...] O dinheiro é o bem supremo, e deste modo também o seu possuidor é bom.

No modo de produção capitalista o homem é alienado da natureza, de si mesmo e da humanidade, e o trabalho se tornou não a satisfação de uma necessidade, mas apenas o meio para a satisfação de outras necessidades, que não lhe pertence. E com isso, o dinheiro mudou a função do homem de transformar a natureza para fazer coisas que se relacionam a ele, ou que vão beneficiá-lo diretamente.

A oferta de cursos que buscam orientar sobre uma relação saudável e planejada com os recursos financeiros e com slogans “*você tem mais dinheiro do que imagina*”, “*dinheiro na mão é vendaval*” e “*como se livrar das dívidas*” utiliza-se da fragilização intelectual do homem frente ao capital que permite que suas formas de pensar sejam impostas e controladas de acordo com os interesses da classe dominante através do estabelecimento de valores predeterminados, da generalização e da ocultação da origem das idéias, fazendo crer que estas são naturais e imutáveis.

O texto do Programa de Apoio Socioeconômico neste item nos sugere que ao desvincular o conteúdo político da categoria “dinheiro”, a oferta destes cursos termina por reiterar, em atos técnicos, a alienação do trabalhador, mantendo a ilusão de que ao possuir habilidades e competências sobre a categoria dinheiro o mesmo poderá continuar a consumir indiscriminadamente.

No tocante as ações de proteção, o referido programa busca **acolher o usuário que passa por dificuldades financeiras**, identificando as demandas explícitas e implícitas; analisar, em conjunto com o usuário, **a origem de suas dificuldades financeiras e as propostas para o seu enfrentamento**; propor, juntamente com o usuário, um **plano de intervenção para a reorganização do orçamento familiar**, por meio de conceitos de educação e planejamento financeiro; definir procedimentos para o atendimento de necessidades financeiras; **capacitar o usuário e sua família a realizar planejamento financeiro**; e **apoiar os usuários em suas necessidades financeiras**.

É amplamente difundido na literatura fundamentada no marxismo que o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que institui o trabalhador assalariado e

o detentor dos meios de produção, também produz o pauperismo, responsável pelo surgimento da pobreza enquanto questão social

Assim como é difundido que é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo exigindo reformas e melhores condições de trabalho e de vida, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, dando origem ao que chamamos de políticas de proteção social, ancoradas em direitos e garantias sociais (MOTA, 2012).

No caso do Brasil, os principais pilares destas políticas de proteção social são a Constituição Federal de 1988, que define as diretrizes para a gestão das políticas públicas e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Dentre os objetivos da assistência social, destacamos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos e podem ser classificadas em básica e especial. Dito de outro modo, a proteção social procura afiançar à população as seguintes seguranças sociais: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); segurança de acolhida e segurança de convívio familiar e comunitário (CNAS, 2013).

Ao analisar os tipos de proteção social (básica e especial) exposto na LOAS, acreditamos que o Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil objetiva alinhar-se a prestação de proteção social básica aos seus militares, uma vez que a mesma é definida no artigo 6º da lei pelo

“[...] conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 1993).

Em outras palavras, as ações de proteção social do Programa de Apoio Socioeconômico vai ao encontro das ações de proteção social básica da LOAS, que têm como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da *pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros)* e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Visto a infinitude de situações que podem surgir decorrentes da pobreza, a Marinha do Brasil delimitou seu campo de atuação no Programa de Apoio Socioeconômico e propôs um conjunto interligado de ações a serem desenvolvidas com os usuários que buscam este tipo de proteção social: acolher o usuário identificando suas demandas (implícitas e explícitas), analisar a origem de suas dificuldades financeiras, propor um plano de intervenção para seu enfrentamento capacitando-o para realizar um planejamento financeiro e por fim apoiar o usuário em suas necessidades, por meio de benefícios sociais.

No que diz respeito a eleição do atendimento individualizado para a tentativa de enfrentamento da questão social, o Programa acaba trazendo à tona a dimensão psicossocial deixando de lado a dimensão sociocultural e política da pobreza e consequentemente do endividamento.

O reducionismo do atendimento individualizado provoca ainda o distanciamento da realidade na sua globalidade, onde não há análise da conjuntura e sim uma análise das histórias individuais de carência.

Reconhecemos que a exploração que atravessa a sociedade sem dúvida gera situações de endividamento ao extremo, cujo enfrentamento pessoal requer forças de que nem sempre os indivíduos dispõem. Com isto, não se negam os apoios individuais, mas é necessário avançar na concessão de benefícios sociais e trazer à tona a totalidade dos processos de empobrecimento.

Dessa maneira, trazemos o latente do texto que enquanto “método de tratamento” busca-se a resolução do problema trazido pelos “clientes” modificando suas complicações. Se o militar pede um auxílio, é necessário um estudo social, um diagnóstico e por fim um tratamento.

O texto traz ainda nas entrelinhas que ao buscar uma ação compensatória, transforma o cidadão sujeito de direitos em um cidadão consumidor e termina por demonstrar ainda a face humanitária da instituição, tutelando seus militares.

Além disso, a concessão de benefícios sociais perpassa por certa noção de gratuidade como se os recursos destinados ao Programa viessem de outra fonte que não a própria riqueza produzida pelo trabalhador, retirando da esfera de direitos estes benefícios sociais.

Quanto a análise da operacionalização das ações de proteção ressaltamos que esta será realizada no Capítulo 3 deste trabalho.

Concluindo nossas análises sobre os objetivos do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil trazemos o discurso de formar militares ***coautores de sua história, capazes de lidar com as situações que lhes são apresentadas.***

O prefixo “co” é de origem latim “cum”, “com” e expressa um elemento com o sentido de companhia, concomitância. Deste modo, o termo “coautor” trata daquele que compõe ou desenvolve, juntamente com outra pessoa, determinado trabalho ou obra e tem como sinônimo o termo “colaborador”.

Diante disso, o fragmento acima exposto nos indica que diante da incapacidade do militar em gerir suas finanças, a instituição ofertará ajuda ao mesmo para eliminar sua dificuldade, mesmo que isto signifique “passar por cima” do assistido, visto seu papel de coautor, de apenas colaborador, na tomada de decisões na sua esfera privada, mutilando qualquer possibilidade de efetivação da cidadania.

3.2.2 Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro

No âmbito do Exército Brasileiro, a Portaria nº 062, de 4 de Fevereiro de 2015, do Comandante do Exército, aprovou as Instruções Gerais para elaboração e implantação do Programa de Apoio Socioeconômico (PASE) (EB10-IG-02.010), que no seu artigo terceiro apresenta tais objetivos:

Art. 3º Os objetivos do PASE são:

- I - promover assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à prevenção, à superação e ao enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas e temporárias;
- II - priorizar a educação financeira, como forma de se consumir racionalmente, sem desperdícios e sem pagar juros abusivos, a fim de evitar o desajuste econômico;
- III - aumentar a capacidade do público-alvo de realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos;
- IV - formar disseminadores e/ou multiplicadores de educação financeira;
- V - estabelecer e aprimorar os critérios de avaliação socioeconômica, a fim de determinar a elegibilidade do apoio a ser prestado;
- VI - contribuir para o desenvolvimento de projetos regionais do PASE, a fim de adequá-los às diversidades socioeconômicas que possam refletir no público-alvo;
- VII - destinar recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento das ações do PASE;
- VIII - buscar parcerias com instituições públicas e/ou privadas que contribuam para a implantação, o desenvolvimento e o aprimoramento do Programa;

- IX - promover a capacitação de recursos humanos, inclusive por meio de intercâmbio com as demais Forças Singulares, e a participação em cursos e eventos científicos relativos à atividade;
- X - realizar a divulgação ampla do programa, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão;
- XI - orientar quanto aos diversos tipos de seguros que podem ser contratados, adequados às necessidades pessoais; e
- XII - instituir indicadores de gestão de avaliação de resultados com a finalidade de aprimorar o PASE (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Observamos que os objetivos do Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro encontram-se alinhados as diretrizes da Portaria Normativa nº 881 do Ministério da Defesa, já analisadas no primeiro tópico deste capítulo.

Desta forma, retornar as questões sobre consumo consciente, parcerias com instituições pública e/privadas, intercâmbio com as demais Forças Singulares, e até mesmo sobre critérios de avaliação socioeconômica, a fim de determinar a elegibilidade do apoio a ser prestado torna-se redundante.

Não obstante, gostaríamos de trazer a reflexão sobre o IV objetivo do Programa, que trata da formação de disseminadores e/ou multiplicadores de educação financeira.

Constata-se o chamamento para uma rede de solidariedade social do tipo “[...] ensine seu companheiro de farda a elaborar uma planilha de planejamento financeiro para que ele se livre das dívidas e continue a consumir”, reforçando o viés funcionalista das políticas de Educação Financeira das Forças Armadas e assumindo a compreensão da assistência como um gesto de benevolência e caridade para com o próximo.

O Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro, assim como da Marinha do Brasil, prevê o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção e de promoção social e no artigo sexto menciona que as

[...] ações preventivas devem compreender um conjunto de atividades educativas, como **palestras, cursos e estágios de capacitação e educação financeira**, a fim de preparar o público-alvo para lidar com situações previstas ou imprevistas, bem como tomar decisões no presente, visando à **segurança financeira no futuro**, com o intuito de desenvolver uma transição para a reserva ou a aposentadoria, com qualidade de vida, ou minimizar situações de perda de bens ou gastos imprevistos (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Por se tratar de um Programa relativamente novo no âmbito do Exército Brasileiro, posterior a formulação do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil, acreditamos que os formuladores do Programa foram beber em

fontes externas, mais especificamente nas fontes da Marinha do Brasil, visto a similaridade de suas ações preventivas.

Em vista disso, notamos também no Programa formulado pelo Exército, a necessidade de moldar a consciência e uniformizar o pensamento dos militares das Forças Armadas, a fim de naturalizar as ideias e garantir a alienação social ao transformar as ideias de uma determinada classe social em ideias universais e necessárias, válidas para a sociedade inteira.

Aqui também a formação de consciência se dá pela perspectiva da educação, através da realização de cursos, palestras e estágios de capacitação em educação financeira com o discurso de garantir a segurança financeira do militar no futuro.

No tocante as ações de proteção, o Programa menciona que devem prestigiar "[...] atividades que busquem a conscientização do público-alvo, quanto às medidas de segurança a serem adotadas, a fim de evitar as fraudes, os golpes e as práticas abusivas" (BRASIL, 2015).

Novamente assistimos aqui a necessidade de garantir a alienação social e manter os interesses do grupo dominante, por traz de um discurso de conscientização do público-alvo e estabelecendo valores predeterminados por essa classe.

O texto do Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro apresenta também as orientações para as ações de promoção social, que devem ter como escopo a utilização de mecanismos capazes de auxiliar o público-alvo a superar situações excepcionais de desajuste financeiro (BRASIL, 2015).

De acordo com o texto do Programa, para que ocorra a inserção do usuário, o mesmo deverá matricular-se, **obrigatoriamente**, em curso de educação financeira e aceitar a nomeação de um gestor, o qual orientará e gerenciará o **processo de saneamento** das finanças pessoais, além de firmar um **termo de compromisso de aceitação de todas as exigências** estabelecidas para a participação nessa ação (BRASIL, 2015, grifo nosso).

A assistência ao outro é prática antiga na humanidade, que não se limita nem a civilização judaico-cristã nem a sociedade capitalista e em todo momento se guiou pela compreensão de que na humanidade sempre haverá os mais frágeis que não conseguirão reverter sua condição, necessitando de ajuda.

Dentro desta compreensão, a pobreza era tratada como disfunção pessoal do indivíduo e a combinação repressão/assistência foi se evidenciando como a forma histórica de tratamento das desigualdades sociais.

Entretanto, no caso brasileiro, após a crise mundial do capitalismo e o ingresso da classe operária no cenário político exigindo seu reconhecimento como classe por parte da burguesia e do Estado, este passou a reconhecer a questão social como uma questão política a ser resolvida sob sua direção e a assistência começou a se configurar quer como uma esfera programática da ação governamental quer como um mecanismo político para amortecimento das tensões sociais, sendo reconhecida na Carta Magna de 1988 como direito do cidadão e dever do Estado a garantia de acesso gratuito às condições mínimas de sobrevivência.

Hoje muitas das ações assistenciais apresentam-se disfarçadas por um discurso de direitos, mantendo uma perspectiva assistencialista, filantrópico e repressor. Mas nos causa espanto o fragmento do Programa acima mencionado, por sua clareza dentro desta perspectiva, misturando assistência e assistencialismo para o desenvolvimento da ação profissional.

O propósito primário, definidor, da preocupação do Programa com a educação financeira, não está em transformar as relações que dão origem a pobreza/endividamento ou quiçá manter os militares longe do endividamento, mas em policiar estes consumidores falhos, mantendo-os afastados das ações maléficas e dos problemas, controlados, vigiados, disciplinados, como um último vestígio do panóptico, de Jeremy Bentham. Um campo de prisioneiros sem arame farpado, embora densamente contido por torres de vigia.

Dito de outra forma e aqui necessariamente de forma clara e objetiva, a partir de uma perspectiva paradigmática de orientação positivista/funcionalista, que implicitamente parte da concepção que o endividamento do militar é uma questão de personalidade e de desajuste social, o militar do Exército Brasileiro ao ser inserido no Programa de Apoio Socioeconômico deverá obrigatoriamente educar-se financeiramente e entregar suas finanças para outro militar gerencie, visto sua inabilidade e insanidade para a realização de tal função.

Observamos aqui certo grau de similaridade com o Método do Serviço Social de Casos utilizado no período de consolidação da profissão e que tinha como

objetivo realizar o ajustamento dos indivíduos a seu meio, cooperando com eles a fim de beneficiá-los e também a sociedade em geral.

Sob o ideário de Mary Richmond (apud Carvalho, 2012), para o Exército Brasileiro o endividamento é passível de diagnóstico e tratamento (prolongado e intensivo), como uma doença. É necessário reajustar conscientemente e individualmente o militar ao seu meio através da mudança de suas atitudes e isto deverá ser realizado por outro militar competente para tal atividade.

Outro dado importante quanto ao programa estabelecido pelo Exército Brasileiro refere-se ao parágrafo terceiro do artigo oitavo, que prevê que “[...] nos casos extremos de endividamento, poderá ser ofertada ao participante a possibilidade de contrair um empréstimo social, em caráter excepcional, a fim de melhor compor as finanças pessoais”. (BRASIL, 2015).

Nos termos de Bauman (2010), não pode pagar sua dívida? Em primeiro lugar, não necessita esforçar-se para quitá-la. A ausência de débitos não é o estado ideal. Em segundo lugar, não se preocupe. Ao contrário dos emprestadores insensíveis de antigamente, nós, modernos e benevolentes credores, não queremos nosso dinheiro de volta. Longe disso. Oferecemos mais créditos para pagar a velha dívida e ainda ficar com algum dinheiro extra (ou seja, alguma dívida extra) a fim de pagar novas felicidades.

Assim, para o Programa de Apoio Socioeconômico do Exército Brasileiro, em casos extremos de endividamento, o foco será ajudar o militar a solucionar seus “problemas”, eliminando suas dívidas através de outra dívida, com o discurso de um empréstimo social.

A partir de ações emergenciais, pontuais, paliativas e individualizadas, sem reconhecer o caráter estrutural das expressões da questão social, o Exército Brasileiro busca demonstrar a face humanitária da instituição e ainda mantém os sujeitos disciplinados, garantindo assim a continuidade dos objetivos do capital.

3.2.3 Programa de Apoio Socioeconômico da Força Aérea Brasileira

Para finalizar este capítulo, apresentamos neste tópico, a título apenas de exposição, visto suas reduzidas orientações, a Instruções Reguladoras das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1).

A ICA 163-1 instituiu o Programa de Proteção Familiar, que dentre outros possui como objetivos desenvolver habilidades e capacitar os dependentes dos militares e servidores civis, com a finalidade de ampliar a renda familiar; orientar sobre a importância do equilíbrio financeiro para o relacionamento familiar; e oferecer elementos para que o efetivo tenha condições de reavaliar e reorganizar seu orçamento doméstico.

Ainda de acordo com a referida instrução os projetos deverão estar caracterizados como uma atividade sistematizada, executada de forma contínua ao longo do ano, apresentando caráter socioeducativo e promocional, que seja desenvolvida pelo Setor de Assistência Social ou Serviço Social da OM ou por um NUSESO, tendo como diretrizes abordar temas como geração de renda e educação financeira.

Observamos a similaridade o Programa da Força Aérea Brasileira com as demais Forças Armadas, sendo desnecessário trazer a tona novamente as reflexões sobre o caráter socioeducativo e promocional dos Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas.

Todavia, deve-se frisar a função primordial da ideologia no discurso similar das três Forças, que é negar as desigualdades sociais dentro de uma lógica de dominação social e política.

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA MARINHA DO BRASIL

Neste capítulo, buscamos identificar a atuação do Assistente Social no cenário atual no âmbito do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil, ou seja, como o Assistente Social vem desenvolvendo a dimensão técnica-operativa no âmbito da Marinha do Brasil.

Para atingirmos este objetivo, realizamos inicialmente uma análise histórica do Serviço Social no Brasil e no âmbito da Marinha do Brasil, assim como das transformações que este espaço sócio ocupacional experimentou ao longo dos anos.

Neste processo analítico de identificação do trabalho do Assistente Social no âmbito do Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil, nos dedicaremos ao exame de três projetos formulados no ano de 2016 de acordo com as diretrizes do Programa. As contribuições bibliográficas e as reflexões sobre o texto do Programa de Apoio Socioeconômico realizadas nos capítulos anteriores engendraram um quadro teórico que permitirá desenvolver esta atual dimensão do estudo, construir as mediações na perspectiva de aproximação e de desvelamento do real.

Trata-se de projetos elaborados por três Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Integrada da Marinha (OES), localizados em Organizações Militares (OM), de posicionamento geográfico e atividade finalística distinta.

Para preservar os dados institucionais examinaremos apenas os objetivos e a metodologia de cada projeto. Deixamos de mencionar também as informações sobre a Organização Militar formuladora do Projeto e outros dados que poderiam identificar esta Organização Militar. Desta forma, os projetos selecionados para análise são denominados: “Projeto Alfa”, “Projeto Bravo” e “Projeto Charlie”.

A fim de identificar o trabalho do Assistente Social examinamos dois elementos convergentes entre estes projetos. O primeiro refere-se aos instrumentos utilizados pelo Serviço Social para operacionalizar a ação profissional, especificamente as atividades de cunho educativo. Tais atividades imprimem a dimensão pedagógica do Assistente Social, na Marinha do Brasil. O segundo elemento convergente entre os projetos refere-se as condicionalidades impostas pelo Serviço Social para que os militares possam receber os benefícios sociais.

4.1 O Serviço Social na Marinha do Brasil

Desde a criação da primeira Escola de Serviço Social na PUC-SP, em 1936, até os dias atuais, a trajetória do Serviço Social no Brasil é marcada por mudanças, rupturas e construções. E apesar da busca pela construção de uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos e apoio a participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos ainda nos deparamos com ações profissionais conservadoras e voltadas a atender apenas a demanda do capital.

Silva (1995, p. 35) ao discutir sobre essa trajetória histórica assinala que essa história do Serviço Social

[...] não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade [...] isto é, a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais (SILVA, 1995, p. 35)

A origem do Serviço Social esta ligada as organizações religiosas, sob forte influência da Igreja Católica Romana, especialmente a partir de duas encíclicas papais: Rerum Novarum, de Leão XIII, e a Quadragésimo Anno, de Pio XI. A ação profissional, neste momento, era fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que, segundo Faleiros (2001):

[...] o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida (FALEIROS, 2001, p. 88).

No cenário mundial, o Serviço Social como profissão institucionalizada, surge a partir da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, quando se evidencia de forma mais intensa a questão social, bem como formas de organização da classe trabalhadora, que contextualizam o surgimento de movimentos especialmente europeus de ação social.

No caso brasileiro, o Serviço Social apresenta histórico similar ao mundial, tendo sua origem ligada ao movimento social desenvolvido pela Igreja Católica com o objetivo de recristianizar a sociedade como afirma Pellizzer (2008, p. 17):

O serviço social nasce no Brasil, na terceira década do século XX, em resposta à evolução do capitalismo, sob a influência européia (em especial sob o influxo belga, francês e alemão), como fruto direto de vários setores particulares da burguesia fortemente respaldados pela Igreja Católica. Nessa década, o Brasil vivia um processo incipiente de industrialização de importações, num contexto de capitalismo dependente e agroexportador. No período de 1930 a 1935, o governo brasileiro sofre pressões da classe trabalhadora, que é então controlada através da criação de organismos normatizadores e disciplinares das relações de trabalho, em especial através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O crescimento da população na área urbana, assim como o desenvolvimento da indústria, no início do século XX aponta a necessidade de controlar a massa operária, fazendo com que o Estado absorva parte das reivindicações populares. Segundo Carvalho e Iamamoto (2011, p.135), “[...] essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação”.

Quaisquer formas de enfrentamento dos trabalhadores frente ao processo de industrialização eram vistas pela classe dominante apenas como uma falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações entre eles e não como um problema estrutural (FALEIROS, 2001).

Como estratégia de ajustar esta “[...] falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações sociais” (FALEIROS, 2001, p. 30), o trabalho social tinha papel imprescindível de corrigir os abusos e atenuar as rebeliões no intuito de aliviar o sofrimento e melhorar a situação de milhares de seres humanos.

Posto que, Serviço Social no Brasil nasce como “[...] fruto direto de vários setores particulares da burguesia fortemente respaldados pela Igreja Católica” (PELLIZZER, 2008, p. 17) como um dos mecanismos utilizados pela classe dominante para o exercício de seu poder, o mesmo ocorre dentro dos muros da Marinha do Brasil.

O Serviço Social na Marinha do Brasil tem sua origem com a criação da “Casa de Marcílio Dias”. A instituição de natureza filantrópica foi criada em 1926 por esposas de Oficiais e tinha como objetivo prestar assistência social e educacional a filhos de Praças da Marinha do Brasil.

As ações de benemerência praticadas na “Casa de Marcilio Dias” mostram-se similares a política assistencialista desenvolvida pelo empresariado neste período, que segundo Carvalho e Iamamoto (2011) se davam como um mecanismo para

formar obrigações, de constituir súditos e aliviar as tensões sociais, atividade necessária a manutenção do seu sistema de dominação política e social.

Ainda sobre estas ações de benemerência Lima (1983, p. 50) expõe que o objetivo implícito destas ações era “[...] controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional”.

O cenário da década de 1930, marcado pela ampliação e consolidação do modo de produção capitalista e pelo agravamento das expressões da questão social, obrigam a classe burguesa buscar mecanismos para manter a ordem e a continuidade do seu poder, apontando “[...] a necessidade de criar instituições que se encarregassem de formar pessoas especificamente para realizar as tarefas de assistência social e colocar em pauta a institucionalização do Serviço Social” (ESTEVÃO, 1985 p. 14).

Nas ações destas instituições, a intervenção do trabalhador social estava arraigada na assistência prestada aos pobres e oprimidos que viviam na marginalização social.

A perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada. Restringe-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. A pobreza é expressa estatisticamente, vista sem o estabelecimento de relação com a forma de organização social. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

A necessidade de institucionalização da profissão repercute no âmbito da Marinha do Brasil. Nesta perspectiva, o tratamento das questões sociais passa a ser incorporado na Marinha do Brasil no ano de 1946, com a criação, na Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), da Divisão de Conforto e Assistência, que tinha sob sua subordinação a Seção de Conforto e Assistência Social.

Nota-se que neste momento, a questão social passa a ser abordada de forma mais sistematizada, como podemos verificar no Boletim do Ministério da Marinha nº. 20 de 16 de Maio de 1947, constando no artigo 1º como finalidade do Serviço Social da Armada propiciar ao pessoal da Marinha, assim como as suas famílias, o bem estar moral e material, através de assistência sanitária, educacional e moral.

É interessante frisar que neste mesmo documento observamos a oferta de benefícios de assistência financeira (empréstimos simples, adiantamentos rápidos,

auxílio pecuniário, auxílio matrimonial, auxílio natalidade, auxílio funeral e outros que, de acordo com os fundos do serviço possam vir a ser instalados) e assistência econômica (locação de imóvel, fiança para aluguel de casa, alimentação, vestuário, condução e outras facilidades na obtenção de utilidades ou prestação de serviços por preços módicos) na Marinha, o que poderia ser considerado os primeiros passos do Programa de Apoio Socioeconômico.

O Serviço Social no âmbito da Marinha do Brasil neste período recebe influência das ações que vem sendo desenvolvidas pelos profissionais extra-muros e, nesse, podemos assinalar os Centros Familiares organizados pelos Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que tinham por finalidade “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011, p.190).

No tocante a ação profissional, os assistentes sociais recebem forte influência do pensamento norte-americano de Mary Richmond, que adota para a profissão o método de atuação de Serviço Social de casos individuais. As ações eram voltadas para o estudo e investigação do meio social do sujeito, a fim de descobrir qual a possibilidade dele se adaptar a esse meio ou, caso contrário, transformar o meio social em que vivia (COIMBRA, 2010).

No decorrer da história diversos fatos marcantes e significativos ocorreram e foram responsáveis por mudanças relevantes no Serviço Social, em que o profissional ora é convocado para responder demandas do ponto de vista de ordem, moral ou higiene, ora para promover a harmonia social na relação Estado/sociedade (FALEIROS, 2001), a partir de métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade (SILVA, 1995).

Em meados da década de 1960 que os profissionais de Serviço Social passam a questionar a eficácia destas ações, questionando sobre a metodologia, os objetivos e os conteúdos necessários para a formação profissional.

Os anos 60, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontravam o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e prevenção de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2005, p. 142).

Estas mudanças no cenário político na década de 1960, que ganhou concretude em março de 1964 “[...] de modo abrupto, violento e radical nos avanços do processo organizativo das classes populares” (MARTINELLI, 2005, p. 141), fez os Assistentes Sociais se refugiarem, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional.

Em outras palavras, grupos dentro da categoria profissional, sentiam a necessidade de rever a debilidade da formação profissional do assistente social que não era apenas técnico-instrumental, mas teórico-conceitual. Dessa forma, enfatiza-se a proposta para fundamentar o Projeto Profissional de Ruptura de Serviço Social (FALEIROS, 2001).

O Brasil, a partir da década de 1970 vivencia um processo de abertura democrática lenta e gradual. Em 1979, sob um clima ainda repressivo, durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS ocorre um grande marco para a categoria profissional com a redefinição do Serviço Social brasileiro, ao assumir o compromisso com a classe trabalhadora, defendendo a democratização e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos.

O profissional do Serviço Social busca no final da década de 1970 e início da década de 1980, do século XX, novas práticas para atender camadas populares. Iniciam-se novas discussões em relação à formação profissional, currículo e a questão metodológica (IAMAMOTO, 2004, p. 4).

A partir dos anos 80, a organização dos Assistentes Sociais fez com que sua articulação com a luta dos trabalhadores e a produção marxista, a partir do pensamento de Marx, onde pode se dizer que foi a superação do marxismo vulgar, principalmente na obra. Então se iniciou o projeto de ruptura, redefinindo a ética profissional possibilitando o amadurecimento do Serviço Social, principalmente por meio do pensamento de Marx e Gramsci, que influenciou o Novo Currículo de Serviço Social de 1984 e o Código de Ética de 1986, dando um novo direcionamento à formação e a prática profissional.

No âmbito da Marinha do Brasil, de 1968 até 1977 a normatização das atividades de Serviço Social foi exercida pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), subordinada a Diretoria Geral do Pessoal da Marinha, mantendo as mesmas diretrizes do momento anterior. Em 1977, a DASM foi extinta e as atividades de Serviço Social passaram a ser exercidas pelo Serviço de Assistência

Social da Marinha (SASM). No decorrer desse período, a Assistência Social esteve restrita a duas áreas de atendimento: Serviço Social e Direito.

A prática do assistente social dentro deste espaço sócio-ocupacional neste período era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa com práticas paliativas, caritativas e assistencialistas.

O movimento de reconceituação, fruto de um questionamento da profissão, em que o Serviço Social brasileiro assume uma nova roupagem e um novo significado no que diz respeito à atual identidade profissional, só é refletido intramuros da Marinha em 1987, com o fim da autocracia burguesa.

Neste ano, o Serviço de Assistência Social da Marinha inicia um processo de reestruturação da sistemática de atendimento dos usuários, que até então era desenvolvido de forma centralizada pelo Serviço Social em apenas algumas Organizações Militares e pelos Núcleos de Assistência Social (NAS) dos Distritos Navais.

Tal reestruturação, consubstanciada na elaboração de Programas Sociais, proporcionaram unidade à atuação dos profissionais de Serviço Social lotados em diversas Organizações Militares (OM), e criaram a dinâmica de distribuição do público em OM assistidas de modo a garantir, por proximidade geográfica, um local de atendimento de Serviço Social a todo o pessoal da Marinha.

Com a Constituição Federal de 1988, inicia-se um tempo em que a sociedade civil avança em busca da legitimação de direitos e o assistente social deixa de ser um agente da caridade e passa a caminhar em direção à execução das políticas públicas em defesa da classe trabalhadora.

Em 1993, no âmbito da Marinha do Brasil surge a proposta de uma abordagem multidisciplinar e descentralizadora de atendimento e os NAS passam a contar com uma equipe formada por profissionais de Serviço Social, Psicologia, Direito, Psiquiatria e Religião, que culmina com a criação, em 1994, do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha – SAIPM.

Em 1996, a Diretoria de Pessoal da Marinha decide recriar a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), extinta em 1977, e esta passa a ter a missão de contribuir para o bem-estar social dos militares e civis da Marinha, ativos e inativos, dos seus dependentes e pensionistas.

Para a consecução de seus objetivos coube à DASM, dentre outras, a tarefa de exercer o planejamento e a supervisão técnica dessa nova filosofia de trabalho, atuando primordialmente, como órgão normativo do SAIPM. O SASM passou à sua subordinação e foi convertido em Órgão de Execução do SAIPM (OES).

Neste mesmo ano, a Psiquiatria deixou de fazer parte da Assistência Integrada, sendo transferida para a área da saúde e também foi excluída a Capelania, em atendimento à nova estrutura do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha.

O Serviço Social em sua gênese foi considerado vocação, habilidade, ocupação, ofício ou até mesmo arte, e na atualidade é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662/9, de 7 de Junho de 1993.

O Serviço Social no âmbito da Marinha também passa por transformações, pois assim como a profissão os espaços ocupacionais são influenciados pelas conjunturas e pelas transformações societárias. Estes rebatimentos no âmbito da Marinha ocorrem tardiamente e mantêm traços do passado, visto o caráter conservador da instituição

Para lamamoto (2009, p. 344), esta transformação do espaço ocupacional do assistente social pode ser explicada da seguinte forma:

[...] como um produto histórico, condicionado tanto pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças, bem como pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. Essa afirmativa fundamenta-se no reconhecimento de ser o trabalho profissional tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam.

lamamoto (2009, p. 345) afirma ainda que a reconfiguração destes espaços ocupacionais “[...] é resultante das profundas transformações sócio-históricas, com as mudanças regressivas nas relações entre o Estado e a sociedade em um quadro de recessão na economia internacional”, submetida à ordem financeira do capital.

Em outras palavras, os espaços ocupacionais passam por significativas e contínuas alterações, pois não estão dissociados do processo da reestruturação produtiva, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da perda de direitos e conquistas sociais e históricas da classe trabalhadora e da reorganização do Estado.

Realizando uma aproximação com nosso objeto de estudo, ao iniciarmos a pesquisa sobre Educação Financeira nos deparamos com o tratamento ainda incipiente sobre o assunto no Brasil e no mundo. Mas nos trouxe inquietude a escassez de estudos relacionados as Forças Armadas, não apenas como espaço ocupacional do Serviço Social, mas como bem aponta Carvalho (2006),

Existe na comunidade acadêmica brasileira, na verdade na comunidade acadêmica latino-americana, um veto aos estudos militares. São pouquíssimos os pesquisadores que se dedicam ao tema e os que fazem quase tem que se desculpar por o fazer. O tema não tem legitimidade acadêmica, ou teórica, e é considerado suspeito do ponto de vista político. Quem escreve sobre os militares corre o risco de ser considerado simpático à instituição militar e a ideologia (CARVALHO, 2006, p.140).

As Forças Armadas são uma instituição que fazem parte da estrutura da sociedade, estando inclusas nas mudanças que a mesma experimenta, principalmente no que se refere à interferência da mundialização do capital que traz “[...] profundas repercussões na órbita das políticas públicas e suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

Ressaltamos ainda, que tais mudanças interferem diretamente no trabalho dos assistentes sociais inseridos nas instituições e refletem na operacionalização dos projetos sociais.

Ao mesmo tempo também consideramos que as organizações militares “[...] possuem características próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos e influências externas” (CARVALHO, 2006, p.13).

Sendo assim, no âmbito das Organizações Militares estabelecem-se relações sociais próprias deste contexto desconhecimento pela sociedade e aqui destacamos o trabalho do Serviço Social.

É neste solo nebuloso e movente onde emergem requisições, demandas e capacitações específicas para o Serviço Social que repousaremos as próximas análises no intuito de desvendar o trabalho do Assistente Social.

Carvalho e Iamamoto (2011) colocam que para este desvendar do trabalho profissional do assistente social é necessário considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes.

Primeiro, como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional.

Segundo, como atividade socialmente determinada pelas conjunturas que imprimem certa direção social ao exercício profissional que independem de sua vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória. Podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz.

Estudar o Serviço Social nesta perspectiva permite apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora desta trama.

Desta forma, o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho.

Não se trata de uma dicotomia, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já mencionamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

É esta presença de forças sociais e políticas que permite ao assistente social estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

As Forças Armadas, enquanto espaço sócio ocupacional do assistente social constitui um grande desafio, especialmente pelas expressões de negação que norteiam a prática profissional e pelo seu histórico opressor e violento.

O trabalho do assistente social no âmbito das Forças Armadas exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de

serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

E é nesta perspectiva, buscamos identificar o trabalho do Assistente Social no âmbito da Marinha do Brasil, mais especificamente dentro do Programa de Apoio Socioeconômico a partir do texto dos projetos elaborados para operacionalizar o Programa.

4.2 Os projetos de apoio socioeconômico e o trabalho do Serviço Social

Historicamente, a política de assistência foi marcada por diversas ações assistencialistas, baseada na lógica do favor e até alcançar o patamar de política pública muitos foram os desafios para concretização desta política, e tal cenário não poderia ser diferente na Marinha do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um cenário em que a sociedade civil avançou em busca da legitimação dos seus direitos, dentre eles o direito a assistência social.

De acordo com o exposto nos artigos 194, 203 e 204 (BRASIL, 2012) da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, constitui-se em uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais e tem por finalidade garantir o atendimento às necessidades básicas da população, sendo realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Atualmente, as ações de assistência social na Marinha são desenvolvidas de forma integrada pela Psicologia, Direto e Serviço Social, tomando por base a concepção do homem como ser uno e integral.

No caso do Serviço Social, segundo a DGPM-501 (6ª Rev), os atendimentos têm por finalidade identificar situações sociais que estejam interferindo, direta ou indiretamente, no desempenho profissional e na convivência familiar e social dos seus usuários, assim como capacitar o usuário a lidar com as situações-problema decorrentes das relações que estabelecem com a realidade em que se inserem, nos seus diversos âmbitos.

Em outras palavras, no cenário atual a atuação do Serviço Social na Marinha do Brasil tem se configurado de forma a planejar, gerenciar e executar os serviços

sociais oferecidos aos militares, atuando junto às relações sociais, interpessoais e grupais. O assistente social trabalha articulando novos mecanismos para promover a efetividade das ações assistenciais de que dispõe a instituição, buscando fomentar a qualidade de vida no trabalho.

As ações são destinadas aos usuários que estejam em situação de vulnerabilidade social, principalmente de cunho econômico, e nos termos de Iamamoto (2009, p. 367) são estas ações que inserem o Serviço Social na instituição “[...] porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora”.

A fim de orientar a prestação da Assistência Integrada foram estabelecidos pela DGPM-501 (6ª Revisão) programas de competência das equipes interdisciplinares ou de áreas específicas, como o caso dos Programas do Serviço Social, que abrange o Programa de Apoio Socioeconômico, de execução privativa dos assistentes sociais.

No capítulo anterior, observamos que Programa de Apoio Socioeconômico da Marinha do Brasil foi formulado a partir das diretrizes da Portaria Normativa nº 881 do Ministério da Defesa e apresenta como propósito “[...] contribuir para a melhoria das condições de vida dos militares e servidores civis da MB, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, em situação de vulnerabilidade social” objetivando “[...] promover assistência integrada aos militares e servidores civis, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, visando o enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas vividas”, contemplando

“[...] ações de prevenção e proteção, no intuito de garantir aos usuários da Assistência Integrada o exercício pleno de cidadania, fazendo com que esses sejam coautores de sua história, capazes de lidar com as situações que lhes são apresentadas”.

A elaboração deste Programa vai ainda ao encontro das propostas de Educação Financeira desenvolvidas pós-crise de 2008 e entendidas aqui como “[...] um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2)” e que pretendem instruir a população a partir do

desenvolvimento de capacidades e habilidades financeiras para aliviar os riscos previsíveis do mercado.

As análises dos textos realizadas no capítulo “Crises econômicas, Endividamento da População e consumo” nos apontaram que a política de educação financeira busca desenvolver a concepção de que o mercado está disponível para todos e para que sejam capazes de realizar seus sonhos é necessário apenas um planejamento adequado de suas finanças pessoais.

Indicaram ainda que a corrente pós-moderna vem disseminando que o consumo passou a ser o foco da vida social, o meio para que o homem atinja suas necessidades. O discurso desta cultura de consumo se assenta no mito da felicidade (e da igualdade e da democracia), pois, em tese, na sociedade de consumo todos tem o direito de consumir e alcançar a felicidade.

Tratamos ainda no capítulo “Educação Financeira” que o texto dos Programas de Apoio Socioeconômico desenvolvidos pelas Forças Armadas traz nos termos pós-moderno a necessidade de construção de um conjunto de idéias e comportamentos para o consumo adequado. Ou seja, busca a construção de uma cultura que permita a unificação e a identificação social de classes sociais antagônicas e se utiliza de ferramentas como culpabilização do indivíduo pelas mazelas que vivencia e com a construção de sonhos (liberdade financeira) como parte da estratégia da coesão social.

Mas como se dá a operacionalização para a construção do projeto hegemônico da burguesa no âmbito da Marinha do Brasil? A DPGM-501 (6ª Revisão) expõe que o Programa de Apoio Socioeconômico atua como diretriz para a elaboração e execução de projetos de intervenção específicos para cada necessidade e cabe ao assistente social a identificação destas necessidades para formulação dos projetos.

Assim sendo, tomamos para análise do trabalho do assistente social três projetos formulados de acordo com as diretrizes do Programa de Apoio Socioeconômico. Estes projetos foram elaborados no ano de 2016 por Organizações Militares distintas, respeitando as demandas do seu público alvo.

O **Projeto Alfa** apresenta como objetivo geral “[...] contribuir para a formação educacional dos usuários, através do acesso aos materiais didáticos e reflexão sobre Educação Financeira” e como objetivos específicos “[...] auxiliar os dependentes dos militares e servidores civis na aquisição de materiais necessários

para o aprendizado escolar”, “**discutir com os pais e filhos sobre a educação financeira**” e “**incentivar o desenvolvimento de atitudes conscientes frente ao consumo**”.

No tocante a operacionalização deste projeto, o assistente social formulador do projeto afirma que este será executado durante todo o ano de 2017, no entanto, as principais atividades serão desenvolvidas no início do ano letivo.

Expõe que em dezembro de 2016 enviará mensagem às OM assistidas, com o intuito de divulgar o projeto, esclarecer sobre os materiais doados e identificar os militares interessados em participar do projeto.

Para a realização das inscrições, que iniciarão em janeiro de 2017, os usuários deverão procurar o NAS para preencher ao questionário inicial e anexar os seguintes documentos: cópia do documento comprobatório da dependência, cópia de documento comprobatório da matrícula escolar, cópia da lista de livros didáticos solicitados pela escola, cópia do Bilhete de Pagamento e cópia das despesas mensais.

As fichas, questionários e documentos comprobatórios serão analisados pelos Oficiais do Serviço Social e os seguintes elementos serão levados em consideração: composição familiar, renda familiar mensal, despesas existentes e contexto social. O formulador do projeto afirma que os militares e servidores civis que não apresentarem toda a documentação solicitada não terão o processo avaliado.

O formulador do Projeto Alfa afirma ainda que com o intuito de contribuir para o conhecimento a respeito da Educação Financeira, os militares, servidores civis e seus respectivos dependentes participarão de uma palestra sobre “Planejamento Financeiro e Consumo Consciente” a ser realizada por profissional especializado de instituição parceira.

O projeto expõe a **obrigatoriedade da presença dos usuários na palestra** e, somente ao final da atividade, os participantes receberão um kit de material escolar e livros didáticos solicitados pela Escola (estes serão avaliados de acordo com a necessidade do militar e disponibilidade de recurso existente).

O **Projeto Bravo** apresenta como objetivo geral “[...] promover a ampliação do **conhecimento acerca da Educação Financeira** e apoiar os usuários com dificuldades” e como objetivos específicos “[...] contribuir para o desenvolvimento de atitudes conscientes frente ao consumo”, “[...] fomentar mudanças de

comportamentos que favoreçam o planejamento orçamentário”, “[...] oferecer conceitos e ferramentas para educação financeira” e “[...] apoiar com benefícios sociais os militares, servidores civis e dependentes com dificuldades financeiras”.

No tocante a operacionalização do projeto Bravo, o Assistente Social formulador afirma que projeto será realizado ao longo de 11 meses no ano de 2017 e as atividades do projeto serão divididas em duas partes que atenderão grupos distintos (parte 1 e parte 2).

A parte 1 é destinada ao público em situação de insegurança financeira, com **palestras socioeducativas sobre planejamento financeiro**, de modo a oferecer conceitos e ferramentas para que alcancem a independência financeira e não entrem em situação de endividamento ao serem surpreendidos por situações emergenciais.

As referidas palestras são realizadas pelo assistente social do NAS ou por instituição parceira, de maneira dinâmica e interativa, com a utilização de recursos instrucionais que possibilitem sensibilizar o usuário sobre o tema e fomentar mudanças de comportamento frente ao consumo.

Deverão ser realizadas três palestras por mês, de fevereiro a novembro, e as vagas serão distribuídas proporcionalmente de acordo com o efetivo de cada Organização Militar (OM) assistida, com públicos diversificados em cada atividade.

A parte 2 é destinada aos usuários superendividados que buscam atendimento na Assistência Social. Para este público serão desenvolvidos sete módulos, divididos por temática, conforme o roteiro:

1º Módulo: Palestra de Economia Doméstica, realizada por Instituição parceira ou profissional do NAS;

2º Módulo: Minicurso de Finanças Pessoais, com carga horária de 6 horas, realizado pelo Instituto Educacional BM&FBOVESPA;

3º Módulo: Palestra sobre os “Direitos e deveres dos consumidores”, a ser realizada por Instituição parceira ou profissional do NAS;

4º Módulo: Palestra “Aspectos psicológicos relacionados ao Consumo”, ser realizada por Instituição parceira ou profissional do NAS;

5º Módulo: Peça teatral sobre Educação Financeira, desenvolvida pela equipe do NAS;

6º Módulo: Palestra “Do consumo consciente ao Planejamento Financeiro” com os profissionais da Escola de Educação Financeira do Rioprevidência;

7º Módulo: Encerramento do Projeto, realizado por Oficial do Serviço Social do NAS, onde será aplicado o Questionário Final.

Paralelo às atividades educativas, serão realizadas doações para os militares, servidores civis e dependentes que delas precisarem, mediante avaliação socioeconômica realizada por Oficial da Assistência Social do NAS. **Somente terão acesso aos benefícios sociais (doações) os militares e servidores civis que participarem do Projeto**, na medida em que se entende que a doação isolada não possibilitará ao indivíduo a superação da dificuldade financeira vivenciada.

O assistente social formulador do Projeto Bravo afirma que **os usuários que receberem os benefícios sociais deverão participar de, no mínimo, 2 módulos à sua escolha e obrigatoriamente, do último módulo**. Vale ressaltar que a estimativa de custos com benefícios sociais é feita com base nos atendimentos realizados no ano anterior, podendo variar de acordo com a demanda do projeto no momento de sua execução.

De modo a possibilitar um fluxo constante de informações sobre Educação Financeira serão **confeccionados folders e cartazes**, que serão distribuídos às OM assistidas, durante todas as atividades realizadas pelo NAS.

O **Projeto Charlie** apresenta como objetivo geral “[...] desenvolver ações para a elevação da renda familiar, visando a autonomia socioeconômica” e como objetivos específicos “[...] disseminar **informações preventivas sobre a importância do planejamento financeiro** para a consecução dos objetivos da família, por meio da priorização das necessidades financeiras, permitindo assim, autonomia nas suas decisões”, “[...] apoiar os usuários nas suas necessidades financeiras, identificando as possíveis causas e construindo conjuntamente propostas para o seu enfrentamento, “[...] propor um plano de intervenção para **reorganização do orçamento familiar**, por meio do conceito de planejamento financeiro” e “[...] auxiliar no processo de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho”.

Para operacionalização das ações de prevenção voltadas para o planejamento financeiro, o assistente social formulador do Projeto Charlie propõe a distribuição de cartilhas e a realização de *workshop*, esquetes e peças teatrais para a tripulação das principais organizações militares abrangidas por esse NAS com o seguinte conteúdo programático: história do dinheiro, orçamento familiar, investimentos, dívidas e taxas de juros.

Afirma que tal ação é estendida à família dos militares (cônjuges e filhos) com adequação da estrutura do conteúdo programático.

No tocante as ações de proteção, o assistente social formulador do Projeto Charlie afirma que serão ofertados os benefícios sociais descritos no inciso 11.6.3 da DGPM 501 (6ª Revisão), tais como a aquisição de gêneros alimentícios e de higiene; aquisições de medicamentos, quando não fornecidos pelo Sistema de Saúde da Marinha ou indisponíveis no Setor de Distribuição de Medicamentos; aquisição de aparelhos ortopédicos, órteses, próteses, cadeiras de rodas; doação de material escolar; e outros benefícios demandados pelos usuários após **avaliação socioeconômica**.

Consideramos que um projeto sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação e constitui-se como unidade elementar do processo sistemático da racionalização de decisões tomadas no programa (BAPTISTA, 2002).

Deste modo, ao tomarmos por base os três projetos acima descritos e analisarmos os objetivos e as metodologias podemos afirmar que estes seguem rigorosamente a orientação sobre a operacionalização do Programa de Apoio Socioeconômico da DGPM-501 (6ª Revisão).

Caberá ao assistente social do OES a implementação das ações do Programa de Apoio Socioeconômico, por meio dos instrumentos técnicos próprios da profissão, quais sejam: cursos, trabalho em grupo, atendimento individual, palestras, exibição de filmes, campanhas, oficinas, visitas domiciliares entre outros, buscando identificar o público-alvo de suas ações de prevenção e de proteção.

Frente a semelhança de elementos que compõem os projetos, selecionamos dois elementos que poderão subsidiar a análise do trabalho do Assistente Social no Programa de Apoio Socioeconômico. São eles: os instrumentos utilizados pelo Serviço Social para operacionalizar sua ação, mais especificadamente as atividades de cunho educativo que imprimem a função pedagógica do Assistente Social; e as condicionalidades para o recebimento de benefícios sociais.

4.2.1 A dimensão pedagógica do Assistente Social

A educação é uma atividade socialmente organizada, controlada pelas estruturas sociais conforme seus interesses. É um aparelho fundamental da superestrutura, condicionada às ideias, juízos, valores e preconceitos (CAVALCANTE, 1984).

Para Gramsci (1999) o conceito de educação não se limita às relações escolares. Para o autor, a educação constitui o próprio núcleo da hegemonia, pois toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica: processo de aprendizado pelo qual a ideologia da classe dominante se realiza e se transforma em senso comum. Portanto, a educação tem caráter político e não é neutra.

Na sociedade capitalista, a educação pode tanto aderir à ideologia vigente, dissimulando as contradições – caracterizada pela transferência de conhecimentos e valores de uma classe para outra, por meio de diversos aparelhos, com o intuito de ajustar as classes dominadas aos interesses da dominante, como também pode buscar superar e desmascarar tal ideologia por meio da resistência à educação dominante, gerando conhecimentos e valores que lhe são próprios.

As relações pedagógicas, de acordo com a análise de Rummert (1986), são norteadas por uma determinada ideologia, que se difunde e se afirma como um processo através do qual uma classe conduz e mantém a unidade do bloco social. Elas estão eminentemente vinculadas à luta pela hegemonia, ou seja, à busca por direção intelectual e moral que uma classe, ou frações de classes, imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos e persuasivos dos quais a ideologia pode ser compreendida como elemento central (ABREU, 2004).

A prática do assistente social apresenta um cunho eminentemente pedagógico e está vinculada à intervenção do assistente social na maneira de agir e de pensar da sociedade e aos elementos políticos e culturais da luta pela hegemonia e contra hegemonia, visto que está inserido nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura.

Segundo Abreu e Cardoso (2009), historicamente a função pedagógica dos Assistentes Sociais é demandada pelas classes dominantes na busca de controle e consentimento da sociedade ao contexto de produção e reprodução social no marco da exploração econômica e dominação político-ideológica sobre o trabalho.

Mas para o autor, em contrapartida, nas três últimas décadas, emergem na profissão práticas pedagógicas vinculadas ao interesse das classes subalternas, “fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 1).

Desta forma, a consciência política e o projeto ético-político ao qual o assistente social vem a aderir são o que gera a diferença entre o direcionamento de uma prática que contribua para a manutenção da ordem vigente ou uma prática que coopere para a emancipação dos sujeitos.

Por questões históricas, a burguesia tem mais chances de cooptar o assistente social ao seu projeto político, pois este é um profissional assalariado que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto a burguesia é a detentora dos meios de produção.

Dito de outra forma, a prática educativa do assistente social pode servir tanto para manutenção da ordem como para sua transformação e quer seja voltada para uma pedagogia da ajuda e da participação, que visam a reprodução da lógica capitalista, ou da construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, estará sempre vinculada, na sociedade capitalista, aos processos políticos e culturais na luta pela hegemonia, posto que está inserida nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura.

Dentro destes processos políticos de luta pela hegemonia não podemos excluir a Marinha do Brasil, que sendo um aparelho repressivo do Estado nos termos de Gramsci e enquanto órgão empregador do Assistente Social, busca manter a ideologia da classe dominante.

Ao apresentarem como método de operacionalização de seus objetivos a oferta de “[...] palestras socioeducativas sobre planejamento financeiro, de modo a oferecer conceitos e ferramentas para que alcancem a independência financeira e não entrem em situação de endividamento ao serem surpreendidos por situações emergenciais [...]”, os projetos nos apontam que o assistente social na Marinha do Brasil não é chamado pelo caráter “técnico-especializado” de suas ações, mas sim pelas funções de cunho educativo, moralizador e disciplinador, com vistas a manter a ordem e eliminar de forma preventiva possíveis focos de tensão a partir de um processo de conscientização de cunho pedagógico, que se materializa por meio de palestras.

As palestras apresentam, de forma sucinta e em um curto espaço de tempo, conteúdos que abrangem as finanças pessoais, economia doméstica, aspectos psicológicos relacionados ao consumo, entre outros, e são utilizadas como mecanismos de controle e consentimento transformando em senso comum a ideologia de mercado, ajustando as classes dominadas aos interesses da dominante.

Em outras palavras, a oferta de palestras mantém a ilusão de que ao possuir habilidades e competências sobre finanças o militar solucionará seus problemas de endividamento e poderá continuar a consumir indiscriminadamente.

Ademais, esta oferta de palestras acaba por propiciar certa acomodação dos indivíduos a permanecerem como espectadores e não como sujeitos sociais, tornando-os bem mais fáceis de serem manipulados.

Cabe ressaltar, que apesar da prevalência da ideologia dominante dentro da Marinha do Brasil existem espaços de contradição e compete ao Assistente Social semear, nestes espaços, elementos de uma nova educação, responsável pela transformação social.

Segundo Iamamoto (2012), os profissionais contribuem na direção de uma pedagogia emancipatória à medida que socializam informações que subsidiam a formulação e a gestão de políticas públicas e o acesso a direitos sociais, ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada e ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando, assim, o acesso a informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade.

Desta forma, a ação educativa do Serviço Social, quando pensada numa perspectiva que desmistifique a ideologia dominante e resgate e sistematize o potencial existente no cotidiano das classes trabalhadoras por meio da crítica ao senso comum, torna-se um novo caminho a ser percorrido na busca pela superação e transformação.

Tal afirmação nos indica que mesmo respondendo aos objetivos do Programa de Apoio Socioeconômico com ações de cunho educativo e com um discurso disciplinador e moralizador, o Assistente Social poderá imprimir ações que contribuam para a transformação social, pois enquanto intelectual orgânico poderá informar, fomentar a consciência crítica do usuário, possibilitando o questionamento

e a reflexão, além da não aceitação passiva das determinações e ideologias que são impostas pela classe dominante.

Monteiro e Teixeira (1997) expõem que a luta contra a alienação, opressão, preconceito e todas as contradições inerentes à própria existência é constante e contínua, no sentido de as pessoas se perceberem como sujeitos produtivos, que transformam a natureza e humanizam suas vivências.

As finalidades determinam o modo de atuar e as escolhas por alternativas e a passagem do momento da pré-idealização para a ação propriamente dita requer instrumentalidade (GUERRA, 2000), pensar a instrumentalidade do Serviço Social requer pensar que são vastas as possibilidades de intervenção profissional.

A capacidade criativa do Assistente Social está em saber transformar um determinado instrumento às necessidades que lhe são apresentadas em seu cotidiano de trabalho, ou mesmo criar outros capazes de produzir mudanças na realidade social, compreendendo a fundo esta realidade para que o instrumental seja utilizado da maneira mais eficaz possível.

É inegável o enorme desafio de atuação do assistente social dentro das Forças Armadas, assim como a análise dos seus processos de trabalho, pois adentra neste espaço sócio-ocupacional pela sua formação enquanto assistente social, para atender as demandas requeridas pela instituição, mas ao mesmo tempo para atuar necessita se adequar aos parâmetros militares, sendo necessária uma formação de caráter particular do meio, que permite identificá-lo também, enquanto militar.

Entretanto, este duplo movimento, de ser assistente social e militar, que o impele a desenvolver ações de cunho educativo e com um discurso disciplinador e moralizador instrumentalizadas pelas palestras, podem (e devem) ser modificadas a fim de imprimir ações que contribuam para mudanças na realidade social dos militares envolvidos.

4.2.2 As Condiionalidades para o Recebimento de Benefícios Sociais

De acordo com o item 11.7.1 da DGPM-501 (6ª REV), para as concessões dos benefícios sociais é obrigatório o estudo socioeconômico, no qual deverão ser analisados, entre outros aspectos: a correlação entre receita e despesa da família; o quantitativo de dependentes financeiros; a finalidade dos empréstimos consignados

em Bilhete de Pagamento (BP); os comportamentos imprevistos ou rotineiros da família, que levaram ao endividamento e seu custo total; e as alternativas adotadas antes da busca pelo Programa.

Esta obrigatoriedade de estudo socioeconômico para concessão de benefícios sociais prevista no Programa é mantida nos projetos, como podemos observar nos textos apresentados anteriormente.

Contudo, ao analisarmos a diretriz protetiva dos projetos, que se materializa pela concessão de benefícios sociais (doação de cestas básicas, medicamentos, material escolar, cursos profissionalizantes, etc) verificamos que além da obrigatoriedade do estudo socioeconômico por parte do Assistente Social encontra-se a obrigatoriedade de uma contrapartida do militar: a presença compulsória em atividades voltadas para a educação financeira.

Sendo assim dois pontos são centrais dentro deste tópico de análise: a obrigatoriedade do estudo socioeconômico e a presença compulsória em atividades voltadas para a educação financeira.

Segundo a Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social, uma de suas competências é realizar estudo socioeconômico com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

É nesta perspectiva que o estudo socioeconômico se destaca como uma possibilidade de conhecer a realidade dos usuários, visando sua compreensão e intervenção sob a ótica da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

Mioto (2009, p. 482) destaca que

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social, remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações.

Destarte, o estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social que tem por finalidade conhecer profundamente, e de forma crítica, uma

determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2005).

Ressaltam Pavão, Graciano e Blattner (2006) que o estudo social deve ser baseado no contexto familiar e na realidade social, tendo como finalidade subsidiar decisões e ações, possibilitando a coleta de informações a respeito da realidade sócio-familiar de cada indivíduo e família e as questões sociais que afetam suas relações sociais, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais.

É possível notar, que pelas diretrizes do Programa, atestar o grau de carência financeira do militar é uma preocupação básica do estudo socioeconômico, pois a diretriz aponta a necessidade de análise de dados meramente monetários, como se fosse possível mensurar a vulnerabilidade do indivíduo a partir exclusivamente de sua renda, desconsiderando todos os outros aspectos que envolvem a realidade do indivíduo.

Nota-se que mesmo quando trata do contexto familiar, a diretriz aponta para dados meramente monetários: *os comportamentos imprevistos ou rotineiros da família, que levaram ao endividamento e seu custo total*.

A carência financeira do militar passa a ser o passaporte para o ingresso no aparato das exigências institucionais e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo (SPOSATI *et al*, 2007).

Em outras palavras, o acesso para recebimento de benefícios sociais será mediante estudo socioeconômico pelo assistente social, que é o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do “candidato” a usuário.

Como já mencionado anteriormente, a focalização é um mecanismo chave no desenho do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa. Desenho este alinhado a tendência hegemônica no campo social e que tem influenciado fortemente o desenho das políticas sociais na atualidade.

A defesa de que a focalização (nos pobres) possibilitaria direcionar os recursos de maneira mais eficiente anda na contramão da universalização dos direitos, gerando seletividade e principalmente a exclusão nos atendimentos.

Contudo, não cabe aqui uma discussão sobre os aspectos positivos e negativos da focalização, mas sim a necessidade de discussão sobre os impactos de suas ações.

Cada vez mais o princípio da universalidade vem sendo corroído, e a relação entre as políticas públicas e os direitos de cidadania, conquista histórica dos

movimentos sociais e da classe trabalhadora, vem sendo convertida em uma relação de mérito ou merecimento, bem como vem recaindo sobre os indivíduos a responsabilização por uma condição de desigualdade estrutural, histórica e inerente ao conjunto das relações sociais do modo de produção capitalista.

A relação de merecimento, aqui, se caracteriza por um inserir-se em uma condição aviltante, de quase ausência de renda, agravada pelo nulo ou precário acesso às políticas de caráter estrutural.

Ao contrário de diversos programas extra-Marinha deste cunho, não observamos a presença de uma focalização do público alvo a partir de um corte de renda, ficando a cargo do Assistente Social estabelecer estes parâmetros.

Neste contexto, as ações do Assistente Social nos apontam para um risco de mera identificação das demandas, pois ao utilizar como instrumento de trabalho o estudo socioeconômico com critérios meramente monetário não vislumbramos uma análise que ultrapasse o nível da aparência e acaba por escamotear o real significado das mesmas, no contexto antagônico das relações sociais capitalistas.

Outro ponto que merece destaque no tocante as condicionalidades para o recebimento dos benefícios sociais é a presença compulsória em atividades voltadas para a educação financeira.

Existe uma preocupação por parte dos profissionais para que o fornecimento destes benefícios não esteja atrelado apenas a uma ação imediatista e passe a ter um caráter assistencialista, curativo, emergencial e paliativo.

A imposição desta contrapartida (palestras) ocupa um lugar central no desenho destes projetos, referindo-se ao compromisso a ser assumido pelos militares beneficiários, uma espécie de contrato, que ao participarem das palestras poderiam ter direito ao recebimento de benefícios sociais.

É como se o acesso à Educação Financeira possibilitasse, dentro de uma perspectiva de ampliação do “capital humano” dos militares, uma estabilidade financeira na sua família.

Entretanto, a exigência desta condicionalidade não é suficiente para alterar o quadro de pobreza das famílias beneficiárias, devido ao fato do endividamento ser consequência da desigualdade na distribuição das riquezas.

Ademais, os benefícios sociais não chegam a se constituir em mecanismos redistributivos alteradores das desigualdades sociais e atrelar a sua concessão a presença obrigatória em cursos e palestras é reduzir a vulnerabilidade econômica do

militar a uma mera ausência de planejamento e conhecimento sobre planilhas financeiras.

A contrapartida imposta nos projetos enquanto dispositivo de controle podem sinalizar que a efetividade do projeto está diretamente relacionada a presença do militar nas palestras, demonstrando que o profissional não conquistou por meio de seu trabalho profissional técnico-operativo e ético-político uma intervenção propositiva, transformadora, criativa e qualificada, como características efetivas da profissão.

Como já exposto, a presença em palestras reforça a ideologia dominante e a concessão de benefícios sociais acaba fomentando o consumo e o crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo buscamos apresentar os elementos que moldaram o cenário da política de educação financeira, tais como as crises econômicas e a propagação das ideias pós-modernas de sociedade de consumo.

Em seguida, realizamos a análise dos textos dos Programas de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira.

No último capítulo, desenvolvemos uma análise sobre a atuação do trabalho do Assistente Social no Programa de Apoio Socioeconômico no âmbito da Marinha do Brasil, a partir da exposição de três projetos elaborados no ano de 2016 por Organizações Militares distintas.

Chegamos até as considerações finais do estudo, mas sabemos que muitas questões não se esgotaram e em alguns momentos acreditamos que até surgiram novos questionamentos. Ou seja, a discussão presente no estudo não está esgotada, pois a intenção foi fornecer subsídios para o debate de um tema que ainda se encontra obscuro.

A crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crise de intensidade e duração variadas é o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2011b).

Nesse sentido, o último desejo do capital seria uma superação permanente de todas as crises e aperfeiçoar os mecanismos de administração da crise é uma parte essencial da bem-sucedida reconstituição do capital.

Neste contexto de administração da crise financeira de 2008 nos deparamos com as propostas de Educação Financeira engendradas pelo Estado e por organizações privadas e públicas, incluindo aqui as Forças Armadas.

As políticas de Educação Financeira são consideradas “[...] um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2) e pretendem instruir a população a partir do desenvolvimento

de capacidades e habilidades financeiras para aliviar o endividamento e reaquecer o mercado pela via do consumo.

O endividamento é expressão da questão social na contemporaneidade e, portanto, objetos de intervenção profissional. O trabalho do Assistente Social encontra-se no âmbito das situações tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos (IAMAMOTO, 2010).

A partir daí, verificou-se a importância de se debruçar sobre o discurso que envolve as políticas sociais voltadas para esta temática e, a partir de uma perspectiva totalizadora, incitar um projeto que tenha como foco o acompanhamento destes programas, não apenas no âmbito das Forças Armadas, pois, devido à naturalização das questões referentes ao endividamento e ao crédito fácil, há que se ter o cuidado de apenas não trabalhar no âmbito da reinserção dos sujeitos na dança do crédito/consumo/endividamento, não se obtendo avanços em termos do fortalecimento crítico dos cidadãos acerca desta temática.

Assim, reafirmarmos a importância do debate sobre o aumento do endividamento pessoal e suas possibilidades de reversão, que sob a ideologia neoliberal se daria pela Educação Financeira.

Enfatizamos que é bastante surpreendente a pouca atenção dada à necessidade de inserir o assunto sob a perspectiva da totalidade, sendo mantido sob debates moralizantes, graças à conspiração do silêncio das partes interessadas.

Observamos ao longo do estudo que a pobreza tem sido tratada como exclusão, cuja programática dentro do discurso da “sociedade de consumo” e da busca da felicidade alia-se as políticas de educação financeira, procurando criar condições para inclusão particularmente pelo aumento do consumo, ainda que por meios provisórios e temporários, apartando assim as reais condições de produção e reprodução da desigualdade social (MOTA, 2012).

Esse nítido movimento de corte conservador para reduzir a pobreza e não a desigualdade, e que advoga a favor do enfrentamento da questão social nos marcos da sociedade burguesa, sem alterar os interesses do capital, são motivadas pela busca de respostas pragmáticas dentro de um contexto fragmentário e imediatista e acabam favorecendo o individualismo exacerbado, a criminalização e moralização da pobreza, ocultando a luta de classes e práticas de resistência.

A intervenção dos órgãos de Assistência Social das Forças Armadas nesta expressão da questão social – o endividamento – face aos impactos destrutivos que a desigualdade extrema produz, visa assegurar condições mínimas de vida e de manutenção da disciplina e dominação, evitando assim que se constituam espaços de lutas por melhores condições de vida dentro deste espaço laboral.

A aproximação às raízes do problema do endividamento dos militares, possibilitando desvendá-lo não é uma solução instantânea, mas a única que tem alguma possibilidade de se mostrar adequada para tratar da enormidade do problema.

Ao colocarmos como objetivos do estudo a análise do fenômeno da educação financeira no Brasil, especificamente, dentro do Programa de Apoio Socioeconômico proposto pelo Ministério da Defesa, assim como desvendar o discurso vinculado a este fenômeno a partir da análise do texto do Programa de Apoio Socioeconômico do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira tínhamos como hipótese que os programas de educação financeira desenvolvidos a partir de uma ideologia neoliberal e um discurso pós-moderno relacionado a sociedade de consumo responsabilizam os indivíduos pelas mazelas que vivenciam, escamoteando, assim, as contradições do sistema e garantindo a manutenção da sociedade mercantil e a subalternização da classe trabalhadora.

Frente a esta hipótese apresentamos como principal questão norteadora das reflexões a busca pela resposta se cidadãos educados financeiramente e apoiados nas demandas socioeconômicas são capazes de gerir seus recursos financeiros de modo satisfatório e a partir daí superar a condição de endividamento.

A análise de três projetos formulados no ano de 2016 pelos Assistentes Sociais da Marinha do Brasil e embasados no Programa de Apoio Socioeconômico da instituição nos indicaram que estamos longe das raízes do problema no que se refere a superação do endividamento.

Primeiro pelo discurso pós-moderno que seus textos utilizam e criam a falsa ilusão da necessidade de uma política social relacionada ao consumo consciente e à educação financeira, de forma a tornar acessíveis, conhecimentos relacionados ao mercado financeiro e garantir a felicidade constante do cidadão a partir do consumo.

Segundo que ao utilizarem os instrumentos para operacionalização da ação profissional atividades com um cunho pedagógico, tais como palestras e cursos de

Educação Financeira, os profissionais transferem a tarefa de lutar contra os problemas socialmente produzidos para os indivíduos.

A oferta de palestras e cursos que buscam orientar sobre uma relação saudável e planejada com os recursos financeiros e com slogans “você tem mais dinheiro do que imagina”, “dinheiro na mão é vendaval” e “como se livrar das dívidas” utiliza-se da fragilização intelectual do homem frente ao capital.

Esta fragilização permite que as formas de pensar sejam impostas e controladas de acordo com os interesses da classe dominante através do estabelecimento de valores predeterminados, da generalização e da ocultação da origem das ideias, fazendo crer que estas são naturais e imutáveis.

Neste processo de fragilização material e intelectual os usuários são capacitados – e ajustados – para gerirem seus próprios recursos a partir de soluções individuais para problemas socialmente produzidos, usando suas próprias habilidades no manejo de planilhas para o planejamento financeiro.

O estudo não indicou que o planejamento financeiro é concedido em teoria, mas inconcebível como único mecanismo para superação do endividamento, tendo em vista os múltiplos fatores que envolvem esta expressão da questão social.

Consideramos a importância dos Programas de Apoio Socioeconômico, mas ao apresentarem um discurso pós-moderno de “consumo consciente” e “alcance da felicidade pelo consumo” e desprender estes programas das transformações estruturais, eles “[...] acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 429), perdendo, assim, a possibilidade de um efetivo impacto no enfrentamento à desigualdade, numa perspectiva progressista, ou seja, ainda no âmbito de uma sociedade capitalista.

Posto isto, dentre os inúmeros desafios apresentados na realidade do profissional de Serviço Social na Marinha do Brasil que instigam o caminhar profissional, é possível sim desenvolver um trabalho de qualidade, cujo objetivo seja a efetivação dos direitos dos usuários, mesmo em uma Instituição que, apesar dos avanços, possui em seus pilares muitos traços conservadores.

Para tal, faz-se necessário o acompanhamento da atuação profissional no âmbito dos Programas de Apoio Socioeconômico das Forças Armadas visto a naturalização das questões referente ao endividamento e ao crédito fácil, que culpabilizam o sujeito, ao ser visto como inapto para gerir suas finanças e apresentam como solução única e imediata a Educação Financeira.

Por fim, esperamos que o estudo possa contribuir para o aprimoramento profissional da pesquisadora, a partir do conhecimento acerca do tema, contribuindo, também, para o fortalecimento e aprofundamento teórico sobre a direção ético-política do Serviço Social no âmbito das Forças Armadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

ALVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWM, E. (Org.). **História do marxismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista Estudos do Trabalho**, Marília: UNESP, ano 5, n. 8, 2011. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

ANSELMO, Joyce. A educação financeira no Brasil e o diálogo entre Estado e Mercado. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/Index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg01-1/9237-a-educacao-financeira-no-brasil-e-o-dialogo-entre-estado-e-mercado-file>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ANTUNES, Jadir. Marx diante da crise do capital. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba: Editora Universitária Champagnat, v. 23, n. 33, p. 509-524, 2011a.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Introdução. IN: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

AUGUSTINIS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca. Uma análise crítica do discurso de educação financeira: por uma

educação para além do capital. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2012.

ARRETCHE, Marta. Perspectivas de uma agenda para a Política Social Brasileira. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte: UFMG, Número Especial, p. 44-55, 2005.

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 106, n. 9, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. 2. ed. Lisboa: Editora 70, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O Movimento Dialético do Conceito de Crise em O Capital de Karl Marx**. São Paulo: Týkhe, 2009.

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a Crise do Subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p.129-159, dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 1.173/MD**, de 06 de setembro de 2006. Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/saude/portaria_1173_pol_de_as_das_ffaa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Portaria Normativa nº 881/MD, de 26 de maio de 2010. Aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 100, 27 maio 2010. Seção 1, p. 13.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, v. 29, n.1, p. 133-149, jan. /mar., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo *et al.* **Crise financeira internacional: natureza e impacto.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/5467crise_financeira_internacional_gep_maio_2008.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, v. 29, p. 49-55, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Entendendo a recente crise financeira global. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da Crise**. [S.l.: s.n.], 2008. p. 23-29. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO, Maria Irene. Contracorrentes em tempos de tempestade: o pensamento de Jane Addams e Mary Richmond no Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 10, n. 29, p. 157-169, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, T. L. Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 15, p. 44-64, 1984.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p.245-257, jan. 2016.

CIOFFI, Sylvia. **Famílias Metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida**. São Paulo: SEADE, 1998.

COIMBRA, Christiane Varela. As Origens do Serviço Social no Brasil. In: Seminário de Pesquisa do CCSA, 16., 2010. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2010. Disponível em: <<http://ccsa.ufrn.br/seminario2010/anais/artigos/gt2-11.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DUARTE, Atenágoras Oliveira. Considerações sobre a teoria de Marx e a crise do capitalismo. In: SEMINÁRIO DE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, 1., 2012, Teófilo Otoni. **Anais...** Teófilo Otoni/MG: FACSAB, 2012.

ELSTER, Jon. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida. **Revista Lua Nova**: revista de cultura e política, n. 25, p. 61-101, 1992.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.(Coleção Primeiros Passos, 111).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Eunice Terezinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Telosa. (Orgs.). Componentes do Trabalho: Objetivos, Atividades, Tempo e Instrumentos. In: _____. **O Serviço Social e a psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005. p. 97-133.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 20-30, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/epp/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2000.

GRANEMANN, Sara. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In: GOMES, Vera Lúcia Batista (Org.). **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A condição pós-moderna**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Economistas).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos e competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 326-342, 2013.

ITAÚ. **Estratégias de educação financeira do Itaú Unibanco**. Disponível em: <https://www.italu.com.br/_arquivosstaticos/Itau/PDF/Sustentabilidade/Case_Educao_Financeira.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Planejamento Financeiro: a importância da análise do balanço familiar**. Disponível em: <https://www.italu.com.br/_arquivosstaticos/Itau/PDF/>

Sustentabilidade/Planejamento_Financeiro_Importancia_Balanco_Familiar2.pdf>.
Acesso em: 24 abr. 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma época. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMA, Joaquim Pacheco. Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e Sociedade Civil. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá: UEM, nº 134, p. 97-104, jul. 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas: Revan, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Os Economistas). v. 3.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os Economistas). v. 3. Tomo 2.

_____. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b. Livro I.

_____. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTA, Rodrigo Octavio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAZZUCHELLI, Frederico. A Crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, nov. 2008.

MÉSZÁROS, Istán. **A crise do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2011b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p.29-40, jul. 2011. Disponível em:

<<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

MONTEIRO, José Maria Rodrigues; TEIXEIRA, Tereza Maria. **Teatro e Serviço Social**: 20 anos depois. Rio de Janeiro: SESC-Tijuca, 1997.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social, pobreza e Serviço Social: em defesa da perspectiva crítica. IN: GOMES, Vera Lúcia Batista (Org.). **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

_____. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**: crescimento econômico e desigualdade social. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p.143-163, jan./abr. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Estudos da Língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso. In: SILVA, Maria da Conceição Fonseca (Org.). Estudos da Língua(gem): **Michel Pêcheux e a análise de discurso**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005. p. 9-13.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

PAVÃO, Ana Paula Araujo Ramos; GRACIANO, Maria Inês Gandara; BLATTNER, Soraia Helena Bomfim. Os indicadores do estudo sócio econômico na construção do relatório social no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 5, n. 5, p.183-216, maio 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PELLIZZER, Olema Palmira. **História do Serviço Social**. Canoas: Ed. ULBRA, 2008.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista textos e contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

RUMMERT, Sonia Maria. **Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia**. 1986. 327 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, nov./dez. 2007.

SCHAFF, Adam. **O Marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SICSÚ, João. Para além das políticas de resgate. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da crise**. [S.l.: s.n.], 2008. p. 57-59. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOLOMON, Michel R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, Ronie Cléber *et al.* A importância da educação financeira no contexto atual: a realidade dos bairros Riacho do Meio e Manoel Deodato em Pau dos Ferros-RN. **Revista Extendere**, Natal, v.1, n. 1, p. 180-194, jan./jul. 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico (2004). Multiculturalismo e direitos coletivos. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.) **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 55-84.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.